

UNIVERSIDADE ABERTA



UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uab.pt

**Língua Gestual Portuguesa e Processos de Criação de uma
Subcultura Específica:
O caso da comunidade surda portuguesa**

Paula Maria da Costa Lopes

Doutoramento em Relações Interculturais

2022

UNIVERSIDADE ABERTA



UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uab.pt

**Língua Gestual Portuguesa e Processos de Criação de uma
Subcultura Específica:
O caso da comunidade surda portuguesa**

Paula Maria da Costa Lopes

Doutoramento em Relações Interculturais

**Tese orientada pelo Professor Doutor João Relvão Caetano e pelo Professor
Doutor Nuno Vidal**

Dezembro 2022

This work is licensed under the Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License. To view a copy of this license, visit <http://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/> or send a letter to Creative Commons, PO Box 1866, Mountain View, CA 94042, USA.

AGRADECIMENTOS

Esta tese de doutoramento teve um percurso longo e algo instável – ao qual não foi indiferente o contexto pandémico causado pelo SARS-CoV-2 – e não teria sido possível sem o apoio, a orientação, o incentivo e a dedicação de várias pessoas às quais passo a agradecer.

Em primeiro lugar, à minha família: ao Vasco, à Beatriz e à Leonor, por estarem comigo; à minha mãe por ser quem é; às minhas irmãs e a todos os que me são próximos, por existirem.

Aos meus orientadores, Professor Doutor João Relvão Caetano e Professor Doutor Nuno Vidal: sem a vossa orientação, apoio e incentivo, não teria terminado este percurso.

À Rute Marques, minha ex-aluna e atual colega, porque acreditou neste tema, e também ao Joaquim, que foi o grande “motor” na disseminação dos instrumentos de recolha de dados utilizados neste trabalho. Agradeço aos restantes colegas e amigos que também contribuíram para a realização desta tese: Aida Sousa, Cristina Miranda e Janett Fernandes. Um agradecimento especial ao colega Paulo Cardoso do Carmo: sem a sua ajuda e apoio, o *SPSS* não seria uma opção no tratamento dos dados.

Deixo também os meus agradecimentos à Dra. Helena Garrinhas, que me concedeu a autorização para utilizar os seus contributos na validação da EDIS (Escala de Desenvolvimento da Identidade Surda) em português, parte integrante da sua dissertação de mestrado. Não posso ainda deixar de agradecer a todas as pessoas com surdez que participaram neste trabalho: sem a vossa disponibilidade, não teria conseguido concretizar este estudo.

As conversas esclarecedoras e as trocas de ideias que tive com alguns colegas e amigos foram também fundamentais para a efetivação desta tese: obrigada à Cristina Prudêncio, à Manuela Vieira da Silva, ao Nuno Rocha e à Paula Teixeira, que sempre me deram força e ânimo para terminar.

Também fica aqui a referência e o meu agradecimento à Ana Paula pelo seu *input* na análise dos resultados, fundamental para a sistematização dos mesmos. Agradeço também - e de forma especial - ao Rui, que esteve sempre disponível para esclarecer as minhas dúvidas.

Por fim, fica ainda o meu sincero agradecimento a todos os que, de alguma forma, contribuíram para esta tese e que não tive oportunidade de mencionar – muito obrigada.

À memória do meu Pai

*“Blindness separates people from things;
deafness separates people from people”.*

(Helen Keller, 1880-1968)



DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

STATEMENT OF INTEGRITY

Declaro ter atuado com integridade na elaboração da presente tese. Confirmo que em todo o trabalho conducente à sua elaboração não recorri á prática de plágio ou a qualquer outra forma de falsificação de resultados.

Mais declaro que tomei conhecimento integral do Regulamento disciplinar da Universidade Aberta, publicado no Diário da República, 2.^a série, n.º 215, de 6 de novembro de 2013.

I hereby declare having conducted my thesis with integrity. I confirm that I have not used plagiarism or any form of falsification of results in the process of the thesis elaboration.

I further declare that I have fully acknowledged Disciplinary Regulations of the Universidade Aberta (regulation published in the oficial jornal Diário da República, 2.^a série, N.º 215, de 6 de novembro de 2013).

Universidade Aberta, 30 de Novembro de 2022

RESUMO

INTRODUÇÃO:

Esta tese, intitulada “Língua Gestual Portuguesa e Processos de Criação de uma Subcultura Específica: O caso da comunidade surda portuguesa”, realizou-se no âmbito do Doutoramento em Relações Interculturais da Universidade Aberta. O seu objetivo geral é estudar o pensamento e o sentimento da comunidade surda portuguesa, que se considera detentora de uma subcultura específica resultante de uma língua gestual própria. A perseguição às pessoas surdas, caso comunicassem na sua língua natural, condicionou o seu acesso ao ensino – em particular ao ensino superior – implicando resultados desastrosos no acesso à informação e na integração social. Apesar disso, foi possível a construção de uma língua gestual própria reconhecida politicamente. Esse foi um marco importante, pois o desenvolvimento de um sistema linguístico reflete as relações sociais e políticas dos seus utilizadores, fortificando os laços de identificação do grupo, a autoestima e o sentimento de comunidade.

METODOLOGIA:

Foi realizado um estudo de caso, com uma amostra de conveniência enquadrada nos critérios de inclusão. Foi utilizado um questionário sociodemográfico e uma escala validada para português.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Este estudo, com suporte na revisão da literatura e nos resultados obtidos, permitiu verificar que os indivíduos surdos se reconhecem como pessoas diferenciadas e consideram a sua comunidade como produtora de uma cultura própria.

CONCLUSÃO:

Constatou-se a existência de um processo histórico de luta dos surdos em Portugal, contra a sua exclusão social e pela afirmação da língua gestual portuguesa. Concluiu-se ainda que os estudos surdos não estão explorados em Portugal, sendo pertinente investigar neste campo.

Palavras chave

Comunidade surda; discriminação; língua gestual portuguesa.

ABSTRACT

INTRODUCTION:

This thesis, entitled “Portuguese Sign Language and Processes for Creating a Specific Subculture: The case of the Portuguese deaf community”, was carried out within the scope of the PhD in Intercultural Relations at *Universidade Aberta*. Its overall objective is to study the feeling of the Portuguese deaf community, which considers itself to have a specific subculture resulting from its own sign language. The persecution of deaf people, if they communicated in their natural language, conditioned their access to education – in particular to higher education – with disastrous results in access to information and social integration. Nevertheless, it was possible to build a politically recognized sign language. This was an important milestone, as the development of a linguistic system reflects the social and political relationships of its users, strengthening the group's identification ties, self-esteem and the feeling of community.

METHODOLOGY:

Case study was conducted, with a convenience sample that met the inclusion criteria. A sociodemographic questionnaire and a scale validated for Portuguese were used.

RESULTS AND DISCUSSION:

This study, supported by the literature review and the results obtained, allowed us to verify that deaf individuals recognize themselves as differentiated people and consider their community as a producer of their own culture.

CONCLUSION:

It was verified the existence of a historical process of struggle of the deaf in Portugal, against their social exclusion and for the affirmation of the Portuguese sign language. It was also concluded that deaf studies are not explored in Portugal, being pertinent to investigate in this field.

Key words

Deaf community; discrimination; Portuguese sign language.

Índice

AGRADECIMENTOS	iii
DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE	vi
STATEMENT OF INTEGRITY	vi
RESUMO	vii
ABSTRACT	viii
Índice de Gráficos	xii
Índice de Tabelas	xiii
Índice de Figuras	xiv
Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos	xv
INTRODUÇÃO	1
PARTE I. ENQUADRAMENTO TEÓRICO E REVISÃO DA LITERATURA	8
Capítulo 1. AUDIÇÃO E SURDEZ	9
1. AUDIÇÃO: MECANISMO FISIOLÓGICO.....	11
2. SURDEZ E PERDA AUDITIVA	12
2.1. GRAUS DE PERDA AUDITIVA	14
2.2 TIPOS DE PERDA AUDITIVA	15
3. SÍNTESE.....	17
Capítulo 2. ASPETOS CULTURAIS DA SURDEZ.....	18
1. CULTURA E DIVERSIDADE CULTURAL.....	18
2. UMA ABORDAGEM CULTURAL DA SURDEZ	21
3. SURDEZ E IDENTIDADE SURDA.....	24
3.1. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE SURDOS	24
3.2. IDENTIDADE(S) SURDA(S).....	30
4. SÍNTESE.....	37
Capítulo 3. LÍNGUA GESTUAL E PROCESSOS DE REIVINDICAÇÃO	39
1. LÍNGUA GESTUAL E LÍNGUA GESTUAL PORTUGUESA.....	39

2. LEGISLAÇÃO E REIVINDICAÇÃO	42
3. SÍNTESE	45
Capítulo 4. ESTUDOS SURDOS	46
1. REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA	46
1.1. METODOLOGIA	47
1.2. ESTRATÉGIA DE PESQUISA E CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE	50
2. DESCRIÇÃO DOS ESTUDOS E RESULTADOS	52
3. DISCUSSÃO E CONCLUSÃO DA REVISÃO SISTEMÁTICA	59
4. SÍNTESE	60
Capítulo 5. DISCUSSÃO E CONCLUSÃO DA PARTE I.....	61
PARTE II. INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA.....	63
Capítulo 6. OPÇÕES METODOLÓGICAS.....	65
1. AMOSTRA	69
2. CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO	69
3. VARIÁVEIS	70
4. INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO	71
4.1 QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO.....	72
4.2 ESCALA DO DESENVOLVIMENTO DA IDENTIDADE SURDA (EDIS)....	73
5. TRATAMENTO ESTATÍSTICO	76
6. SÍNTESE.....	78
Capítulo 7. ESTUDO DE CASO: A COMUNIDADE SURDA PORTUGUESA E UMA IDENTIDADE CULTURAL ESPECÍFICA.....	79
1. APRESENTAÇÃO DO ESTUDO EMPÍRICO / INSTRUMENTOS	79
1.1 QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO.....	83
1.2 EDIS – ESCALA DE DESENVOLVIMENTO DA IDENTIDADE SURDA..	84
2. RESULTADOS.....	86

2.1	RESULTADOS.....	86
2.2	RESULTADOS DO QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO	87
2.3	RESULTADOS DA EDIS	94
2.4	RESULTADOS DA ASSOCIAÇÃO DE VARIÁVEIS	96
3.	SÍNTESE.....	114
Capítulo 8. DISCUSSÃO		115
1.	QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO	116
2.	EDIS.....	121
3.	RESULTADOS DA ASSOCIAÇÃO DE VARIÁVEIS	123
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		138

Índice de Gráficos

Gráfico 7.1: Gráfico de barras da distribuição das orientações de identidade surda (Garrinhas, 2015)	94
--	----

Índice de Tabelas

Tabela 4.1: Distribuição dos artigos selecionados (n=13)	53
Tabela 7.1: Composição da Versão Portuguesa original da EDIS (40 itens)	85
Tabela 7.3: Scores das identidades surdas.....	94
Tabela 7.4: Orientação surdo modificada	95
Tabela 7.5: Tabulação cruzada Orientação Surdo modificada *Região de residência ..	97
Tabela 7.6: Tabulação cruzada Orientação Surdo modificada *Idade.....	98
Tabela 7.7: Tabulação cruzada Orientação Surdo modificada *Sexo	99
Tabela 7.8: Tabulação cruzada Orientação Surdo modificada *Estado civil	100
Tabela 7.9: Tabulação cruzada Orientação Surdo modificada *Habilitações	101
Tabela 7.10: Tabulação cruzada Orientação Surdo modificada *Grau de Surdez	102
Tabela 7.11: Tabulação cruzada Orientação Surdo modificada *Idade perda auditiva	103
Tabela 7.12: Tabulação cruzada Orientação Surdo modificada *Causa da surdez.....	104
Tabela 7.13: Tabulação cruzada Orientação Surdo modificada *Forma de comunicação utilizada	105
Tabela 7.14: Tabulação cruzada Orientação Surdo modificada *Progenitores	106
Tabela 7.15: Tabulação cruzada Orientação Surdo modificada *Outros familiares surdos	107
Tabela 7.16: Tabulação cruzada Orientação Surdo modificada *Idade aprendizagem LGP	108
Tabela 7.17: Tabulação cruzada Orientação Surdo modificada *Local aprendizagem LGP	109
Tabela 7.18: Tabulação cruzada Orientação Surdo modificada *Idade contacto com surdos pela primeira vez	110
Tabela 7.19: Tabulação cruzada Orientação Surdo modificada *Frequência escola para surdos.....	111
Tabela 7.20: Tabulação cruzada Orientação Surdo modificada *Frequência convívio com surdos.....	112
Tabela 7.21: Tabulação cruzada Orientação Surdo modificada *Local de encontro com outros surdos.....	113

Índice de Figuras

Figura 1.1: Ouvido humano (Bernafon, 2006)	11
Figura 4.1: PRISMA 2020 “flow diagram template for systematic reviews	48
Figura 4.2: Fluxograma PRISMA que serviu de base ao utilizado nesta revisão sistemática.....	49
Figura 4.3: Fluxograma PRISMA adaptado	51
Figura 7.1: Divisão de Portugal na classificação do índice PDSI	87

Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

ASL – American Sign Language

BSL – British Sign Language

B-on – Biblioteca do Conhecimento Online

BDA – British Deaf Association

BIAP – Bureau International D’Audiophonologie

DR - Diário da República

dB – Décibel

DIDS – Deaf Identity Deve/lopment Scale

EDIS – Escala Da Identidade Surda

IBM - International Business Machines Corporation

INEM – Instituto Nacional de Emergência Médica

ISO - International Organization for Standardization

LGP – Língua Gestual Portuguesa

LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais

OMS – Organização Mundial de Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

SPSS – Software Package for the Social Sciences

SNA – Surdo Não Assumido

SO – Surdo Oralizado

SICS – Surdo Imerso na Cultura Surda

SA – Surdo Ambivalente

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

WHO – World Health Organization

WFD - World Federation of Deaf

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

[Na génese desta tese, estiveram três publicações científicas da candidata (como autora principal ou em coautoria) e um projeto de licenciatura, também orientado pela candidata:

- “Interdisciplinaridade e Audiologia” (ISBN: 9789892090993; Paula Lopes, 2019);
- “Surdez e Identidade Na Surda” (Rute Marques, 2020; Projeto de licenciatura em Audiologia – Escola Superior de Saúde do Politécnico do Porto; orientação científica de Paula Lopes);
- “Surdez e Identidade Surda” – poster (Paula Lopes e Rute Marques, 2020); 3ª Reunião Internacional da RACS – Rede Académica das Ciências da Saúde da Lusofonia)].

A natureza confere uma importância extraordinária à audição. O som vem de todos os lados, mas, para a pessoa surda, o mundo tem “falta de fundo”, ou seja, é como se visse apenas num ângulo de 120°. A audição é um processo fisiológico que permite aos seres vivos a recepção e a análise do movimento vibratório das moléculas do meio exterior, numa ampla gama de frequências e intensidades. No caso específico do ser humano, cuja audição se situa no espectro de frequências entre os 20 e os 20000 HZ, existe ainda a capacidade de emitir e compreender o conjunto de sons complexos que se denomina como linguagem (na sua componente oral) e que é um marco cultural diferencial em que se baseia grande parte da evolução do Homem (Gil-Loyzaga, 2005).

Ao longo da História, a perda auditiva ou surdez¹ tem sido abordada e entendida de formas diferentes: atualmente – desde o século XX e em particular a partir da década de 60 deste século – é assumido que o indivíduo com surdez possui um sistema de comunicação natural e articulado, que contém os mesmos princípios gerais de qualquer outra língua e que está fundamentado na existência de uma gramática própria. No entanto, na Antiguidade os surdos eram considerados desprovidos de pensamento, loucos e até seres demoníacos (Ribeiro, 2007), pois considerava-se que o pensamento era organizado apenas pela fala, entendimento que se manteve até ao final da Idade Média, momento a partir do qual se verificaram algumas tentativas bem-sucedidas na educação dos surdos.

A forma como o sujeito com surdez (ou a pessoa com surdez) é compreendido na comunidade ouvinte depende da perspetiva da mesma relativamente à surdez: se a mesma é entendida sob o ponto de vista patológico, sob o ponto de vista cultural (Farias & Cunhas, 2017) ou ambos. A perspetiva patológica reduz a surdez à perda completa de audição de um ou dos dois ouvidos (World Health Organization, 2020) e entende a surdez como uma situação de doença que precisa de ser tratada (W. G. Almeida, 2015).

¹ A estes termos pode ainda associar-se a palavra “hipoacusia” cujo significado é, na sua essência, o mesmo. Na generalidade, neste trabalho optou-se pela utilização da expressão “surdez” e do respetivo adjetivo “surdo”, não obstante a existência de outras palavras com o mesmo significado.

Já a perspetiva cultural entende a surdez como “uma condição de estar no mundo e não uma doença” (W. G. Almeida, 2015).

A pluralidade cultural característica da sociedade intercultural é um conceito alargado facilitador da determinação e da organização de grupos, não se limitando a questões de etnia ou de nacionalidade (Sá, 2006). Essa pluralidade não se restringe às questões de etnia ou nacionalidade, mas abrange uma variedade de fatores culturais, como linguagem, religião, costumes, tradições e valores. Com efeito, em todas as sociedades existem grupos minoritários com uma identidade própria que se manifestam por uma maior ou menor intervenção ao nível sociocultural. Com esta tese, pretende-se contribuir para a compreensão do binómio interculturalidade/identidade surda, ou seja, saber se as próprias características da sociedade permitem reconhecer a identidade representativa do grupo minoritário constituído pelas pessoas surdas. Estas, enquanto elementos desse grupo minoritário, consideram-se culturalmente distintas e entendem a surdez como uma característica da sua comunidade que utiliza uma língua própria, sendo este o aspeto principal que define a sua identidade cultural. A questão da “*deaf-culture*”, em que somos colocados perante uma diferença linguístico-cultural própria de um grupo social, é um assunto polémico, pois as questões de identidade estão ligadas às relações sociais, experiências e subjetividade (Brah, 1991). De notar que mesmo a Organização Mundial de Saúde – OMS ou WHO (sigla em inglês de *World Health Organization*) – não considera que a falta de acesso à língua materna seja a grande limitação dos indivíduos com surdez. No entanto, é precisamente por essa situação que os mesmos se encontram limitados na sua capacidade de comunicar e de aprender. A dificuldade em ouvir e a surdez propriamente dita implicam também dificuldades na fala, com consequências ao nível da aprendizagem da leitura e da escrita. Esta abordagem é assim representativa da hegemonia da sociedade ouvinte, pois não assenta na questão do acesso precoce das crianças surdas à sua língua materna – a língua gestual – que é, para os surdos, o principal fundamento (embora não o único) para o reconhecimento da sua identidade cultural, ou seja, a cultura da comunidade surda específica em que se insere.

Nas sociedades democráticas, segundo os padrões de desenvolvimento ocidental, existem grupos majoritários e grupos minoritários, estes com menor predominância

social, conforme já referido, mas todos devem ser considerados. Em relação à questão da cultura e identidade surdas, a maior predominância de indivíduos ouvintes (situação desejável, pois, sem dúvida, a surdez acarreta consigo as consequências de um déficit sensorial), implica alguma dificuldade em compreender as pessoas surdas como membros de uma comunidade detentora de processos culturais próprios, sendo entendida apenas como um conjunto de indivíduos com surdez (os surdos) e por isso considerado como um grupo de pessoas com uma deficiência causada pelo déficit sensorial.

À semelhança dos imigrantes que, na sua maioria, têm “predominância de baixos níveis de escolarização e de qualificação profissional” (Ramos, 2009), parece ser consensual a ideia de que no nosso país a maior parte dos indivíduos que pertencem à comunidade surda está inserida em setores precários (principalmente ao nível profissional), caracterizando-se por ser um grupo vulnerável tanto social como economicamente².

A perceção que os indivíduos surdos têm relativamente à sua identidade e à questão cultural específica da sua comunidade é explorada nesta tese através da aplicação de uma escala – a EDIS (Escala do Desenvolvimento da Identidade Surda) precedida de um questionário sociodemográfico, aplicados a indivíduos surdos portugueses. A EDIS foi adaptada para português por Helena Garrinhas (Garrinhas, 2015) na sua dissertação de mestrado “Contributos para a validação da escala do desenvolvimento da identidade surda – estudos de tradução, adaptação e aplicação”, do original da tese de doutoramento de Neil Glickman “*Deaf identity development: construction and validation of a theoretical model*” (Glickman, 1993).

Segundo Leigh (2009), citado por Garrinhas em 2015 (p.15), “a identidade é uma construção cognitiva social complexa e em desenvolvimento, que engloba uma variedade de características ou componentes de identidade que liga a pessoa a determinados grupos sociais”. Para McIlroy & Storbeck, também citados por Garrinhas em 2015 (p.17), a identidade é um “processo construído socialmente que é expandido

² À data, não existem dados estatísticos em relação a este assunto.

sobre a relação entre experiências passadas e presentes”. No caso da identidade surda e para o surdo, a identidade está relacionada com a língua, com a projeção cultural e com a hegemonia ouvinte. A identidade é constitutiva de uma comunidade específica de pessoas com características próprias dentro de uma comunidade maior, que, no caso da presente investigação, é a comunidade portuguesa politicamente organizada.

É neste enquadramento, de comunidade minoritária que desenvolveu uma riqueza linguístico-cultural ainda não reconhecida, que esta tese se desenvolve explorando os limites socioculturais e políticos das pessoas surdas como parte integrante da comunidade política portuguesa, não se restringindo à limitação sensorial provocada pela surdez. Mais do que levantar hipóteses sujeitas à verificação qualitativa e quantitativa, o objetivo principal deste estudo é a construção de uma teoria que suporte o pensamento, a ação e o sentimento da comunidade surda portuguesa e adicionalmente perceber se esta comunidade pode ou não ser considerada uma comunidade cultural distinta de outras comunidades surdas.

Ao longo do percurso desta investigação, os objetivos e a escrita tiveram de ser redirecionados: inicialmente pretendia-se a colaboração de pessoas com surdez, enquadradas nos critérios de inclusão da amostra, de mais dois países de expressão portuguesa (Cabo Verde e Moçambique, além de Portugal), mas verificou-se que esta pretensão não era exequível, por várias razões: desde logo, a situação pandémica devida à pandemia da Covid-19 que impossibilitou a presença física de um tradutor / intérprete de língua gestual que contribuísse para a tradução de entrevistas e das questões de questionários e inquéritos. A presença deste elemento seria um agente facilitador na recolha de respostas pois verificou-se que, em especial nos dois países africanos de expressão portuguesa, surgiram muitas dificuldades na interpretação das perguntas e, por consequência, poderia existir algum comprometimento das respostas – esta foi uma possibilidade que se suspendeu optando-se por não incluir na análise dos resultados a participação / respostas dos elementos da amostra desses países (obtiveram-se apenas cinco participações de indivíduos de nacionalidade cabo-verdiana e zero de nacionalidade moçambicana). Para clarificar o porquê de existir algum constrangimento na intervenção do tradutor, é necessário referir que a mesma só faria

sentido se a utilização de máscara de proteção individual e / ou de viseira fosse excluída, o que se revelou impossível atendendo à situação causada pela Covid-19. A impossibilidade de utilização dos vídeos originais com a tradução do questionário sociodemográfico e da Escala de Desenvolvimento da Identidade Surda (EDIS) foi outro constrangimento, dado que não foi autorizada a sua utilização.

Assim, na fase inicial da investigação, estava prevista a realização de entrevistas semiestruturadas aos elementos da amostra como procedimento para a recolha de dados, mas esta possibilidade revelou-se incompatível com a situação de pandemia então existente, pelos motivos já referidos e que se prendem com razões de segurança e de saúde pública. Perante este facto, a opção colocada como sendo a mais viável e exequível foi a utilização de uma escala – que estivesse devidamente adaptada e traduzida para o português – a disseminar junto de pessoas com surdez, uma vez que a opção de comparação com outros países havia sido já colocada de lado. Surgiram assim alguns entraves à metodologia que se pretendia utilizar inicialmente, pelo que as opções metodológicas tiveram de ser redirecionadas.

Para uma melhor sistematização da tese, a organização da mesma divide-se em duas partes:

Parte I – constituída pelo enquadramento teórico e pela revisão da literatura, onde se inclui também uma revisão sistemática.

Parte II – constituída pela investigação empírica, com a integração dos aspetos metodológicos da tese, resultados, discussão e conclusões.

No final de cada um dos capítulos, de ambas as partes, é apresentada uma síntese.

PARTE I. ENQUADRAMENTO TEÓRICO E REVISÃO DA LITERATURA

Capítulo 1. AUDIÇÃO E SURDEZ

O sentido da audição possibilita aos seres vivos detetar e conhecer o mundo que os rodeia. No caso particular do ser humano, todos os pensamentos – inclusive os mais profundos, sejam filosóficos ou matemáticos – são interpretados na mente através da linguagem, cujo órgão recetor – o ouvido – se encontra em ambos os lados do crânio, no osso temporal. É daqui que se transmitem os sinais acústicos, por meio de estímulos elétricos, aos lóbulos temporais cerebrais que integram a perceção da audição (Claramunt, 2005).

Neste capítulo explora-se uma abordagem mais formal do fenómeno da perda auditiva, que se destina a clarificar o processo fisiológico da audição de modo que a surdez seja entendida nas suas diferentes dimensões. Assim, a perda auditiva ou hipoacusia não tem apenas uma causa, antes decorre de um espectro amplo de causas possíveis, que podem afetar diferentes áreas do sistema auditivo (Northern & Downs, 2005). Essas causas variam desde condições genéticas e envelhecimento até exposição a ruídos intensos, infeções, lesões e doenças crónicas.

Sendo um fenómeno cada vez mais comum, a hipoacusia consiste na redução da sensibilidade auditiva, causada por qualquer alteração no mecanismo da audição, que poderá ocasionar uma deficiência auditiva de grau ligeiro, moderado, severo ou profundo. No entanto, não existe uma definição adequada relativamente aos parâmetros da deficiência auditiva ou uma descrição do melhor método para assegurar os dados necessários para tal definição (Northern & Downs, 2005). Mesmos os vários conceitos de perda auditiva / hipoacusia / deficiência auditiva / surdez não são absolutamente consensuais, pois cada um deles abrange diferentes graus e causas da diminuição da capacidade auditiva: *Perda Auditiva* - é um termo genérico que engloba qualquer diminuição na capacidade de ouvir, seja ligeira, profunda, temporária ou permanente; *Hipoacusia* - refere-se especificamente à diminuição da audição - pode ser de condução ou sensorineural; *Deficiência Auditiva* - termo mais amplo que inclui tanto a perda auditiva ligeira como a profunda e pode afetar a comunicação e a qualidade de vida; *Surdez* – expressão utilizada relativamente a uma perda auditiva profunda, em que a

pessoa não consegue ouvir sons de fala sem amplificação, com as evidentes consequências ao nível social e da qualidade de vida. A utilização destas diferentes expressões está relacionada com a experiência pessoal e profissional de cada pessoa e, por consequência, com o contexto cultural onde se insere.

1. AUDIÇÃO: MECANISMO FISIOLÓGICO

O ouvido (Figura 1.1) tem duas dimensões funcionais fundamentais para o ser humano: a audição e o equilíbrio. Nesta tese é dado enfoque à função auditiva, garantida pelo ouvido externo, pelo ouvido médio, por diversas estruturas do ouvido interno, pelas vias auditivas e pelo córtex. A função vestibular, fundamental para o equilíbrio estático e dinâmico, não é aqui explorada uma vez que não se relaciona diretamente com o objetivo da tese.

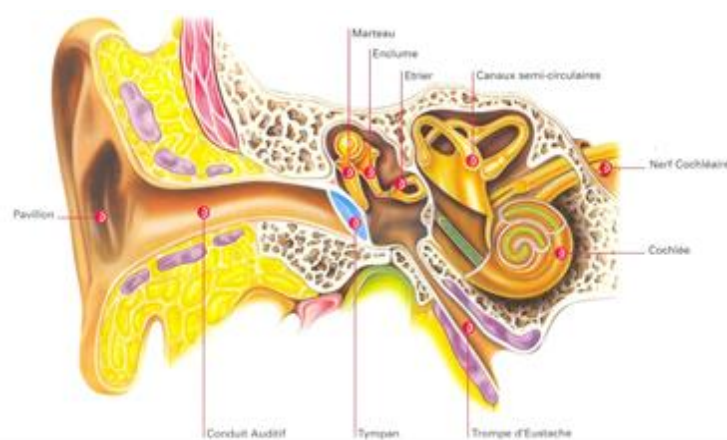


Figura 1.1: Ouvido humano (Bernafon, 2006)

A existência de um ouvido de cada lado da cabeça possibilita a recepção sonora com diferente intensidade, de modo a ajudar o cérebro a encontrar a origem da fonte sonora; assim, a audição binaural melhora a sensação perceptiva e a inteligibilidade por parte do cérebro.

A via tradicional para a condução da onda sonora é a aérea (Northen & Downs, 2002): as ondas sonoras entram pelo pavilhão auditivo e passam para o canal auditivo externo, causando a vibração da membrana timpânica; essas vibrações são transmitidas ao ouvido interno através dos três ossículos localizados no ouvido médio (martelo, bigorna e estribo). Quando a platina do estribo (terceiro ossículo do ouvido médio) vibra, cria movimentos ao nível dos líquidos cocleares do ouvido interno que provocam alterações nas células sensoriais; estas, por sua vez, estimulam os impulsos neurais, que são conduzidos ao cérebro produzindo uma sensação reconhecida como audição.

A outra via para a condução do som - a via óssea (Northern & Downs, 2005) – surge devido ao facto de o ouvido interno estar situado dentro do crânio: as vibrações conduzidas pela mandíbula (e pela garganta) fazem com que os líquidos do ouvido interno se movimentem, ou seja, as vibrações do crânio são conduzidas diretamente para o ouvido interno, desviando-se do ouvido externo e médio. Tal como acontece com a condução aérea, as vibrações (ósseas) estimulam as células sensoriais do ouvido interno, resultando no fenómeno neural também reconhecido como audição. Deste modo, os sons transmitidos pelas vibrações aéreas e ósseas são percebidos como sendo o mesmo som.

2. SURDEZ E PERDA AUDITIVA

Segundo a OMS, em 2020 mais de 5% da população mundial (466 milhões de pessoas) tinham perda auditiva incapacitante (432 milhões de adultos e 34 milhões de crianças). Previsivelmente em 2050 mais de 900 milhões de pessoas – ou seja: uma em cada dez pessoas – terão perda auditiva “incapacitante”, o que significa que a sua audição não será funcional. A maioria das pessoas com perda auditiva incapacitante vive em países de rendimentos baixos ou médios e aproximadamente um terço dessas pessoas tem mais de 65 anos. A prevalência da perda auditiva nesta faixa etária é maior no Sul da Ásia, Ásia-Pacífico e África Subsaariana.

A definição de perda de audição incapacitante³ (World Health Organization, 2020) refere-se à perda auditiva de valor superior a 40 dB no melhor ouvido em adultos⁴ e à perda auditiva superior a 30 dB no melhor ouvido em crianças⁵. Ainda de acordo com a OMS, um indivíduo cuja audição é diferente de outro com audição normal (limiares auditivos de 25 dB ou menos) é considerado com perda auditiva que pode ser de grau ligeiro,

³ Segundo a OMS, a hipoacusia é considerada incapacitante apenas a partir de um determinado grau.

⁴ Considerados os indivíduos com idade igual ou superior a quinze anos.

⁵ Com idades compreendidas entre os zero e os catorze anos.

moderado, severo ou profundo e que pode afetar um ouvido ou ambos, implicando assim dificuldades na audição e compreensão da fala ou de sons de baixa intensidade. A expressão “hipoacusia”⁶ é habitualmente utilizada quando o grau da perda auditiva se situa entre o ligeiro e o severo; os graus mais elevados de perda auditiva – grau severo e grau profundo – são normalmente referidos como “graus de surdez” ou de “deficiência auditiva”⁷. Alguns autores propõem definições / denominações um pouco diferentes para a surdez e para a perda auditiva, considerando que o indivíduo com deficiência auditiva é aquele que tem hipoacusia e que o indivíduo com surdez é aquele que tem um grau de perda de audição situado a partir do severo (Middleton et al., 1998).

Numa abordagem clássica e do ponto de vista biomédico, é consensual que uma pessoa com um grau de perda auditiva situado entre o ligeiro e o moderado comunica através da linguagem oral, podendo ou não beneficiar da utilização de aparelhos auditivos e de outras ajudas, conforme o grau da sua perda seja mais ou menos elevado. Por outro lado, as pessoas com graus de perda auditiva severo ou profundo, ou seja, com perda de audição considerada “significativa”, podem beneficiar da utilização de aparelhos auditivos e / ou de implante coclear, enquanto que os indivíduos surdos que não têm resíduos auditivos utilizam frequentemente a língua gestual como meio de comunicação preferencial (World Health Organization, 2020).

⁶ “*Hard of hearing*” ou “*hearing impaired*”.

⁷ “*Deafness*”, para surdez; a expressão “deficiência auditiva” é, no nosso país, por vezes associada à surdez, mas essa associação também não é consensual.

2.1. GRAUS DE PERDA AUDITIVA

A classificação da perda auditiva por graus (ligeiro, moderado, severo, profundo e cofose) é uma classificação quantitativa sendo, por isso, uma das possibilidades para a caracterização da mesma. De acordo com o *Bureau International D'Audiophonologie* (BIAP)⁸, em 2017, as hipoacusias estavam na generalidade ligadas à percepção sonora. A palavra, que comporta sons agudos e graves, não pode ser reduzida a um nível acústico médio. Na medição da perda auditiva, a audiometria deve ser realizada em condições acústicas satisfatórias de modo a fazer surgir uma perda em dB em comparação com a audição normal (dB HL), de acordo com as normas ISO. Assim, uma perda auditiva total média é calculada a partir da perda em dB nas frequências 500 Hz, 1000 Hz, 2000 Hz e 4000 Hz; todas as frequências não detetadas deverão ser anotadas a 120 dB de perda. A sua soma é dividida por quatro, arredondada à unidade superior. Nos casos de perda auditiva assimétrica, o nível médio de perda em dB é multiplicado por sete para o melhor ouvido e por três para o pior; a sua soma é dividida por dez (Bureau International d' Audiophonologie (BIAP), 1997). Para além da classificação do grau de hipoacusia proposta pelo BIAP, existem outras classificações propostas por outras entidades e / ou autores, das quais são exemplo as apresentadas por Northen & Downs, Lloyd & Kaplan e Silman & Silverman (P. Lopes, 2019) e pela OMS. Nesta tese, é referida a classificação proposta pelo BIAP, por ser a que é mais utilizada para o cálculo do grau de perda auditiva.

⁸ Sociedade científica criada na Bélgica em março de 1967 que elabora estudos e recomendações na área da Audiologia fazendo a divulgação das mesmas e garantindo o seu cumprimento.

2.2 TIPOS DE PERDA AUDITIVA

A classificação do tipo de perda auditiva tem em consideração a comparação entre os limiares auditivos da via aérea e da via óssea. Sem a comparação entre estes dois limiares, torna-se muito difícil esta classificação que considera também a localização da lesão que provoca a hipoacusia. A perda de audição pode ocorrer por lesão no mecanismo de transmissão da onda sonora (condução ou transmissão), por lesão sensorineural, por lesão mista ou, ainda, por lesão central. Esta classificação das perdas auditivas / hipoacusias por tipologia é considerada uma classificação mais qualitativa do que a anterior (classificação por grau) pois possibilita a localização da alteração que provoca a perda de audição, embora não a sua quantificação.

Hipoacusia de transmissão ou de condução:

A perda auditiva de transmissão ou de condução, ocorre em simultâneo com alguma alteração ao nível do ouvido externo ou médio, causando dificuldades na condução do som até ao ouvido interno. Neste tipo de perda auditiva, o ouvido interno funciona normalmente, mas as vibrações sonoras não são capazes de estimular a cóclea através da condução aérea normal. Assim, a hipoacusia de transmissão caracteriza-se por uma perda auditiva dos sons por via aérea, embora por via óssea os sons sejam ouvidos normalmente, uma vez que são conduzidos diretamente ao ouvido interno pelos ossos do crânio e pelo osso temporal (Northern & Downs, 2005).

Hipoacusia sensorineural ou neurosensorial:

A perda auditiva sensorineural surge por alterações ao nível do ouvido interno ou das vias nervosas auditivas. Tradicionalmente, não se diferencia facilmente a lesão nas células ciliadas externas e internas da cóclea, da lesão no nervo auditivo. Deste modo, a perda de audição daí resultante inclui-se no mesmo grupo (no entanto, atualmente as técnicas de avaliação audiológica permitem objetivar e diferenciar claramente entre hipoacusia sensorial e neural). Neste tipo de perda de audição, os limiares de condução por via óssea e aérea são os mesmos e tanto o ouvido externo como o ouvido médio

estão normais. A hipoacusia sensorineural é permanente e irreversível⁹, uma vez que há lesão neural, não sendo por isso possível revertê-la com medicamentos ou cirurgia auditiva (Northern & Downs, 2005). A hipoacusia neurossensorial pode ocorrer em qualquer fase da vida, por diferentes razões assumindo diferentes tipos: perda auditiva relacionada com a idade (hipoacusia), perda auditiva induzida pelo ruído, (PAIR), perda auditiva hereditária, perda auditiva congénita e perda auditiva por patologia retrococlear (Widex, 2007).

Hipoacusia mista:

Este tipo de hipoacusia surge quando há a ocorrência simultânea de uma perda auditiva sensorineural com uma perda auditiva de condução. Os limiares de condução óssea são anormais, mas são mais próximos da audição normal que os limiares aéreos (Northern & Downs, 2005).

Hipoacusia central:

A perda auditiva central decorre de alterações nos mecanismos do processamento da informação sonora, ao nível do tronco cerebral. Este tipo de hipoacusia pode ser acompanhado de diminuição da sensibilidade auditiva, mas tende a manifestar-se por diferentes graus de dificuldade na compreensão da informação sonora (Northern & Downs, 2005). Quaisquer processos patológicos no sistema nervoso central que possam causar infiltração, invasão ou isquemia dos núcleos auditivos ou vestibulares - ao nível do tronco cerebral - podem resultar em perda auditiva. Existem também os défices de processamento auditivo, em que se verifica que a sensibilidade auditiva dos indivíduos com esta alteração se apresenta normal, mas que há dificuldades na perceção sonora e na gestão da informação auditiva, em particular perante ruído competitivo. Outras manifestações desta situação, incluem dificuldades na coordenação dos sinais sonoros recebidos pelos dois ouvidos, o que dificulta a localização da informação sonora (Widex, 2007).

⁹ Atualmente existe alguma investigação que aponta para a possibilidade de se reverter alguns tipos de hipoacusia neurossensorial.

3. SÍNTESE

A audição resulta de um fenómeno sensorial complexo, que depende de energia biológica, sendo também uma função neurocognitiva superior (Monteiro & Trigueiros, 2018). As classificações da perda auditiva em grau e tipo, quando associadas, permitem uma melhor compreensão e abordagem clínica da pessoa com hipoacusia ou surdez “como um todo”, pois ilustram as repercussões da perda de audição no dia-a-dia ao nível funcional, abrindo caminho para uma análise abrangente e para a reflexão sobre as possíveis soluções para esta situações e posterior resolução. Contudo as duas dimensões que estas classificações propõem – quantitativa e qualitativa – são insuficientes pois não contemplam os modelos socioculturais da surdez, fundamentais para a compreensão da mesma e que esta tese procura desenvolver.

Capítulo 2. ASPETOS CULTURAIS DA SURDEZ

Segundo a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (UNESCO, 2002), a cultura “deve ser considerada como o conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, as maneiras de viver juntos, os sistemas de valores, as tradições e as crenças”. O Homem tem uma necessidade intrínseca de se relacionar socialmente e para isso necessita de pontos comuns com a comunidade que o rodeia dos quais faz parte a língua, para além dos outros traços já referidos (Cromack, 2004). Ou seja, a cultura é constituída por uma série de aspetos que vão desde os costumes e os rituais até à forma de vestir, às normas de comportamento e à existência de uma língua própria.

1. CULTURA E DIVERSIDADE CULTURAL

O conceito inicial de cultura era utilizado no sentido de catalogar comportamentos, modos de vida, religião e artes. Com a evolução da antropologia, o conceito de cultura evoluiu também, demonstrando que a rigidez inicial que o caracterizava não permitia compreender a diversidade humana, pois não existe uma cultura homogénea e única¹⁰. A diversidade cultural, presente nas diferentes formas de organização de experiências a partir dos símbolos, demonstra que não existe uma cultura superior ou inferior e explica como a cultura pode também ser uma forma de contestação perante influências externas que se pretendam tornar dominantes. Este relativismo cultural, em que não há uma orientação única para o desenvolvimento, foi o contexto da publicação em 1952 de “Raça e História” por Claude Lévi-Strauss em que o autor – no seu texto original solicitado pela UNESCO e que deu origem a esse ensaio – apresentou a crítica ao evolucionismo cultural, que era por ele considerado um produto de uma visão distorcida pelo etnocentrismo, pois negava o valor da diversidade cultural e a necessidade de compreender formas de pensar e de viver diferentes das ocidentais (Lévi-Strauss, 2003).

¹⁰ A cultura é plural.

Para Lévi-Strauss, há uma estrutura mental universal que permite a organização simbólica das experiências humanas¹¹ independentemente do enquadramento social, o que significa que as sociedades não se distinguem pelas diferenças biológicas, mentais ou intelectuais; a distinção e originalidade cultural são uma realidade, mas estão relacionadas com circunstâncias geográficas, históricas e sociológicas.

Existem diferentes formas de pensar a cultura: a cultura de massas, a cultura material (por exemplo o património histórico construído pelo Homem), a cultura imaterial (hábitos, tradições e costumes que se traduzem na gastronomia, nas lendas, nas danças, por exemplo), a cultura erudita (resultante da investigação em campos específicos) e a cultura organizacional, que diz respeito aos valores e à missão de uma organização (AD, 2011). A cultura pode também ser entendida como uma afirmação social de um determinado modo de vida; neste sentido, a cultura é motivo de orgulho para esse grupo, como são por exemplo os casos da cultura surda, da cultura negra ou das culturas indígenas. Para além disso, a cultura é compartilhada e transmitida ao longo de gerações podendo perdurar por milénios. No entanto, curiosamente e um tanto paradoxalmente, o termo “cultura” pode ser utilizado com uma intenção discriminatória direta como acontece quando se refere que um determinado indivíduo “não é culto” ou “não tem cultura nenhuma”.

Assim, a cultura é o que nos relaciona com a realidade, o modo como a vivemos e experienciamos, a forma como coabitamos com indivíduos culturalmente diferentes e como somos inevitavelmente influenciados por eles. A multiculturalidade, por exemplo, é um conceito que implica o contacto entre diversas culturas mas sem mistura entre elas, ou seja, as diferenças entre as culturas mantêm-se separadas e o aparente pluralismo cultural não se manifesta na sua plenitude (Weissmann, 2018). Por oposição, o conceito de interculturalidade apresenta as culturas simultaneamente em conflito e em diálogo, permitindo as diferenças, a interligação e o conseqüente enriquecimento contínuo de todos os intervenientes no espaço público e privado, “não tentando obstruir as diferenças e sim fazer com que elas conversem e se entrelacem” (Weissmann, 2018). Esta ideia do

¹¹ Estruturalismo.

sujeito intercultural contemporâneo em conflito é visível em Max Weber, citado por Nobre (2000, p.879), quando refere que “não é possível excluir da vida cultural o conflito ou a luta” e que a tragicidade da cultura é a expressão da não adaptação humana.

A cultura deve ser entendida não apenas como etnia, religião ou nacionalidade, mas através de uma perspectiva de determinação própria de grupos com direitos e relatos coletivos, dos quais fazem parte as próprias origens. Na discussão cultural deve ser considerada a sua multiplicidade – com efeito, a cultura diz respeito a toda a humanidade e ao mesmo tempo a cada um dos povos, nações, sociedades e grupos humanos que dela fazem parte (J. L. dos Santos, 2009). É por isso indispensável a exploração do conceito de interculturalidade, pois o Homem é sempre influenciado pelo outro, mesmo quando pretende distanciar-se dele. Por outras palavras, para afirmar a diferença, é necessário distanciar-se do outro, que, por sua vez, também se afirma como diferente. Por outro lado – e mesmo considerando que o ser humano está mais próximo de quem é semelhante a si e de quem partilha determinadas características consigo – a interculturalidade vai sempre manifestar-se, quer ao nível do grande grupo, quer ao nível individual. Este conceito apresenta-se como um desafio perante o individualismo, a cultura consumista e imediatista da globalização, visando a formação e a integração dos grupos num “todo social”, mantendo as diferenças sem subalternização, sobreposição ou intolerância, através dos valores da cidadania, direitos humanos, paz, igualdade, tolerância e educação multicultural (Infopédia, 2021b). O objetivo da interculturalidade é então situar-se para além dos interesses políticos e económicos contextuais, na senda do diálogo dos valores, cultura, identidade, formação e cidadania.

2. UMA ABORDAGEM CULTURAL DA SURDEZ¹²

Para além das consequências ao nível da comunicação e do desenvolvimento da oralidade, a surdez tem também consequências ao nível emocional e social: a exclusão e o acesso limitado por parte das pessoas com surdez aos serviços disponibilizados à sociedade ouvinte levam a sentimentos de solidão, isolamento e frustração. Também as questões educacionais são relevantes: se um indivíduo com deficiência auditiva congénita não tiver a oportunidade de aprender a língua gestual durante a infância, pode sentir-se ou ficar excluído das interações sociais, por estar limitado e não controlar a sua língua natural. Uma outra dimensão – a económica – é particularmente visível nos países em desenvolvimento, onde as crianças com perda de audição ou com deficiência auditiva / surdez raramente são contempladas com subsídios ou bolsas e a taxa de desemprego entre os adultos, nas mesmas condições, é mais elevada do que entre os adultos ouvintes. Também no caso dos adultos com surdez inseridos no mercado de trabalho, verifica-se que o seu exercício profissional se pauta por níveis de qualificação mais baixos, comparativamente com os ouvintes. Assim, ao impacto económico em termos individuais (pela maior necessidade de investimento ao nível pessoal e de reabilitação) acresce o impacto económico em termos sociais, na comunidade e no país (WHO, 2013). É sabido que a surdez é entendida como uma deficiência de alta intensidade e de baixa frequência, abrangendo uma franja relativamente pequena da população (em particular no universo das crianças com necessidades educativas especiais) mas tem implicações complexas quando se fala de desenvolvimento – daí a alta intensidade – pelo que provavelmente a sua baixa frequência nas crianças será uma das justificações para cair no esquecimento das estruturas educacionais e da saúde (Bairrão, 1998).

A questão da *deaf culture*, em que somos colocados perante uma diferença linguística e cultural própria de um grupo social, é um assunto polémico, tendo em conta que as questões de identidade estão ligadas às relações sociais, experiências e subjetividade humanas (Brah, 2006). Como já foi referido, mesmo a Organização Mundial de Saúde (WHO, 2013) não considera que a falta de acesso à língua materna seja a grande

¹² Este subcapítulo segue na generalidade o E-book: Interdisciplinaridade e Audiologia (Lopes, P., 2019).

limitação dos indivíduos com surdez. No entanto, é por essa situação que os mesmos se encontram limitados na sua capacidade de comunicar e de aprender. Apesar de a OMS apresentar soluções importantes para a “resolução” da questão da surdez (como é o caso da reabilitação auditiva clássica, da leitura labial e da amplificação sonora), esta abordagem é ainda representativa do pensamento da sociedade ouvinte, pois não assenta na questão do acesso precoce das crianças surdas à sua língua materna – a língua gestual – que é para os surdos o principal fundamento (embora não o único) para a necessidade de reconhecimento da “sua” cultura, ou seja, a cultura surda ou da comunidade surda específica em que se inserem.

Em Portugal, apesar de a Língua Gestual Portuguesa estar reconhecida na Constituição da República desde 1997¹³, encontramos ainda muita resistência à aceitação do bilinguismo e a língua gestual nem sempre é reconhecida com a primeira língua das pessoas surdas. De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (UNESCO, 2002) “Aos pais pertence a prioridade do direito de escolher o género de educação a dar aos filhos”¹⁴ e é também por esta razão que a comunidade surda luta pelo bilinguismo. Sendo a língua um sistema comunicativo específico do Homem – com regras específicas e uma gramática própria – a língua gestual portuguesa apresenta também essas características, tal como outras línguas orais e outras línguas gestuais. Como anteriormente referido, a língua gestual não é uma língua universal, pois cada país possui a sua – reforça-se assim que, se uma criança surda tiver a possibilidade de aprender a língua gestual do seu país, o acesso à comunicação por parte da mesma é paralelo ao de uma criança ouvinte, pois não há uma língua oral universalmente utilizada (o esperanto é uma língua “artificial” criada para superar questões de comunicação entre os povos, mas não é utilizada como língua materna). Numa perspetiva intercultural, a premissa é que existe uma relação dialética entre língua e cultura e que a identidade se constrói nessa interseção – uma nova língua / uma nova cultura. Por oposição, a visão essencialista da língua fundamenta-se no pressuposto de que existem línguas melhores, mais puras e homogéneas que outras e que há uma identificação básica entre nação e língua. A par deste essencialismo linguístico e cultural, propõe-se também o foco em

¹³ Artigo 74, alínea h, nº 2, da Constituição da República Portuguesa de 1997.

¹⁴ Artigo 26, nº 3, da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.

comunidades heterogêneas e práticas linguísticas de pessoas de diferentes classes e grupos sociais (M. Lopes, 2005). No caso da comunidade surda, apesar de espelhar alguns dos aspetos da cultura dominante envolvente, ela desenvolveu mecanismos e processos gnosiológicos e epistemológicos próprios, através dos quais esses mesmos aspetos da cultura dominante e outros foram compreendidos dentro da experiência nativa dos surdos.

A British Deaf Association (BDA, 2015), a propósito da questão “O que é a cultura de surdos?” (do original: “*What is Deaf Culture?*” (BDA, 2015)), refere que, tal como outras minorias linguísticas, também os surdos têm uma cultura única, com particularidades que se revelam inclusivamente ao nível da interação social. Uma dessas particularidades é a necessidade de contacto visual constante para que a comunicação entre pares seja eficaz; num restaurante, por exemplo, a interação e a comunicação são efetuadas via língua gestual, o que impossibilita comer e conversar em simultâneo ao contrário do que acontece com os indivíduos ouvintes. Uma outra situação é o conto e o reconto de histórias e piadas no seio do grupo, com um evidente envolvimento do corpo e a utilização de linguagem corporal, assim como com uma perceção das mensagens muito particular. Nestes exemplos e em tantos outros, a surdez é percecionada como uma característica de um conjunto de pessoas que nascem, crescem e se socializam utilizando enfaticamente as informações visuais e cinestésicas que as rodeiam, definindo um grupo cultural social e linguístico.

De acordo com Gilmara Almeida (2015), Vygotsky, nos seus ensaios sobre cultura e linguística, debruçou-se sobre a ideia da língua de cada povo como produto cultural. Assim, a língua funciona como mediador entre o pensamento e a realidade, pelo que a construção de experiência é realizada através da língua materna (Bruner, 1991; Vygotsky, 2007, citados por Almeida, 2015). Assim sendo, segundo Rutherford em 2013 - citado em 2019 por Gil & Pereira (p.8) - “as línguas gestuais definem uma perceção da realidade própria dos indivíduos que as utilizam, e essa forma de experienciar o mundo surge depois refletida na arte e literatura que nascem destas minorias culturais”.

A língua gestual é assim um “artefacto cultural” e uma das particularidades mais evidentes da expressão e formação da cultura surda (W. G. Almeida, 2015). No entanto, a língua gestual vai muito para além disso: é uma língua não universal (ou seja: não é uma, são várias pois existem diversas a nível mundial, com gramáticas próprias) e é o meio pelo qual as subjetividades e as identidades do sujeito surdo se expressam.

3. SURDEZ E IDENTIDADE SURDA

3.1. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE SURDOS

Para se compreender as relações humanas e a vida em sociedade, é necessário perceber como as pessoas convivem com as suas similaridades e as suas diferenças. Esta compreensão é tanto mais necessária quanto se debate a deficiência e nos deparamos com movimentos de pessoas com deficiência que reivindicam direitos, necessidades especiais e, no caso dos surdos, o reconhecimento da sua própria identidade, comunidade e cultura próprias (Bigogno, 2010).

Para entender melhor o fenómeno da surdez enquanto objeto de estudo alargado e não limitado apenas à sua componente clínico-terapêutica e, conseqüentemente, conotado apenas com a fragilidade sensorial que o caracteriza, é necessário conhecer o percurso histórico dos surdos, que continua a ser marcado por avanços, retrocessos e paternalismos que marcam o seu processo educativo e a sua socialização (Bigogno, 2010). A história das comunidades surdas e a história da educação dos surdos estão interligadas, pois era nas escolas que os surdos se encontravam e partilhavam a sua língua, experiências e vivências. No entanto, o associativismo surdo e as lutas pela igualdade de oportunidades cimentaram uma história comum que ultrapassa a questão educacional (P. V. Carvalho, 2019). Nesta tese é dado relevo ao percurso da educação dos surdos no mundo e, principalmente, em Portugal até ao reconhecimento da língua gestual portuguesa (LGP) em 1994 e à sua consagração na Constituição da República Portuguesa em 1997, embora se apresentem também alguns dados externos relativos ao assunto.

No princípio da História da Educação de Surdos, as pessoas surdas eram consideradas intelectualmente “inferiores” (Perlin & Strobel, 2006) e incapazes, sendo, por isso, discriminadas. As primeiras referências conhecidas relativamente às pessoas surdas são de 3000 a.C. no antigo Egito, mas no século IV a.C. Aristóteles supunha que os processos envolvidos na aprendizagem ocorressem apenas pela via auditiva, considerando que os surdos tinham mais dificuldades na aprendizagem que os cegos. Em meados de 528-529 d.C., o Código Justiniano começou a distinguir os graus de surdez e considerava-se que o nascido surdo era um indivíduo subdesenvolvido e sem moral.

Os surdos foram durante séculos objeto de preconceito, sendo excluídos do convívio social e proibidos do exercício de direitos como o casamento e o recebimento de heranças (Portal Educação, 2020). Na China Antiga, os surdos eram atirados ao mar e, em Esparta, aos rochedos. Na Grécia e em Roma, considerava-se que os surdos não eram capazes de gerir a sua vida e eram por isso indignos da condição humana (Bigogno, 2010).

A educação formal de surdos teve início em Espanha através do monge beneditino Pedro Ponce de León no século XVI, sendo esta uma educação que visava essencialmente ensinar a falar os filhos de nobres para lhes dar a possibilidade de acesso a direitos e a heranças, uma vez que, se não falassem, não eram reconhecidos como cidadãos. A educação pública para surdos surge com o Abade de L'Épée, que cria uma escola para o efeito, recebendo crianças surdas de todos os grupos sociais. O método do Abade de L'Épée era baseado na utilização da língua gestual: os “gestos metódicos”. Em 1778, na Alemanha, Samuel Heinicke criou a primeira escola para surdos cuja metodologia assentava no “método oral puro” (P. V. Carvalho, 2019).

Uma história singular é a ocorrida no estado do Massachussetts, por volta de 1700. Devido à consanguinidade entre a população, houve uma mutação de um gene recessivo que afetou múltiplas gerações durante 250 anos, o que fez com que, em meados do século XIX, nalgumas povoações, uma em cada quatro pessoas fosse surda; esta situação levou a que toda a população comunicasse também por língua gestual e que

essas pessoas não fossem consideradas deficientes (Bigogno, 2010). Em 1864, a *Columbia Institution for the Deaf and Blind* tornou-se a primeira instituição de ensino superior para surdos no mundo e posteriormente transformou-se na *Gallaudet University*, denominação que mantém atualmente.

Em Portugal, no reinado de D João IV, Per Aron Borg, que criara um instituto de surdos em Estocolmo, foi convidado a criar uma instituição semelhante em Lisboa, sob a tutela do Rei¹⁵. Mais tarde, em 1833, a língua gestual passou a ser utilizada no novo instituto. Em 1870, Pedro de Aguillar criou também em Guimarães um instituto para surdos, onde o ensino era gratuito e que adotou o método gestual. Em 1877, foi criado outro instituto no Porto e, dez anos depois, surgiu ainda outro instituto de surdos em Lisboa, onde o ensino era ministrado através da utilização da língua gestual e da fala.

A partir de 1891 a utilização de língua gestual foi suspensa e o oralismo passou a ser utilizado em detrimento daquela, como consequência do Congresso de Milão de 1880 que defendeu a utilização única do oralismo (Sobral, 2001). Este Congresso, onde houve uma votação com uma maioria quase absoluta de professores ouvintes a favor do oralismo, teve um impacto arrasador na educação de surdos, que tiveram de abandonar a sua primeira língua (anteriormente testada em vários contextos geográficos e sociais) por um período de quase cem anos (Perlin & Strobel, 2006). Esta mudança ocorreu em paralelo com outras mudanças no Ocidente, características do período vitoriano, que promoveram o aumento da intolerância religiosa, étnica e linguística¹⁶ (Bigogno, 2010).

Em Portugal, o Instituto Araújo Porto foi criado no Porto em 1893 e em Lisboa, em 1915, o Instituto da Casa Pia (que em 1922 se passou a denominar Instituto Jacob Rodrigues Pereira) passou a promover o ensino gratuito de crianças surdas, através da concessão de subsídios. Em 1905, em consequência do Congresso de Milão, foi introduzido no nosso país pelo Professor Nicolau Pavão de Sousa o Método Oral Puro.

¹⁵ Mais tarde a tutela passou para a Casa Pia.

¹⁶ Por exemplo, o galês submeteu-se ao inglês.

Antonino Amaral, que se especializou em ensino de surdos na Universidade de Manchester, regressou a Lisboa em 1955 e passou a dirigir o Instituto Jacob Rodrigues Pereira, pertencente à Casa Pia de Lisboa, organizando-se então dois cursos de especialização em educação de surdos tendo por base o método oral puro. Também por essa altura, pela ação do então Provedor da Casa Pia de Lisboa, Campos Tavares, foi introduzido o Método Materno-reflexivo¹⁷, muito influenciado pelas metodologias que eram praticadas na altura pela Universidade de Manchester. Desde essa época o método oralista passou a ser a referência no ensino de surdos, mesmo com a publicação em 1973 das leis orgânicas que deram origem à Direção Geral do Ensino Básico e Secundário. Por via desta Direção surge a Divisão de Educação Especial, que promoveu o 1º curso de especialização de professores para o ensino de deficientes auditivos no ano letivo de 1973/74. Em 1974, a Associação Portuguesa de Surdos promoveu cursos de alfabetização para jovens e adultos baseados na comunicação total. No entanto, este método foi criticado pois levou à utilização inadequada da língua gestual, dando origem ao que se denomina como português gestual ou português “sinalizado” (Portal Educação, 2020). Em 1976, em Portugal foi implementado o Método Verbotonal, que foi desenvolvido pelo linguista e foneticista jugoslavo Peter Guberina, em 1954. Este método de reabilitação de crianças surdas, explora todos os canais sensoriais com o objetivo de “aprender a ouvir”. Durante todo este período, a LGP manteve-se no Instituto Jacob Rodrigues Pereira, continuando o seu desenvolvimento fora das salas de aula e na clandestinidade (P. Carvalho & Mineiro, 2020).

Por essa altura, em Portugal começou a surgir investigação na área da LGP, através de um grupo interdisciplinar constituído por linguistas, terapeutas da fala e engenheiros do laboratório de Fonética da Universidade de Letras de Lisboa, em colaboração com a Associação de Surdos de Lisboa. Em 1981, surgiu o livro "Mãos que Falam", da autoria de Isabel Prata, que teve por base o primeiro estudo realizado sobre a Língua Gestual Portuguesa e em 1982 desenvolveu-se o 1º curso de Língua Gestual Portuguesa destinado a ouvintes. Em 1984, realizou-se um curso para educadores e professores de

¹⁷ Este método baseava-se na premissa de que as crianças surdas pré-linguísticas podiam aprender a falar a língua oral como língua materna.

crianças surdas, onde foram levantadas questões sobre a educação de surdos como o Bilinguismo, o Gestualismo e a Comunicação Total devidas à insatisfação manifestada pelos professores com os resultados do oralismo. A partir desta data a LGP começou a ganhar espaço, mas apenas nos anos 90 do século passado, perante a evidência da necessidade de se alterar a política educativa das pessoas surdas em Portugal (que não se conseguiam desenvolver em pleno com a abordagem em vigor), foi proposto, por Maria Augusta Amaral e Amândio Coutinho, o método bilingue com base na língua gestual, a primeira língua das crianças surdas. Em 1992 e 1993, a LGP saiu da clandestinidade, no Instituto Jacob Rodrigues Pereira, ao tornar-se conhecida, debatida e mais amplamente utilizada.

Maria Augusta Amaral, então a nova diretora do Instituto Jacob Rodrigues Pereira entre 1992 e 2007 apresentou a primeira tese de doutoramento sobre surdos em Portugal. Atentemos nas suas palavras: “Olhava para os meus alunos e percebia que eles tinham a cabeça cheia, mas não sabiam falar e escrever. Eram crianças tristes, fartas das aulas em que nada aprendiam. Tudo isto mexeu muito comigo e decidi ajudá-los”¹⁸. A sua investigação na área da linguística da língua gestual portuguesa levou-a, na década de 1980, a congressos internacionais onde verificou que, ao contrário do que acontecia em Portugal, os surdos tinham um discurso como qualquer ouvinte. O seu doutoramento em Linguística Aplicada pela Faculdade de Letras de Lisboa e a sua investigação na área da linguística da língua gestual portuguesa e da educação bilingue para alunos surdos são uma referência e constituem um contributo indiscutível para que os surdos portugueses tenham uma língua oficial numa sociedade maioritariamente ouvinte, em que a oralidade é a forma de comunicação mais utilizada. Amândio Coutinho, que trabalhou com Maria Augusta Amaral e que com ela e com Maria Raquel Delgado Martins publicou, em 1994, o livro “Para Uma Gramática da Língua Gestual Portuguesa”, foi galardoado com o Prémio de Mérito Científico Maria Cândida da Cunha 2007 pelo seu projeto de 2006 intitulado "A sequência narrativa em crianças surdas – influência do ambiente bilingue na aquisição da estrutura narrativa".

¹⁸ Entrevista em 2010, Sapo Lifestyle.

A LGP foi reconhecida como língua oficial portuguesa na revisão constitucional de 1997. Estabelece a alínea h) do n.º 2 do artigo 74.º da Constituição da República Portuguesa o seguinte: “Na realização da política de ensino incumbe ao Estado (...) proteger e valorizar a língua gestual portuguesa, enquanto expressão cultural e instrumento de acesso à educação e da igualdade de oportunidades”. Desde essa data, a língua gestual portuguesa passou a ser uma das línguas oficiais de Portugal, juntamente com a língua portuguesa e o mirandês.

Nesta resenha histórica, é importante também uma abordagem do tema dos implantes cocleares, uma vez que este é um assunto polémico, tanto no nosso país como no plano internacional. Os implantes cocleares foram inicialmente limitados a pacientes adultos pós-linguais com perda auditiva bilateral profunda que não obtinham benefícios com o uso de próteses convencionais e só posteriormente a sua utilização foi alargada às crianças (em particular às que tinham surdez pré-lingual).

Atualmente há indicações para a implantação coclear de crianças com a idade mínima de 6 meses, no caso de perda auditiva profunda, e com a idade mínima de 18 meses, nos casos de perda auditiva severa. Ao contrário da prótese auditiva convencional, o implante coclear é uma prótese eletrónica colocada cirurgicamente no ouvido interno que tem a capacidade de captar a onda sonora transformando-a num impulso elétrico que estimula diretamente o nervo coclear (GAES, 2000).

Sendo os implantes cocleares uma incontestável inovação tecnológica e cirúrgica em permanente desenvolvimento (os primeiros estudos datam das décadas de 30 e 40 do século XX), são também para grande parte da comunidade ouvinte um passo importante na reabilitação da pessoa surda, com particular ênfase na reabilitação das crianças surdas, pois facilitam o acesso precoce às línguas orais. Para a comunidade surda, esta possibilidade não garante o acesso à linguagem oral, nem garante a aquisição das competências de comunicação necessárias para que a criança surda se integre na comunidade ouvinte, para além de “que são impedidas de adquirirem a língua gestual, a sua modalidade linguística adequada à sua biologia” (P. Carvalho & Mineiro, 2020, p.4).

3.2. IDENTIDADE(S) SURDA(S)¹⁹

Habitualmente, quando um ouvinte se depara com a comunidade surda pensa num grupo ou num conjunto de pessoas em que a surdez é a principal característica de identificação. No entanto, esse papel cabe em muitas situações à língua gestual, que pode configurar diferentes significados. Mais do que um vínculo de comunicação, a língua gestual serve também para sinalizar diferenças, por vezes segregadoras, dentro da própria comunidade surda abrangendo o grupo de pessoas surdas que não utilizam a língua gestual no processo de comunicação (deficientes auditivos) e o grupo de pessoas surdas que utilizam a língua gestual para comunicar (surdos) (G. Almeida, 2015).

Num mundo maioritariamente ouvinte, existem muitas pessoas que, contactando com pessoas surdas, não consideram a língua gestual como uma língua propriamente dita, mas como uma forma alternativa de comunicação para o surdo que não consegue oralizar (Dizeu & Caporali, 2005). Associada a esta ideia está subjacente a ideia de “deficiência” – neste caso de deficiência auditiva – e a expressão “deficiente auditivo” (correspondente ao modelo médico)²⁰, recusada pelos surdos, que preferem a utilização do termo “surdo” mais associado a um modelo social²¹ (Bigogno, 2010) que está na génese de movimentos de surdos que reivindicam direitos e o reconhecimento da sua comunidade, cultura e identidade próprias.

Estes movimentos, para além de estratégias de visibilidade e de reconhecimento, servem também para alertar a comunidade ouvinte de que os surdos, tal como os ouvintes, não são “todos iguais”, não se podendo por isso homogeneizar de forma arbitrária uma comunidade, quer em termos de comportamentos, quer em termos sociais. É sabido que as pessoas têm uma necessidade intrínseca de se relacionar socialmente com uma "comunidade social específica" e, por isso, "não basta uma língua

¹⁹ Ou “orientações” surdas (a terminologia é utilizada indiferentemente pelos diversos autores e também nesta tese se optou pela utilização indiferenciada do termo).

²⁰ E que pode englobar graus de perda auditiva ligeira ou moderada.

²¹ Que implica surdez severa ou profunda com implicações sociais mais complexas.

e uma forma de alfabetização, mas sim um conjunto de crenças, conhecimentos comuns a todos"²² (Cromack, 2004). A complexidade da surdez e do ser surdo, associados à percepção de que há outros indivíduos que partilham a mesma condição, criam a cultura surda como um grupo de indivíduos que se procuram e criam proximidades que resultam na partilha de hábitos e atitudes para lidar com a sociedade ouvinte (Goss, 2003).

Para melhor se compreender a comunidade surda, é preciso percebê-la como comunidade linguística e não como um grupo com comportamentos comuns ou como um grupo vinculado a um espaço geográfico específico. É preciso também atender a que a percepção do mundo é, para estas pessoas, predominantemente visual, mas também tátil e olfativa, e é necessário atender a um dia-a-dia sem sons de palavras, de músicas, de ruídos de digitação, sem sons de automóveis ou de água a correr, ou seja, um mundo diferente do mundo sonoro que acompanha as pessoas ouvintes, mas que nem sempre é por elas percebido.

Esta forma diferente de ver e sentir o mundo faz parte de uma identidade própria (autoidentidade ou o sentido que o indivíduo atribui a si mesmo) e inclui também a identidade social (Infopédia, 2021a), característica atribuída a um indivíduo pelos outros. No caso das pessoas surdas com formas distintas de apreender o mundo, tal como acontece com as pessoas ouvintes, é adequado pensar em identidades surdas (e não num grupo de identidade homogénea) relacionadas com diferentes níveis de envolvimento na comunidade surda: identidades surdas políticas, híbridas, flutuantes, “embaçadas” ou “envergonhadas”, de transição, de diáspora e intermediárias (Perlin, 2001). Segundo Gladys Perlin (2001), as diferentes identidades surdas, que não se esgotam com estas definições, podem ser caracterizadas das seguintes formas:

- **Identidade surda política:** é uma identidade fortemente marcada pela política surda, mais presente em surdos que pertencem à comunidade surda e apresentam

²² Identidade, Cultura Surda e Produção de Subjetividades e Educação: Atravessamentos e Implicações Sociais” p. 69.

características culturais definidas como, por exemplo, a utilização constante da língua gestual e a participação massiva em ambientes associativos de surdos;

- **Identidade surda híbrida:** é característica de surdos que nasceram ouvintes e que, dependendo da idade da aquisição da surdez, podem conhecer a estrutura da língua falada;
- **Identidade surda flutuante:** diz respeito às pessoas surdas que não têm contacto com a comunidade surda e seguem as representações das identidades ouvintes;
- **Identidade surda “embaçada” ou “envergonhada”:** está relacionada com o desconhecimento da surdez enquanto questão cultural, em que o indivíduo surdo não consegue captar a representação ouvinte, mas também não tem condições para utilizar a língua gestual;
- **Identidade surda de transição:** está presente em surdos que devido à sua condição social viveram em ambientes sem contacto com a cultura surda e que vivem em transição entre a comunidade ouvinte e a surda;
- **Identidade surda de diáspora:** está presente entre os surdos que passam de um país para outro;
- **Identidade intermediária:** a experiência visual que determina as identidades surdas não é utilizada na sua totalidade, ou seja, o seu contacto com o mundo não assenta na experiência visual, sendo determinante a utilização de meios técnicos de reabilitação auditiva, o treino auditivo e a comunicação oral. Estes indivíduos surdos sentem algumas dificuldades em se posicionar numa das identidades, pois não se sentem nem surdos nem ouvintes.

Esta estratificação proposta por Perlin de diferentes identidades surdas pode parecer estranha e algo “artificial” a um ouvinte que não tenha contacto ou relação com a surdez, no seu sentido social mais lato. Os surdos são uma minoria na sociedade e, se não tiverem oportunidade de desenvolverem a devida comunicação interpessoal, sofrem sequelas no “desenvolvimento intelectual, social e emocional”, em particular as crianças surdas (Cromack, 2004, p.69). Como já referido, os surdos estão inseridos num mundo visual / gestual onde a utilização da língua gestual é a forma mais correta de comunicação e a base para a construção de uma identidade surda, fomentada pelo contacto do sujeito surdo com a sua comunidade de modo a se identificar com a cultura,

os costumes, a língua e, principalmente, a diferença da sua condição e rever-se nos seus pares, embora sem se alienar da sociedade ouvinte (Dizeu & Caporali, 2005). Esta dualidade em que o surdo se encontra, entre a cultura surda e a cultura ouvinte, que o obriga a uma constante transição entre as duas culturas, pode ter como consequência uma construção identitária fragmentada à procura de equilíbrio.

Na presente tese foi já referido que os membros de uma determinada cultura (seja ou não minoritária) não constituem um grupo homogéneo de pessoas, sendo este um dos estereótipos mais comuns perante as minorias raciais ou culturais. Como membros de uma comunidade minoritária, os surdos não escapam a esta visão monolítica das minorias e, embora a mesma seja contestada, a realidade é que não existem muitos estudos científicos que possibilitem a identificação das diferenças na população surda, para além das relacionadas com o conceito clínico da surdez (classificação da perda auditiva em tipo e grau), e ainda menos existe investigação suficiente relativamente ao desenvolvimento da identidade entre as pessoas com surdez (Fischer & McWhirter, 2001).

Acreditando que o processo de desenvolvimento da identidade surda é semelhante ao de outras pessoas de culturas diferentes (nomeadamente o de minorias raciais e étnicas), Neil Glickman, em 1993, levou a cabo uma investigação apresentada como sua tese de doutoramento intitulada “*Deaf identity development: construction and validation of a theoretical model*” (Glickman, 1993), em que propôs quatro categorias de identidades surdas:

- **Ouvinte:** o indivíduo vê a sua condição de surdo como patológica, ou seja, como uma deficiência. Adota o quadro de referências da sociedade ouvinte *mainstream* (o quadro dominante) nas suas atitudes, comportamentos e formas de comunicação;
- **Marginal:** o surdo é ambivalente relativamente à sua própria denominação. Não está inteiramente integrado em nenhuma das comunidades (surda ou ouvinte);
- **Imersão:** há um sentimento de “Orgulho Surdo”, em que o sujeito surdo está muito envolvido na comunidade surda. A sua forma de comunicação é a língua gestual, havendo uma tendência para a desvalorização da audição e uma idealização do surdo;

- **Bicultural:** o indivíduo está confortável tanto com a comunidade surda como com a ouvinte; tem apetência para comunicar tanto em língua gestual, como utilizando a oralidade.

O desenvolvimento da investigação de Glickman, cujo objetivo era a criação de um instrumento que permitisse averiguar e “medir” a existência de cultura e identidades surdas, levou à criação e validação da Escala de Desenvolvimento de Identidade Surda (DIDS - Deaf Identity Development Scale”, no original) (anexo I). O modelo proposto por este investigador pressupõe que o entendimento que o sujeito surdo tem da sua identidade passa por estágios previsíveis e passíveis de serem reconhecidos (Glickman, 1993). A DIDS de Glickman é composta por quatro grupos de quinze questões, num total de sessenta questões, em cada grupo corresponde a quatro tipos de identidade surda propostos pelo próprio Neil Glickman. Para a resposta a cada questão da DIDS foi utilizada a escala de Likert, com cinco opções de resposta, que vão de “concordo totalmente” (correspondente ao 5 na escala de Likert) a “discordo totalmente” (correspondente ao 1 na escala de Likert).

Em Portugal, Helena Garrinhas apresentou em 2015 a Escala de Desenvolvimento de Identidade Surda – EDIS (anexo II) na sua dissertação de mestrado “Contributos para a validação da escala do desenvolvimento da identidade surda: estudos de tradução, adaptação e aplicação” (Garrinhas, 2015) adaptada à língua portuguesa e propõe – baseando-se na tese de Glickman – a divisão das identidades surdas em:

- **Surdo oralizado:** sujeitos surdos que se identificam com a perspetiva médica da surdez e veem a surdez como deficiência auditiva; a reabilitação auditiva é encarada como uma opção para ultrapassarem a surdez e se integrarem na comunidade ouvinte (maioritária). São pessoas que ficaram surdas mais tardiamente e, por isso, a língua oral (falada) é a mais familiar; *a posteriori*, tentam aprender LGP e integrar-se na comunidade surda. Apesar de se sentirem mais à vontade com os ouvintes, sentem frustração por não conseguirem comunicar eficazmente;

- **Surdo não assumido:** tal como na identidade de surdo oralizado, a pessoa surda entende a surdez na perspectiva médica; são também surdos que geralmente perderam a audição tardiamente e de forma súbita, o que dificulta a adaptação e a aceitação da sua nova condição. Para além destas semelhanças, é também característico um sentimento de negação da surdez, que leva à revolta pela sua condição de surdo e pelas dificuldades na comunicação. Este sentimento de revolta e de não aceitação da surdez pode ter origem no relacionamento com os pais, caso tenham negado ou contrariado a aprendizagem de LGP. Tal como na primeira identidade, os sujeitos que se enquadram nesta identidade dão preferência ao relacionamento com ouvintes, mas sentem-se desapreciados pela sua dificuldade de comunicação;
- **Surdo imerso na cultura surda:** é a orientação mais em sintonia com a condição da surdez. É uma identidade muito positiva, em que os surdos veem a surdez sob o ponto de vista cultural: existe plena aceitação e valorização de todos os valores, crenças e costumes da comunidade surda, nomeadamente a valorização da LGP. Os surdos com esta identidade são geralmente indivíduos com pais surdos, familiarizados com a LGP, que tiveram uma educação em escolas de referência e que integram e têm um papel ativo nas associações de surdos. São líderes e ativistas em prol dos direitos dos surdos. Têm dificuldade no relacionamento com os ouvintes, pois sentem a hegemonia da comunidade dominante – a comunidade ouvinte;
- **Surdo ambivalente:** é uma identidade surda muito complexa que gera sentimentos de ambiguidade e de revolta no indivíduo surdo. Esta revolta, que por vezes implica um afastamento da família (pais), pode ter origem na educação paternal que protegeu em excesso o surdo, sem lhe oferecer a possibilidade de aprendizagem da LGP ao longo do seu processo educativo e escolar. Estas pessoas têm sentimentos díspares, na medida em que valorizam e entendem a importância da utilização da LGP e da pertença à comunidade surda, mas simultaneamente sentem-se ressentidos com os outros surdos e, por isso, divididos entre a comunidade ouvinte e a comunidade surda como formas de pertença.

A EDIS, devidamente traduzida e validada para a língua portuguesa, foi a escala utilizada para esta tese após a devida autorização da investigadora (Helena Garrinhas) para a sua utilização. Contudo não foi possível a utilização dos vídeos que já existiam com a tradução da escala em LGP, uma vez que apenas foi permitida a sua aplicação no âmbito da dissertação de mestrado da investigadora. Esta situação, que seria relativamente fácil de ultrapassar noutro contexto, veio a revelar-se um grande constrangimento na elaboração desta tese, conforme é descrito mais à frente.

4. SÍNTESE

A definição do conceito de “cultura” é complexa, mas é consensual que é uma característica humana. A cultura é constituída por padrões de comportamento, de expressão e de percepção que os membros de um determinado grupo têm acerca do seu lugar no mundo, de si mesmos e das suas perspetivas futuras (Pereira, 2011). Estas dimensões são balanceadas pelas relações e pela comunicação, sendo que esta é, em simultâneo, literal e simbólica entre os indivíduos pertencentes aos diferentes grupos e comunidades no âmbito de uma sociedade alargada. Assim, as relações humanas e a língua são produtoras e agentes de cultura e as comunidades surdas inserem-se nesta definição, embora a cultura surda apresente traços distintos de outras culturas, dado que, no dizer de Pereira (2011), ela é uma cultura apátrida, a-geográfica, com características diaspóricas e poucas construções materiais (Pereira, 2011).

O conceito de “*deafhood*” / “surdidade” (Ladd, 2003) pode ser entendido como uma ferramenta conceptual para a tomada de consciência do longo processo histórico colonizador vivido por muitas gerações de surdos e para a descoberta de uma (ou várias) identidade(s) cultural(ais) e coletiva(s) centrada(s) nas experiências das comunidades surdas (Ladd, 2013).

Os poucos estudos existentes sobre os surdos pretendem inverter uma narrativa que é, na perspetiva da comunidade surda, colonialista - pois é semelhante à que é lançada sobre outros grupos políticos minoritários – e lançar luz sobre o sistema dominante de representações relativamente à diferença, alteridade, relações de poder e identidades (Fernandes & Terceiro, 2019). O choque cultural entre dois pontos de vista diferentes – o dos surdos e o dos ouvintes – ainda persiste e surge por vezes suportado na ideia de homogeneidade da cultura e da comunidade surdas. Para se ultrapassar esta situação, é necessário conhecer os conceitos emergentes de identidade(s) surda(s) e perceber que, tal como qualquer outra comunidade, a comunidade surda é constituída por indivíduos com perfis diferenciados e caminhos próprios. As dúvidas que muitas pessoas surdas têm relativamente à sua identidade, quer numa perspetiva do “Eu” que proporciona a experiência, como no que se refere ao ambiente linguístico, foram o mote

para que alguns investigadores - como por exemplo Bigogno em 2010 e Perlin em 2001 - apresentassem o conceito de identidade(s) surda(s), no sentido de relevar que, mesmo que a comunidade surda apresente características transversais, ela é constituída por indivíduos heterogéneos, conforme já houve oportunidade de referir. É também esta a perspetiva desta tese: perceber a existência de identidades surdas diferenciadas em Portugal e até que ponto elas são geradoras *per se* de uma comunidade que possa reivindicar uma identidade cultural própria e diferenciada. No nosso país, existe pouca investigação consolidada sobre este tema, sendo um exemplo de exceção algumas publicações da Editora da Universidade Católica Portuguesa, como é o caso do artigo de Paulo de Carvalho & Ana Mineiro “Políticas Linguísticas na Educação de Surdos em Portugal” (2020).

Esta situação leva a que a questão da cultura surda seja um assunto desconhecido da maioria dos portugueses e, talvez por isso, ignorado, como consequência do entendimento generalizado da surdez enquanto limitação sensorial associada aos fenómenos sociais que a acompanham, mesmo considerando as particularidades da comunidade surda e a especificidade da sua língua.

Capítulo 3. LÍNGUA GESTUAL E PROCESSOS DE REIVINDICAÇÃO

O direito à comunicação está consagrado no artigo 19º da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) de 1948 que consagra o direito à liberdade de expressão e de “ver, receber e compartilhar a informação e ideias a partir de qualquer meio de comunicação” (ONU, 2017). Todas as línguas se desenvolvem em comunidade e continuamente enquanto são utilizadas, seja oral ou gestualmente, sendo que, com o passar do tempo, surgem mudanças na sua estrutura e novas formas de expressão. Por exemplo, em Portugal, tal como nos outros países, existem regionalismos e expressões locais que podem ter expressão oral ou gestual. Para este efeito, deve entender-se língua como um sistema de comunicação próprio e exclusivo dos seres humanos gerido por regras específicas.

A língua gestual portuguesa (LGP) é uma das três línguas oficiais de Portugal e é através da mesma que grande parte da comunidade surda comunica entre si. Esta língua é utilizada pelos surdos e pela comunidade envolvente – por exemplo, familiares, professores, educadores, pessoal técnico, entre outros.

1. LÍNGUA GESTUAL E LÍNGUA GESTUAL PORTUGUESA

A LGP e as demais línguas gestuais, ao contrário das línguas orais, são processadas por gestos sistematizados e a sua captação é visual. Existe a ideia generalizada de que estas línguas são universais. No entanto, ao contrário do que se supõe, a LGP e as restantes línguas gestuais desenvolveram-se de forma natural e cada comunidade possui a sua (P. Santos & Correia, 2015). Em todo o mundo existem dezenas de línguas gestuais diferentes e as pessoas surdas sentem as mesmas dificuldades que os ouvintes quando têm de comunicar com os pares que utilizam uma língua gestual diferente. Cada país tem uma língua gestual própria e, mesmo dentro do mesmo país, podem existir variações, dialetos e regionalismos, tal como acontece com as línguas orais, conforme

já referido. As línguas gestuais mais conhecidas mundialmente são a ASL (*American Sign Language*), a BSL (*British Sign Language*) e a LIBRAS (língua brasileira de sinais).

Tal como acontece com qualquer língua, a LGP tem um vocabulário e gramática próprios, possuindo as características das línguas naturais, a saber:

- É composta maioritariamente por símbolos arbitrários;
- É um sistema linguístico;
- É partilhada por uma comunidade de pessoas que a utilizam como a sua forma de expressão mais natural;
- Conta com propriedades como a criatividade e a recursividade;
- Possui aspetos contrastivos;
- É um sistema em constante renovação e evolução pois apresenta dinâmica linguística.

Ao utilizar a LGP, a pessoa que gestua tem uma mão dominante, cujo desempenho poderá diferir da mão não dominante. Ao realizar o gesto, em LGP este deverá atender a cinco parâmetros:

- Configuração das mãos;
- Local de articulação;
- Movimento das mãos;
- Orientação das mãos;
- Componente não manual (expressão e movimento corporal);

Ao ser alterado um destes parâmetros, o gesto perde o seu sentido.

Na LGP, a marcação do sexo de uma pessoa, por exemplo, ocorre unicamente no caso dos seres animados e geralmente o mesmo só é marcado quando ocorre no feminino, recorrendo-se ao gesto “mulher” como prefixo. A fim de se marcar o número, na LGP existem vários métodos: por repetição, por redobro (realização do gesto por ambas as mãos) ou por incorporação (recurso a um numeral ou determinativo). Em relação à ordem dos elementos na frase em LGP, esta usa uma estrutura específica, não acompanhando a mesma ordem das frases da língua portuguesa. Não existe consenso quanto a qual a ordem predominante pois alguns linguistas afirmam que pode ser 'sujeito-objeto-verbo' (S-O-V), enquanto outros afirmam que é objeto-sujeito-verbo (O-S-V) (Bettencourt,

2015). Nas frases interrogativas, recorre-se à expressão facial combinada com pronomes interrogativos, que ocorrem no final da frase. As frases negativas podem ser elaboradas de diversas maneiras, por exemplo: recorre-se à expressão corporal, especialmente o movimento da cabeça, ou executa-se o gesto “não” ou ainda se pode utilizar uma forma específica de verbo na forma negativa, como por exemplo “não querer”. Para além destas características, em LGP não existe discurso indireto.

No entanto, a LGP permite a expressão de qualquer conceito descritivo, emocional, racional, metafórico, concreto e abstrato (Brito & Ferreira *apud* Santos & Correia, 2015). Para além disso, estes autores referem que qualquer língua gestual se adquire naturalmente com o processo de desenvolvimento da linguagem. Segundo Lenzi (1995) e Skliar (1995), citados por Santos & Correia em 2015, a criança surda precisa de receber a linguagem de maneira natural, tal como acontece com a criança ouvinte.

Os gestos na LGP começaram por surgir com inspirações em referentes concretos e culturais. Assim, pode dizer-se que o vocábulo ou elemento morfológico que serve de base para a formação de uma palavra (o étimo) é, em LGP, uma representação icónica devido à associação de uma característica de um objeto. Com as mudanças sociais, a iconicidade do gesto normalmente desaparece e este torna-se arbitrário. Por exemplo, o gesto “cinzento” terá tido a sua raiz num ritual religioso: o colocar de cinzas na testa dos crentes por parte do sacerdote, sendo hoje difícil de reconhecer nele essa inspiração. Da mesma forma, os dias da semana foram inspirados por atividades diárias, como o menu nas escolas, perdendo-se essa associação nos nossos dias (P. Santos & Correia, 2015).

Conforme já referido em capítulo anterior, em 1880 Portugal aderiu às resoluções do Congresso de Milão e, a partir dessa data, praticou durante muitos anos uma política linguística que interferiu na educação dos surdos, tendo em conta a predominância do oralismo sobre a língua gestual (P. Carvalho & Mineiro, 2020). Esta política só foi formalmente alterada em 1997, quando a LGP foi reconhecida como língua oficial pela Constituição da República Portuguesa, cujos autores foram influenciados pela recuperação daquela língua no Instituto Jacob Rodrigues Pereira e pela criação da

comissão de defesa da LGP. Surgiram por essa altura duas obras que ajudaram também a esse reconhecimento, a saber, “Gestuário” (Ferreira *et al.*, 1992) e “Para uma Gramática da Língua Gestual Portuguesa” (Amaral *et al.*, 1994) (P. Carvalho & Mineiro, 2020). Desde essa altura, as políticas do ensino bilingue têm contribuído muito para a educação dos surdos, facilitando, por exemplo, o acesso dos jovens surdos ao ensino superior. Dois exemplos portugueses do esforço atual para a integração da comunidade surda através da utilização da LGP na comunicação são alguns setores do Serviço Nacional de Saúde e a Polícia de Segurança Pública (Infopédia, 2021c), que possuem um serviço de atendimento para pessoas surdas.

2. LEGISLAÇÃO E REIVINDICAÇÃO

A legislação portuguesa relativa ao ensino de crianças e jovens surdos surgiu em 1989 pela tendência de acompanhamento ao que já se estava a concretizar na prática educativa. Nesse ano, foi publicada a Lei n.º 9/89 – Lei de Bases de Prevenção e de Reabilitação de Pessoas com Deficiência – que estabelece que a pessoa surda é uma pessoa com deficiência com direito à reabilitação (D. R., 1989). Em 1990, o Decreto-lei n.º 35/90, de 25 de janeiro, definiu a obrigatoriedade da escolaridade para os alunos com necessidades educativas especiais (D.R., 1990). No ano seguinte, foi publicado a 23 de agosto o Decreto-lei n.º 319/91, que definiu o regime educativo especial que conduziu à integração das crianças e jovens surdos no ensino regular da sua área de residência (D.R, 1991). Em 1997, a Lei n.º 1/97 introduziu na Constituição da República Portuguesa a obrigação de o Estado proteger e valorizar a LGP como expressão cultural e instrumento de acesso à educação e à igualdade de direitos das pessoas surdas (D.R., 1997). Em 1998, o Despacho n.º 7520/98b revogou o Decreto-lei n.º 319/91 defendendo um ambiente escolar bilingue e definindo as condições para a criação das chamadas Unidades de Apoio à Educação de Crianças e Jovens Surdos nos estabelecimentos públicos até ao ensino secundário (D.R., 1998). Na época, a educação de surdos estava vocacionada para a integração e inclusão em escolas e turmas de ouvintes, sendo que turmas ou escolas só para surdos eram consideradas como sendo pouco favoráveis à educação das crianças e jovens com surdez.

Após a avaliação dos resultados desta política de inclusão e considerando também a investigação que já se fazia sobre as línguas gestuais entrou em vigor em 2008 o Decreto-lei n.º 3/2008 que alterou essa realidade legal e instituiu as escolas de ensino bilingue e de referência para a educação de pessoas surdas definindo “os apoios especializados a prestar na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário dos setores público, particular e cooperativo” (D.R, 2008). Dez anos mais tarde, em 2018, foi publicado o Decreto-lei n.º 54/2018 que revogou o diploma legal de 2008 e melhorou as medidas de gestão curricular anteriores estabelecendo “o regime jurídico da educação inclusiva” (D.R., 2018).

Verifica-se assim uma mudança de paradigma, ao qual não foram indiferentes o processo de luta e de reivindicação da comunidade surda, que foi fundamental para que esta mudança ocorresse. Existem três dimensões que se desenvolveram com o objetivo de promoção de uma educação bilingue:

- A aceitação da LGP como primeira língua dos surdos;
- O ensino da língua portuguesa escrita é a segunda língua das pessoas surdas;
- A importância da formação em LGP dos educadores, professores e outros técnicos de educação, para que através desta língua comuniquem e ensinem as crianças surdas (P. Carvalho & Mineiro, 2020).

Mais uma vez e de acordo com o já referido, muito antes das discussões relativas à educação de surdos, a pessoa surda era rejeitada pela sociedade. Posteriormente a essa época, a sociedade ouvinte isolou os surdos em asilos, como medida de proteção dos mesmos, pois pensava-se que o surdo não poderia ser educado devido à sua “anormalidade”. Muitos anos depois, as pessoas surdas passaram a ser vistas como cidadãos com direitos e deveres de participação na sociedade, mas sempre numa perspetiva assistencial. Só muito recentemente a comunidade surda iniciou a sua verdadeira educação e integração social a partir da adolescência, quando os jovens surdos começaram a poder contactar com outros surdos.

É importante compreender o alcance das decisões nesta matéria ao longo do tempo: nenhum evento como o Congresso de Milão, de 1880, teve um impacto tão negativo na comunidade surda. Antes deste congresso, a língua gestual fazia o seu caminho de valorização; mas as mudanças implementadas por vários países – entre os quais Portugal –, que adotaram o método oralista nas escolas para surdos e proibiram as línguas gestuais, resultaram na subjugação dos surdos face à comunidade ouvinte por mais de 100 anos e deu início a “uma longa e sofrida batalha do povo surdo para defender o direito linguístico cultural” (Perlin & Strobel, 2006) (p.14). A história das pessoas surdas narrada pelas pessoas ouvintes é, segundo Nídia Sá, citada por Perlin & Strobel (2006, p.10), “mais ou menos assim: primeiramente os surdos foram “descobertos” pelos ouvintes, depois eles foram isolados da sociedade para serem “educados” e afinal conseguirem ser como os ouvintes; quando não mais se pôde isolá-los, porque eles começaram a formar grupos que se fortaleciam, tentou-se dispersá-los, para que não criassem guetos”. Atualmente, a comunidade surda encontra nos movimentos surdos a sua caminhada política de resistência ao que ainda resta de hegemonia da sociedade ouvinte (Klein, 1998).

A aspiração dos surdos, segundo Perlin & Strobel (2006), é a valorização da sua língua natural como primeira língua e que as decisões relativas à comunidade surda não sejam exclusivas da comunidade ouvinte. A luta atual das pessoas surdas é, ainda segundo os mesmos autores, por uma construção cultural suportada nas diferentes identidades surdas e na sociedade ouvinte. A interculturalidade na educação dos surdos é a resposta à necessidade destes de se posicionarem face às particularidades das diferentes culturas. Esta interculturalidade faz parte do conceito expresso por Hall em 2003 de que todos nós localizamos em vocabulários culturais e, sem eles, não nos conseguimos manifestar enquanto sujeitos culturais (Hall, 2007). Os movimentos surdos são geralmente organizados nas respetivas associações, clubes e cooperativas e o principal fator de reunião corporativa entre surdos é a língua gestual, que lhes permite partilhar ideias e experiências de uma forma natural. Algumas lutas da comunidade surda são inclusivamente partilhadas por grupos diferentes de pessoas surdas ao nível mundial, com o apoio da *World Federation of Deaf* (WFD), criada em 1951, que é uma

federação mundial com uma conquista inegável do espaço político para as discussões das lutas das comunidades surdas.

A comunidade surda exige o seu espaço e o reconhecimento da sua diversidade linguística e a interculturalidade proporciona às pessoas surdas uma mediação cultural que não rejeita a cultura ouvinte: a sociedade ouvinte começa a ter consciência da comunidade surda e tenta organizar-se para a receber (Perlin & Strobel, 2006). De acordo com Skliar, referido por Toma *et al.*, em 2015, um dos problemas que se coloca é que, quando um surdo é tratado da mesma forma que o ouvinte, o primeiro fica em desvantagem – esta situação advém, segundo este autor, da confusão por grande parte da sociedade entre igualdade e democracia. (Toma et al., 2015).

3. SÍNTESE

Neste capítulo, dividido em dois subcapítulos, um relativo ao desenvolvimento da língua gestual em geral e da portuguesa em particular e um outro relativo à legislação portuguesa existente sobre a educação dos surdos e também sobre a inserção / integração dessa comunidade na sociedade em geral, conclui-se que as sucessivas mudanças sociais foram e são o mote para o ajuste da legislação e que o papel interventivo da comunidade surda foi também um importante agente de mudança social e política.

Capítulo 4. ESTUDOS SURDOS

Os estudos surdos enquadram-se na perspetiva teórica dos estudos culturais, pois surgiram como consequência dos movimentos organizados de surdos, enfatizando as questões culturais associadas às práticas discursivas. Deste modo, sendo a face visível da chamada cultura surda dentro dos estudos culturais, estes estudos impõem-se contra a interpretação física da surdez que reduz o surdo a um indivíduo sofredor, como consequência da experiência de um deficit sensorial. De acordo com Fernandes & Terceiro (2019), os estudos surdos pretendem uma inversão de narrativa que seja uma alternativa relativamente à proposta feita pelo sistema dominante face à diferença em geral. Neste caso concreto, a elaboração da revisão sistemática impõe-se como uma oportunidade de estudo das evidências relevantes que existem sobre este tema.

1. REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

A definição de revisão sistemática da literatura incorpora a sua natureza de estudo secundário²³, cujo objetivo é reunir estudos e trabalhos semelhantes (publicados ou não) e sujeitá-los a uma avaliação crítica (Cochrane, 2017). Assim, este tipo de estudo depende de um processo de seleção das obras e artigos disponíveis em todas as bases de dados selecionadas, de forma a integrar a investigação. A atividade de compilar dados científicos sobre um tema é praticada em todas as áreas científicas, designadamente na área da saúde. Os estudos científicos privilegiam revisões sistemáticas da literatura desde sempre, com destaque a partir dos anos 50 do século XX (Galvão & Pereira, 2014). As revisões sistemáticas agregam estudos originais relativos a um determinado tema ou assunto e possibilitam o acesso à informação científica de forma mais acessível e rápida (Donato & Donato, 2019) – em medicina, por exemplo, são importantes para a fundamentação da evidência científica dos procedimentos. Tal como num protocolo de

23

“As revisões sistemáticas são consideradas estudos secundários, que têm nos estudos primários a sua fonte de dados” (Galvão & Pereira, 2014, p.183).

ensaio clínico ou laboratorial, também a revisão sistemática da literatura deve obedecer a critérios para a sua execução de modo que a mesma seja objetiva, imparcial, transparente e sólida cientificamente. Segundo Donato & Donato (2019), para se dar início à revisão sistemática da literatura, tem de existir a formulação de uma questão de partida, que servirá de mote para o protocolo de investigação. Nesse protocolo, tem de ficar claro qual é a metodologia que vai ser utilizada na pesquisa: objetivos, termos de pesquisa e operadores booleanos (se for o caso), bases de dados e critérios de inclusão e de exclusão. Para além das questões metodológicas, é ainda importante que os estudos avaliados sejam de qualidade e relevância para o tema ou assunto a estudar.

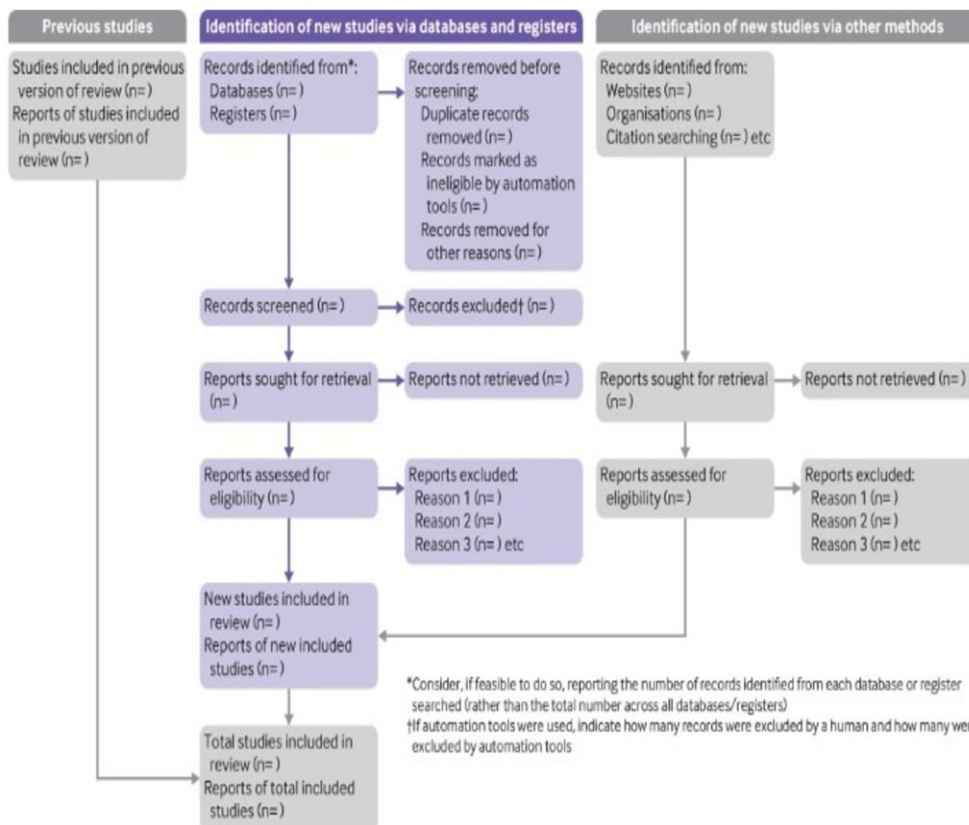
No caso de uma revisão sistemática da literatura sobre os “estudos surdos”, esta é uma oportunidade para se reunir, avaliar e interpretar criticamente todas as publicações disponíveis relativamente a este assunto, de modo a integrar a informação existente e dar maior robustez às investigações subsequentes.

1.1. METODOLOGIA

A revisão sistemática da literatura que é parte integrante desta tese de doutoramento pretende responder a uma questão que irá contribuir – ela própria – para a resposta às questões de investigação da tese. A questão que se coloca nesta revisão, e que a originou, é a de tentar perceber se os estudos surdos contribuem para a afirmação da comunidade surda enquanto subcultura.

Para responder a esta questão, baseia-se a realização desta revisão sistemática da literatura no modelo de fluxograma PRISMA, que consiste num modelo com quatro fases e numa lista de verificação composta por 27 itens, que servem como guia para autores, revisores e editores. O PRISMA descreve os critérios de identificação, seleção, elegibilidade e inclusão dos artigos que são enquadráveis nos objetivos da investigação (Page et al., 2021). Na Figura 4.1 é apresentada a proposta original do fluxograma e na Figura 4.2 a proposta que serviu de base para o diagrama de fluxo PRISMA, que foi utilizado nesta investigação e que será apresentado mais à frente.

PRISMA 2020 flow diagram template for systematic reviews.



Matthew J Page et al. BMJ 2021;372:bmj.n71



©2021 by British Medical Journal Publishing Group

Figura 4.1: PRISMA 2020 “flow diagram template for systematic reviews”²⁴

²⁴ “The new design is adapted from flow diagrams proposed by Boers,⁵⁵ Mayo-Wilson et al.⁵⁶ and Stovold et al.⁵⁷ The boxes in grey should only be completed if applicable; otherwise they should be removed from the flow diagram. Note that a “report” could be a journal article, preprint, conference abstract, study register entry, clinical study report, dissertation, unpublished manuscript, government report or any other document providing relevant information”.

PRISMA 2020 flow diagram for new systematic reviews which included searches of databases and registers only

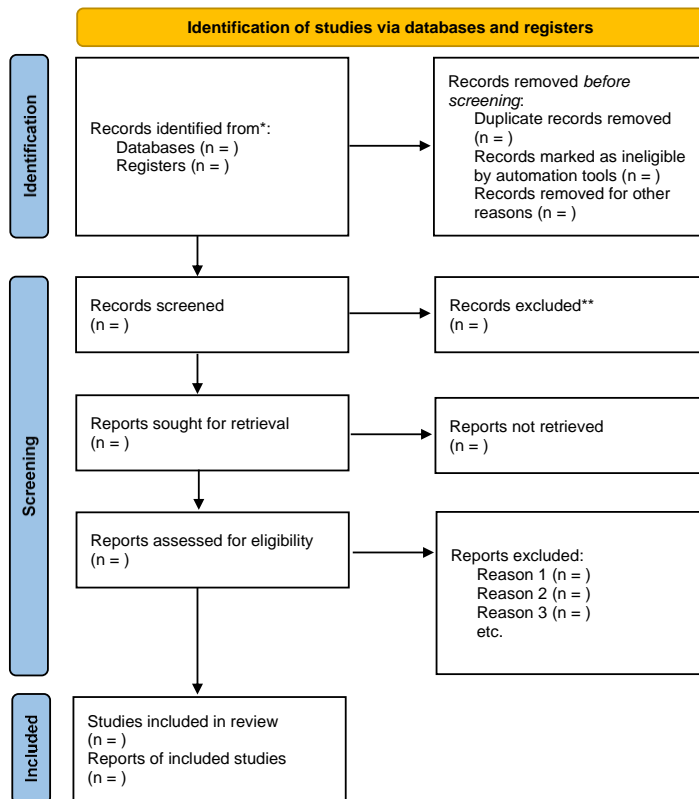


Figura 4.2: Fluxograma PRISMA que serviu de base ao utilizado nesta revisão sistemática²⁵

²⁵ (<http://www.prisma-statement.org/PRISMAStatement/FlowDiagram.aspx>).

1.2. ESTRATÉGIA DE PESQUISA E CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Para a pesquisa dos artigos publicados relativamente a este assunto foram utilizados os operadores booleanos AND e OR e as expressões booleanas de pesquisa foram:

- “estudos surdos” AND “cultura surda”;
- “estudos surdos” OR “cultura surda”;
- “deaf studies” AND “deaf culture”;
- “deaf studies” OR “deaf culture”.

De referir que a utilização das aspas que separam as expressões booleanas dos operadores permite que o processo de pesquisa dos artigos esteja dirigido a um grupo de palavras para se procurar uma frase; se as aspas não fossem utilizadas, a pesquisa iria recair sobre todos os registos que contêm essas palavras independentemente do objetivo da pesquisa.

Para a recolha dos estudos utilizados nesta revisão sistemática da literatura foi efetuada uma pesquisa através da B-on (Biblioteca do Conhecimento Online) e a base de referência foi a Web of Science (utilizando as expressões e os operadores booleanos já referidos). Por esta via, acedeu-se a duas bases de dados: a Medline e a SciELO Citation Index, sendo que as publicações selecionadas respondiam aos critérios de inclusão:

Artigos em língua portuguesa e em língua inglesa;

Publicação entre 2017 e 2021 (cinco anos), de modo a privilegiar os artigos mais recentes e limitar a quantidade de estudos.

Os critérios de exclusão adotados foram:

Dissertações/teses;

Livros e capítulos de livros;

Comunicações.

Na revisão sistemática, aplicando o fluxograma PRISMA, foram excluídos ainda: artigos duplicados, artigos de outras revisões sistemáticas, artigos sem acesso ao texto integral e artigos com metodologia pouco explícita ou com variáveis que não se integravam no objeto de estudo da tese. No final, foram obtidos 13 artigos para inclusão na revisão (Figura 4.3).

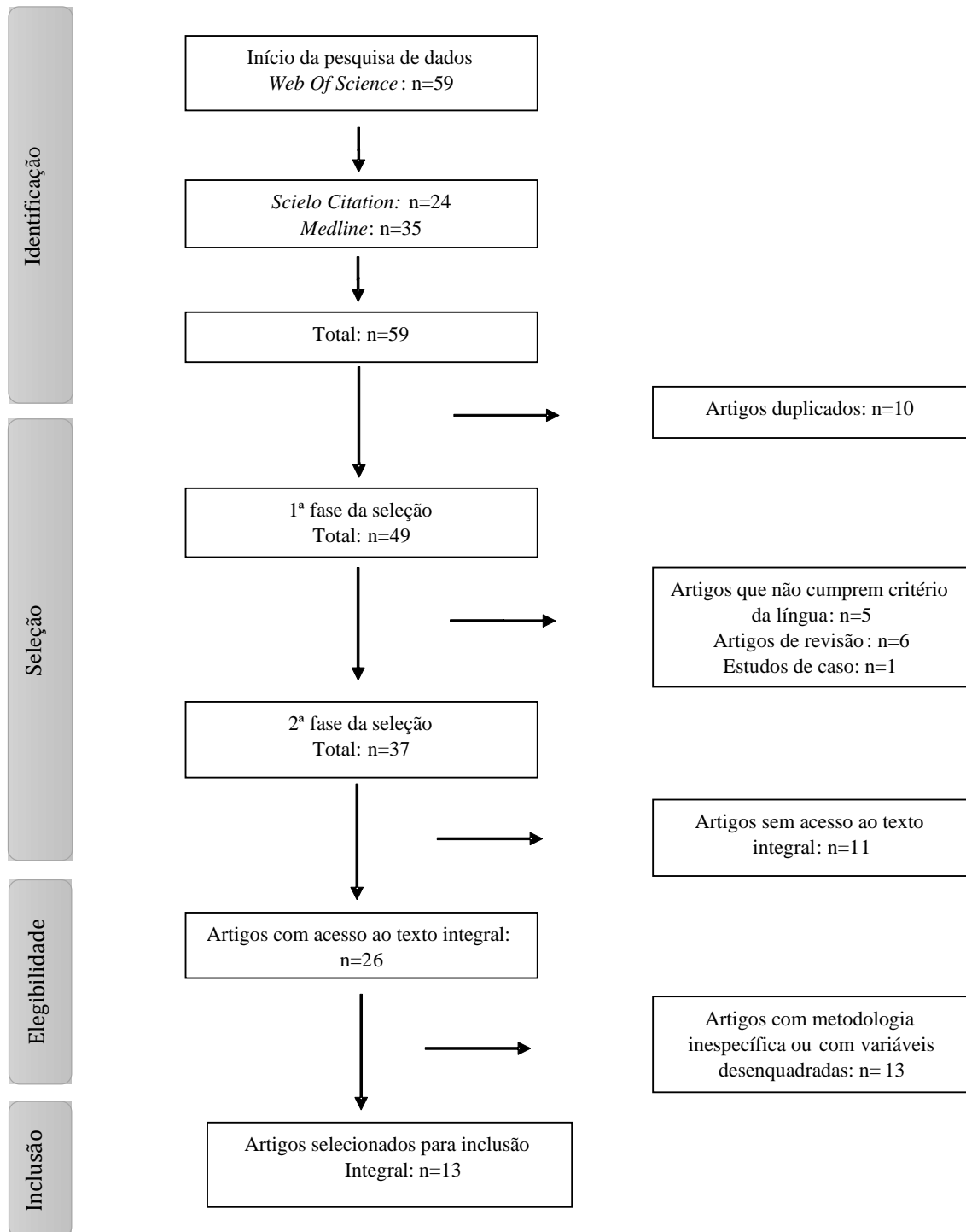


Figura 4.3: Fluxograma PRISMA adaptado²⁶

²⁶ Page *et al.*, 2021.

2. DESCRIÇÃO DOS ESTUDOS E RESULTADOS

Conforme já foi referido, após a aplicação dos critérios estabelecidos no fluxograma PRISMA, adaptado para este estudo, foram selecionados 13 artigos para inclusão no mesmo (Tabela 4.1).

Em relação ao ano de publicação dos artigos, verificou-se que, dentro do intervalo estabelecido, o ano com mais artigos publicados foi 2017 (quatro artigos), seguindo-se o ano de 2019 com três artigos publicados e os anos de 2018, 2020 e 2021 com dois artigos publicados em cada um destes anos (à data, o ano de 2021 não tinha ainda terminado).

O idioma predominante foi o inglês (em oito artigos) e os restantes artigos (cinco) foram publicados em língua portuguesa. A distribuição do idioma por ano de publicação dos artigos foi a seguinte:

- Oito artigos em inglês: três foram publicados em 2017, um em 2018, dois em 2019, um em 2020 e um em 2021;
- Cinco artigos em português: foi publicado um em cada ano de referência.

Os países de origem dos artigos foram:

- Cinco artigos originários do Brasil (um em cada ano de referência);
- Quatro artigos originários dos Estados Unidos da América (em 2017, 2018, 2019 e 2021, respetivamente);
- Dois artigos originários de Inglaterra (2017 e 2019);
- Dois artigos originários da Holanda (2017 e 2020).

Tabela 4.1: Distribuição dos artigos selecionados (n=13)

Idioma	País de origem	2017	2018	2019	2020	2021
Português	Brasil	1	1	1	1	1
Inglês	EUA	1	1	1	0	1
	Inglaterra	1	0	1	0	0
	Holanda	1	0	0	1	0

Em relação ao tipo de amostra, os artigos selecionados apresentavam amostras qualitativamente e quantitativamente diferentes – e por isso muito variadas – havendo até um estudo em que a referência à “amostra” não era aplicável. Também os tipos de estudo e / ou metodologia aplicados são muito variáveis e são apresentados em formatos mais experimentais – antropológicos, entrevistas, ensaios – assim como em formato exploratório, descritivo e comparativo.

Analisando os 13 artigos incluídos nesta revisão sistemática da literatura, consegue-se identificar três grandes temas ou assuntos: **comunicação / atendimento em saúde**, **acesso à educação / pedagogia** e **cultura ou política surdas** (neste tema, optou-se por incluir também um artigo relativo às questões morais levantadas pela genética) que são apresentados em tabela sumária (apêndice I). De realçar que todos os artigos referem a cultura surda como forma identitária da comunidade surda, independentemente do seu conteúdo ou objeto de análise. A “ligação” do indivíduo surdo com a comunidade ouvinte, em diferentes contextos, é enfatizada por vários autores contemplando o ponto de vista da comunidade surda ou a perspetiva da comunidade ouvinte.

Comunicação / atendimento em saúde:

Num artigo de 2017, em que são analisadas 16 entrevistas efetuadas a indivíduos surdos que viveram situações traumáticas, é referida a necessidade de um provedor que conheça a cultura, a história e a experiência surdas para estabelecer a ponte com o atendimento em saúde (Anderson et al., 2017). Neste artigo é evidenciada a importância dada pelas pessoas surdas ao grau de conhecimento dos indivíduos ouvintes para lidarem com elas e interagirem, se necessário, com as pessoas que estão no atendimento dos serviços de saúde (sem descurar que estes funcionários deveriam também possuir competências básicas em língua gestual).

Num outro artigo, um ensaio de Chua H. publicado em 2019 relativo à comunicação entre prestadores de cuidados de saúde e pacientes surdos, é efetuada a ligação entre a comunicação, a assistência em saúde e a beneficência médica (que é um dos Princípios Bioéticos propostos por Beauchamp e Childress). Um dos exemplos dados da importância desta ligação é a necessidade de obtenção do consentimento informado (que pode ser uma situação complexa quando se trata de pacientes surdos), para além da necessidade de comunicação precisa do diagnóstico e tratamento (Chua, 2019). Neste ensaio, é ainda referido que os surdos não são apenas uma minoria linguística e cultural; são também membros do maior e muito esquecido grupo minoritário do mundo: a comunidade das pessoas com deficiência (esta referência à comunidade de pessoas com deficiência pode ser entendida em uma dupla perspetiva, uma vez que a maior parte dos indivíduos surdos não considera a surdez como deficiência). De acordo com o artigo 25 da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (United Nations, 2010), as pessoas com deficiência devem ter direitos iguais aos demais cidadãos no acesso a programas de saúde gratuitos e com elevados padrões de qualidade. Para os surdos, de acordo com esta autora, a superação das barreiras de acesso à saúde não é apenas uma questão de comunicação, mas também uma questão de igualdade e equidade, sendo que o acesso à informação é fundamental para o seu sentimento de pertença como membros plenos da sociedade.

Mais recentemente, ainda em relação ao mesmo tema, foi estudada a perspetiva dos ouvintes perante as necessidades de atendimento das pessoas surdas. Num estudo levado a cabo (Kung et al., 2021), foram efetuados 158 questionários a estudantes de medicina em Porto Rico e verificou-se que a sensibilidade e o grau de conhecimento dos estudantes relativamente às necessidades dos pacientes surdos aumentava à medida que iam avançando nos anos curriculares da formação em Medicina. Neste estudo, verificou-se, no entanto, que, em ambiente médico em Porto Rico, a literatura científica, a informação e o conhecimento são limitados, o que leva à necessidade de se continuar a investir na formação dos estudantes de Medicina em relação à comunidade surda.

Acesso à educação / pedagogia:

Em relação ao tema do acesso à educação, Majocha *et al.* (Majocha et al., 2018) dão conta da realização de cinco entrevistas a surdos que frequentaram a Gallaudet University em cursos das áreas STEM²⁷ num estudo em que identificam quatro dimensões interrelacionadas para o sucesso na relação com o estudante estagiário surdo: consciência, autoadvocacia, mentoria e acompanhamento. Segundo estes autores, quando os mentores têm consciência do que é ser surdo, assim como quando têm consciência da cultura e da identidade surdas, as suas experiências são bem-sucedidas e têm um impacto positivo nos resultados dos estudantes pertencentes a grupos minoritários – neste caso específico, estudantes surdos.

Ainda na área educativa e também em relação às dificuldades sentidas pelos surdos no ensino superior, Paiva *et al.* num estudo muito recente de 2021 referem que as entrevistas relativas à acessibilidade linguística realizadas a sete estudantes com surdez a frequentarem o Curso de Letras Libras/Língua Portuguesa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte / Brasil permitem concluir que é necessário garantir o direito linguístico das pessoas surdas em todos os espaços da universidade e que as estratégias institucionais implementadas devem refletir a preocupação na resolução do

²⁷ *Science, Technology, Engineering e Math.*

desafio da acessibilidade linguística. Também a inclusão dos estudantes surdos no ensino superior brasileiro (curso de Pedagogia) é estudada, sendo referido que esses estudantes conhecem e aceitam positivamente o paradigma da inclusão, mas o desconhecimento de língua gestual (neste caso, a LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais) por parte dos colegas ouvintes assume-se como uma das maiores barreiras à sua inclusão (Sanches & Da Silva, 2019). Neste artigo é referido também que, mesmo concordando com os princípios e com as práticas que lhes são propostas, estes estudantes surdos preferem aprender em “salas especiais”. Mesmo com a perspectiva positiva da inclusão, no que diz respeito a socializar com os ouvintes, os surdos constataam que é preciso um esforço coletivo por parte de todos “para que o respeito pela diferença e pela identidade e cultura surda tenham maior expressão no contexto escolar” (Sanches & Da Silva, 2019, p.1). Ainda assim, os estudantes surdos procuram contribuir para que a socialização e a aprendizagem aconteçam, utilizando alternativas à comunicação por língua gestual com os demais colegas, professores e outros funcionários ouvintes (Sanches & Da Silva, 2019).

Num outro estudo, (Bowman-Smart et al., 2019) apresentam uma abordagem diferente e transversal da aprendizagem da língua gestual. Segundo estes autores, existem benefícios significativos com a aprendizagem da língua gestual, fazendo a ponte entre a inclusão desta língua na educação formal e o princípio bioético da Justiça – a inclusão e utilização da língua gestual beneficiaria os grupos minoritários e marginalizados pelas dificuldades de comunicação.

Cultura ou política surdas:

Relativamente à cultura surda, Santos, em 2017, no artigo intitulado “The Raven e o seu voo para LIBRAS”, aproveitando o mote da tradução para LIBRAS do original do conto homónimo de Edgar Allan Poe de 1845²⁸, realça o importante papel da língua gestual na comunidade surda e considera-a o “seu artefacto cultural mais significativo” (E. Santos, 2017, p.137). Este autor confronta-nos também com alguma dualidade do ser social do surdo: sem deixar a sua cultura, os surdos têm também os traços culturais característicos do seu país, pois estão em contacto constante com os ouvintes; partilham também com os seus pares o domínio do português como segunda língua, possuindo a sua própria língua; estudam tanto em escolas de surdos como em escolas de ouvintes (embora gostassem de desfrutar de um espaço educacional bilíngue) e aprendem a literatura ouvinte, mesmo que adaptada, para que lhes faça sentido.

Outros autores dão realce aos marcadores culturais da “forma de vida surda” e consideram que a surdez por si só determina uma subjetividade que é a sua “condição primordial de distinção” (Witchs & Lopes, 2018, p.10).

Em 2020, Silva *et al.* publicaram um ensaio onde é verificada a insubmissão dos surdos à perspetiva monolíngue e monocultural dominante e onde se denuncia a tentativa de fixar a identidade surda de acordo com o considerado “normal”. O ensaio esclarece ainda que as duas representações da surdez – médica ou clínico-terapêutica e socio-antropológica – “colocam os fatores biológico/natural ou histórico/cultural em evidência, tomando a deficiência sensorial e a diferença linguística como atributos categóricos para demarcar a identificabilidade generalizada dos indivíduos com surdez e classificá-los num conjunto, seja dos deficientes auditivos ou dos Surdos, delimitando suas experiências culturais no espaço social que esses sujeitos dividem com os ouvintes” (Silva & Martins, 2020, p.3).

²⁸ O conto "O Corvo" do escritor norte-americano Edgar Allan Poe. Publicado pela primeira vez em janeiro de 1845, é conhecido pela sua cadência e forma como prende o leitor a um mistério pessoal.

Numa abordagem mais política e com origem em dois países diferentes (Holanda e Inglaterra), foram publicados em 2017 dois artigos dedicados à avaliação da situação dos surdos tibetanos e mongóis e também à avaliação da situação da língua gestual tibetana em Lhasa. Em relação à situação dos indivíduos surdos do Tibete e da Mongólia, destaca-se que na China existem cerca de 20 milhões de pessoas surdas e que muitas destas pessoas pertencem a minorias étnicas, como é o caso dos tibetanos e dos mongóis (Hofer & Sagli, 2017). Neste artigo, é registada a promoção da língua gestual chinesa em detrimento da utilização das línguas gestuais locais, apesar de a língua gestual tibetana ter alcançado algum reconhecimento oficial por parte do Estado chinês. Assim, é expectável que os tibetanos e mongóis surdos na China aprendam a falar e a escrever línguas chinesas e não tibetanas e mongóis. Os autores observam ainda que as crianças surdas no Tibete e na Mongólia Interior são ensinadas a ler e a falar chinês, pelo que estas crianças não têm o mesmo direito às línguas étnicas minoritárias, ao contrário do que acontece com a maioria das crianças ouvintes que estão nas mesmas regiões (Hofer & Sagli, 2017). Em relação à língua gestual tibetana, num outro artigo de Hofer também de 2017, verifica-se a existência de um movimento “pós 2008” que promove a língua tibetana pura e a sua utilização. Nas últimas décadas, ocorreram transformações significativas nas vidas e nas práticas de comunicação dos tibetanos surdos em Lhasa (Hofer, 2017), mesmo considerando que esses indivíduos se encontram num ambiente linguístico complexo e dinâmico, devido à formalização de vários gestos e sinais manuais que integraram a língua gestual tibetana – este foi um processo com início em 2000, liderado por um grupo de tibetanos surdos.

Com uma abordagem diferente, que pode ser entendida como mais provocatória, foi publicado em março de 2020 um artigo de J.M. Wallis intitulado “*Is it ever morally permissible to select for deafness in one’s child?*” onde se evidencia que as opções apresentadas às famílias relativamente ao tipo de filho que pretendem ter têm vindo a aumentar devido à evolução das tecnologias genéticas reprodutivas e às possibilidades deixadas em aberto pelo diagnóstico pré-implantatório. Aplicando o modelo de incapacidade neutro de Elizabete Barnes (Wallis, 2020), a autora conclui que, se a surdez for entendida como diferença e se for por isso valorizada pela sua identidade cultural, a sua seleção não parece lançar danos morais e pode mesmo ser considerada.

No entanto, é referido também que a seleção para a surdez genética não é aprovada pela maioria da sociedade, encontrando esta possibilidade de seleção argumentos contrários, nomeadamente nas áreas da filosofia e da bioética.

3. DISCUSSÃO E CONCLUSÃO DA REVISÃO SISTEMÁTICA

Em todos os artigos selecionados, verifica-se a preocupação com a identidade surda e o papel da língua gestual na definição da comunidade surda como uma comunidade (sub)cultural. É ainda demonstrada em todos eles a necessidade que os indivíduos surdos têm de ser entendidos e de se fazerem entender e essa é uma preocupação comum: sem estas duas premissas satisfeitas, não se sentem cidadãos de pleno direito, pois o seu acesso ao conhecimento está limitado pelas dificuldades de comunicação, com todas as consequências nefastas que daí advêm. Também a hegemonia linguística da maioria ouvinte é evidenciada nestes artigos, com particular destaque para as situações em que os surdos, enquanto comunidade minoritária, se encontram inseridos em comunidades também elas minoritárias, como é o caso dos surdos tibetanos e mongóis. As dificuldades sentidas no acesso aos serviços básicos como a saúde a educação são também objeto de reflexão e fica claro que todas estas dificuldades e situações não se limitam apenas à sociedade ocidental. Embora os estudos se apresentem em português ou em inglês, é possível verificar a abrangência e a transversalidade dos assuntos tratados, uma vez que os estudos abordados nos artigos decorrem em diferentes países e em diferentes continentes e é possível também verificar a inexistência de artigos portugueses relativos aos “estudos surdos”.

4. SÍNTESE

Esta revisão sistemática da literatura responde à questão de partida que a originou: “os estudos surdos contribuem para a afirmação da comunidade surda enquanto subcultura?”, uma vez que em todos os estudos selecionados se verifica por parte dos autores uma preocupação em fundamentar a existência de uma cultura ou subcultura surda, mesmo considerando as diferentes abordagens e as opções metodológicas apresentadas nos artigos. Verifica-se ainda que o tema dos estudos surdos não se limita a uma área geográfica e que a investigação sobre este assunto é transversal. Sobre esta grande temática estão em falta estudos e investigação efetuados em Portugal sobre a comunidade surda portuguesa, pelo que este é um campo que pode e deve ser explorado e desenvolvido.

Capítulo 5. DISCUSSÃO E CONCLUSÃO DA PARTE I

Na primeira parte da tese foi efetuado o enquadramento teórico do tema e a revisão da literatura, que inclui também uma revisão sistemática. Deste modo, descreve-se de forma breve o mecanismo fisiológico da audição, para uma melhor compreensão deste fenómeno, e é explorado o tema da surdez / perda auditiva.

De acordo com as leituras efetuadas, verifica-se que existem múltiplas definições de surdez que dependem dos diferentes autores e entidades que, por sua vez, têm perspetivas diferentes da questão: a abordagem biomédica – que define a surdez considerando o tipo e o grau da mesma (como é o caso da OMS, Silman & Silverman, Middleton *et al.*, Northen & Downs e outros) e a abordagem do ponto de vista sociocultural – que aborda este tema a partir da diferença linguística e cultural, própria de um determinado grupo social (como, por exemplo, a abordagem efetuada por W. G. Almeida, Bigogno e Gladys Perlin, entre outros).

A própria história da educação dos surdos, que está ligada ao reconhecimento destes enquanto pessoas de direitos plenos, não é clara e é “contada” de diferentes formas, caracterizando-se por avanços e recuos na educação e na definição dos direitos, especialmente antes e após o Congresso de Milão (1880). Também se verifica que, apesar das línguas gestuais serem diferentes de país para país, ou até mesmo de região para região, tal como as línguas orais, não é possível separar geograficamente a sua história e o seu desenvolvimento, que foi sempre paralelo à educação dos surdos, independentemente do local, ultrapassando a questão educacional (Bigogno, 2010). Em Portugal, a língua gestual, depois de alguns retrocessos, avançou para o reconhecimento constitucional em 1997, enquanto Língua possuidora de uma gramática própria, passando a ser Língua Gestual Portuguesa (alínea h do nº 2 do artigo 74 da Constituição da República Portuguesa).

Com o objetivo de responder à questão “os estudos surdos contribuem para a afirmação da comunidade surda enquanto subcultura?” e – indiretamente - responder às questões de partida: “Pode a língua gestual ser considerada um fator de produção de cultura?”; “A existência de uma língua própria, com todas as suas matizes e dinâmicas próprias, é condição suficiente para formar uma identidade cultural?”; foi elaborada uma revisão sistemática da literatura. Nesta revisão verificou-se que os autores estudados encontram fundamento para a existência da cultura (ou subcultura) surda e que este assunto, enquadrado nos estudos surdos, não está restrito a uma área geográfica ou a um espaço limitado na Terra: sobre este tema encontram-se publicações em regiões muito diversas, desde o continente europeu à América e à Ásia.

Todas as publicações que fazem parte desta revisão sistemática da literatura referem a cultura surda como uma forma e expressão identitária da comunidade surda, independentemente dos temas tratados, designadamente: comunicação / atendimento em saúde, acesso à educação / pedagogia e cultura / políticas surdas. O intervalo de tempo estabelecido como referência das publicações situa-se entre 2017 - 2021 e o idioma predominante é o inglês (cinco publicações em português e oito em inglês). Verifica-se, no entanto, que os artigos publicados em português tiveram origem no Brasil e que, na amostra, não há nenhum artigo publicado em Portugal ou em outro país de língua portuguesa. Este facto é por si só relevante, na medida em que demonstra a inexistência de investigação sobre a comunidade e a cultura surda em Portugal (para além dos estudos surdos publicados pela Universidade Católica Portuguesa).

PARTE II. INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA

Para além da resposta às questões de partida, o objetivo a atingir com o estudo deste tema é também a construção de uma tese relativa aos processos de criação de uma subcultura específica da comunidade surda portuguesa e a sua articulação com a existência da língua gestual portuguesa. Assim, surgem à *priori* duas questões que vão de encontro aos objetivos gerais da investigação, para além da questão já explorada na revisão sistemática da literatura:

- Pode a língua gestual ser considerada um fator de produção de cultura?
- A existência de uma língua própria, com todas as suas matizes e dinâmicas próprias, é condição suficiente para formar uma identidade cultural?

Relacionadas com estas questões de partida surgiram ainda algumas questões complementares:

- Qual é o entendimento que o indivíduo surdo faz da sua própria condição?
- Pode a condição de indivíduo surdo ir além da questão sensorial (enquanto condição limitadora ou patológica à luz de uma abordagem com o enfoque na perspetiva biomédica) e passar a ser considerada também uma questão cultural?
- É possível determinar qual a identidade surda predominante em Portugal?

Capítulo 6. OPÇÕES METODOLÓGICAS

A surdez, em particular a surdez profunda que priva o surdo do acesso à linguagem partilhada socialmente pela maioria ouvinte, é geradora de situações difíceis e controversas. O reconhecimento da língua gestual como língua com estatuto igual às línguas faladas foi um passo importante na aceitação da comunidade surda por parte dos ouvintes. No entanto, é importante recordar que “A comunicação gestual é muito mais do que uma língua... Chamar-lhe língua é redutor” (Serrão, 1998), p.23). O indivíduo que nasce surdo não tem, obviamente, capacidade auditiva e esta situação leva à impossibilidade de gerar a imagem sonora de forma natural. No entanto, a consciência primária do surdo demonstra uma enorme capacidade visomotora que muito rapidamente se especializa na “criação de uma cultura mimética gestual que usa os membros, em especial as mãos, a face e as posturas corporais” (Serrão, 1998), p.22).

A utilização do gesto gera no surdo a capacidade de criar conceitos abstratos no mundo relacional e social, tornando a comunidade surda detentora de língua(s) própria(s), geradora de uma cultura própria qualitativamente diferente da cultura dos ouvintes / falantes. Segundo Serrão (1998, p.23), “o surdo tem aptidões extraordinárias e nada o impede de participar de forma ativa e responsável no mundo dos falantes sem perder a sua dignidade cultural”. Para essa participação têm de contribuir a comunidade surda – pela consciência das suas identidades próprias – mas também a comunidade ouvinte, pela aceitação das mesmas.

Em Portugal, tem sido feito um esforço no sentido de garantir a igualdade e a equidade entre ouvintes e surdos e um dos exemplos – para além da dimensão educativa – é o acesso à informação por parte dos surdos, que antes não sabiam o que se passava no mundo à sua volta, mesmo com o recurso à legendagem ou ao teletexto. É por isso ainda recente, mas já habitual, a presença de um tradutor / intérprete de língua gestual portuguesa nos serviços televisivos de informação e junto de outras entidades oficiais (atendimento em alguns cuidados de saúde, por exemplo). Há, no entanto, um caminho longo a percorrer e a situação pandémica causada pela Covid-19 evidenciou ainda mais a necessidade de se fazer esse percurso: desde logo pela obrigatoriedade da utilização

de equipamentos de proteção individual, nomeadamente da máscara, que dificultou ainda mais o acesso do cidadão surdo a tudo o que foi conquistado até ao momento, desde a educação até à saúde. Ainda assim, após a intervenção ao nível oficial das entidades surdas, os serviços portugueses adaptaram-se a esta nova realidade ultrapassando as dificuldades sentidas pelos surdos: por exemplo, o Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) disponibilizou um sistema de videochamada que permite à pessoa surda o contacto direto com um intérprete de Língua Gestual Portuguesa, o que assegura a comunicação entre a pessoa surda e o profissional de saúde. Também a Circular Normativa nº 1 de 31-03-2021 da ARS Norte veio chamar a atenção para as dificuldades de comunicação sentidas pelos cidadãos surdos na fase pandémica, recomendando a presença de tradutores / intérpretes de LGP nas consultas abertas e de ambulatório (anexo III).

Na senda de levar a bom porto a investigação proposta e considerando as particularidades do tema escolhido, a opção metodológica desta tese relaciona-se com as características do objeto da investigação e da amostra, mas está também relacionada com a experiência de vida e interesses de investigação por parte da autora. A metodologia utilizada é mista: descritiva e quantitativa - em relação à recolha e à sistematização dos dados - e qualitativa, na discussão dos mesmos. Esta forma de analisar os resultados obtidos possibilita uma abordagem mais plural do objeto de estudo e garante uma visão mais abrangente da própria investigação. É assim de realçar a importância e a complementaridade da utilização das duas metodologias, que são conciliadas em diferentes momentos do processo de investigação, obedecendo a princípios de validação distintos. Também a revisão sistemática da literatura apresentada, enquanto metodologia autónoma com vista a responder a questões de investigação específicas, fornece um contributo metodológico importante para a elaboração da tese e apresenta-se como mais um momento de resposta às questões de partida formuladas.

Estudo de caso

Atendendo a que esta investigação recai sobre uma comunidade que é representativa de um universo (a comunidade surda), o estudo de caso foi a opção metodológica utilizada. Os estudos de caso são utilizados para explorar, descrever e explicar o fenómeno em estudo e implicam uma abordagem metodológica de cariz essencialmente qualitativo. No entanto, mesmo considerando as suas características qualitativas, os estudos de caso podem também ser utilizados numa perspetiva de investigação mista, combinando os métodos de investigação qualitativos com os quantitativos.

Yin, citado por A. Santos *et al.* (2019), aborda o estudo de caso como “uma estratégia de investigação que consiste num procedimento metodológico através do qual o investigador procura recolher informação detalhada sobre uma única unidade de estudo, podendo essa unidade ser o indivíduo, a comunidade ou até mesmo a nação” (p.36).

Ainda antes da recolha de dados para o estudo de caso, deve ser realizado um estudo piloto de modo a que os instrumentos de investigação sejam melhorados ou mesmo alterados, se for necessário (Yin, 2015). Neste caso, o estudo piloto realizado foi apresentado no projeto final de licenciatura de uma estudante do Curso de Audiologia da Escola Superior de Saúde do Politécnico do Porto, no ano letivo de 2019-2020 (Marques, 2020), tendo sido esse projeto orientado pela autora da tese atual.

Utilizando o estudo de caso como metodologia de investigação, é possível observar, compreender e descrever uma situação real, intervindo na recolha da informação, no seu processamento e na sua análise. Uma outra definição de estudo de caso caracteriza-o como um estudo de uma entidade bem definida (uma unidade social, uma pessoa, uma instituição, etc.) com o objetivo de a conhecer em profundidade debruçando-se sobre a sua situação específica (Ponte, 2006). Atendendo aos objetivos de investigação propostos nesta tese e às características do seu objeto de estudo, esta investigação versa o estudo amostral da população surda portuguesa e apresenta-se como um método de pesquisa de uma unidade de análise e não apenas de um elemento de uma dada amostra ou população.

O modelo analítico proposto dá preferência à matriz qualitativa, mas é também suportado pela metodologia quantitativa. Este estudo é elaborado a partir das questões de partida e das questões / hipóteses teóricas entretanto formuladas, de forma a servirem de enquadramento para a pesquisa (Van Campenhout et al., 2019). Como instrumentos utilizados para a recolha de dados, utilizou-se um questionário sociodemográfico destinado à caracterização dos elementos da amostra e uma escala – a EDIS - traduzida e adaptada para a língua portuguesa (Garrinhas, 2015). O tratamento e a discussão dos dados, após a sua recolha, seriação, organização e classificação, foi efetuado através da análise qualitativa e da análise estatística (quantitativa).

A utilização da escala EDIS demonstrou ser a possibilidade mais viável para a recolha de dados em contexto pandémico, sendo esta escala a única a que se conseguiu aceder em língua portuguesa. De acordo com o referido neste capítulo, a utilização do questionário sociodemográfico (também previsto na dissertação de mestrado de Helena Garrinhas) permitiu a caracterização da amostra sendo que, para a avaliação da identidade surda, foi utilizada a escala já referida – EDIS. Ao questionário sociodemográfico original, presente na dissertação de Helena Garrinhas em 2015 (anexo IV), acrescentaram-se duas novas questões relativas à nacionalidade e ao local de residência, que têm como objetivo ilustrar a abrangência geográfica da amostra, para além do objetivo inicial que consistia na disseminação do questionário e da escala por mais dois países de expressão portuguesa, o que acabou por não se concretizar.

1. AMOSTRA

A amostra desta tese é constituída por um conjunto de elementos retirados de uma população mais ampla (Pocinho, 2012). Neste caso, a amostra é constituída por 46 elementos e é dirigida e de conveniência, de acordo com os critérios de inclusão e de exclusão. Pela sua diversidade, a amostra do presente trabalho de investigação permitiu a identificação de questões e de situações que traduzem o sentimento da comunidade surda portuguesa.

2. CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO

Para a resposta às questões de investigação, é necessário definir critérios, de modo a garantir a validade externa do estudo de investigação. É o caso das características-chave da população que pode integrar a amostra – critérios de inclusão – e que podem abranger, para além de aspetos sociodemográficos, outras características como, por exemplo, características clínicas ou geográficas (Patino & Ferreira, 2018). Por outro lado, os critérios de exclusão dizem respeito às características da população que não cumprem os critérios de elegibilidade para fazer parte da amostra e que, por isso, implicam a sua não integração na mesma.

Nesta investigação, os critérios de inclusão relativamente aos elementos da amostra prendem-se com as condições para o preenchimento do questionário e com as características necessárias para preencher a EDIS, nomeadamente:

1. Ter idade igual ou superior a 18 anos;
2. Ter surdez neurossensorial profunda ou severa há pelo menos 10 anos.

Assim, o primeiro critério de inclusão justifica-se pelo consentimento informado, que é parte integrante do cabeçalho do inquérito (questionário sociodemográfico e EDIS) (apêndice II) e que é apresentado de forma direta sem intermediários e sem recurso a encarregado de educação ou tutor. O segundo critério está relacionado com as características clínicas da perda auditiva (grau e tipo de surdez) e com o tempo mínimo

de convivência com a própria surdez: dez anos são uma margem temporal aceitável para que o indivíduo experiencie as diferenças e eventuais dificuldades que advêm da sua condição de surdo numa sociedade de ouvintes.

Em relação aos critérios de exclusão, os mesmos contemplam as situações de recusa ou impossibilidade de colaboração no estudo e os indivíduos com perda auditiva recente (com menos de dez anos de aquisição da mesma).

3. VARIÁVEIS

Num trabalho de investigação, as variáveis consistem nas características dos elementos que constituem a amostra e que são de interesse para o estudo. Existem diferentes tipos de variáveis, mas as variáveis chave nos trabalhos de investigação são as variáveis independentes e as variáveis dependentes. A variável independente é aquela que é alterada ou controlada para se testar os seus efeitos na variável dependente. Por sua vez, a variável dependente é a variável que é testada e medida no trabalho de investigação. Assim, a variável dependente é a que muda em resposta à variável independente, ou seja, é a que depende da variável independente, que, por sua vez, é controlada pelo investigador (Helmenstine, 2018).

Como variáveis que fazem parte desta tese encontram-se:

- **Variáveis Independentes:** idade; tipo e grau de surdez.
- **Variáveis dependentes:** questionário sociodemográfico e Escala de Desenvolvimento de Identidade Surda – EDIS.

4. INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

O método de recolha de dados pensado inicialmente para esta tese estava dividido em duas fases: numa primeira fase, proceder-se-ia à seleção da amostra através da utilização de questionários de caracterização da mesma / questionários sociodemográficos (de modo a garantir o cumprimento dos critérios de inclusão por parte de todos os participantes), e, numa segunda fase, estava prevista a realização de entrevistas semiestruturadas aos indivíduos constituintes da amostra. No entanto, atendendo ao contexto decorrente da situação pandémica causada pela Covid-19, optou-se por utilizar uma escala, devidamente traduzida e adaptada, como alternativa às entrevistas semiestruturadas que, para serem efetuadas a uma população surda, se tornaram impraticáveis. É importante voltar a reforçar que, caso se mantivesse a opção de recolha de dados utilizando as entrevistas, as mesmas teriam de se efetuar presencialmente, com a participação de um tradutor de LGP e sem utilização de máscara, o que tornava o procedimento inviável por questões de segurança e de saúde pública.

Em alternativa, optou-se então pela utilização de um questionário sociodemográfico que permitiu a caracterização da amostra e, para a avaliação das identidades surdas, foi utilizada a EDIS. Relativamente ao questionário sociodemográfico, mantiveram-se as questões originais e acrescentaram-se duas novas questões relativas à nacionalidade e ao local de residência. Estas questões têm como objetivo ilustrar a abrangência da amostra. Inicialmente existia também o objetivo de disseminação do questionário e da escala por dois países de expressão portuguesa para posterior comparação de resultados. Este objetivo acabou por não se concretizar: inicialmente foram conseguidos cinco respondentes cabo-verdianos, mas, devido às limitações causadas pela situação pandémica, não foi possível dar continuidade a esse objetivo, uma vez que a compreensão da escala escrita implicava, na maioria das vezes, a presença de um tradutor de língua gestual.

4.1 QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO

Conforme referido em ponto anterior, o trabalho experimental desenvolvido no âmbito desta investigação teve início com um estudo piloto apresentado no projeto final de licenciatura de uma estudante do Curso de Audiologia da Escola Superior de Saúde do Politécnico do Porto, no ano letivo de 2019-2020 (Marques, 2020). Esse estudo-piloto permitiu averiguar a viabilidade do estudo *major* (tese), assim como permitiu a introdução de algumas alterações necessárias nos instrumentos de pesquisa, salvaguardando sempre a versão original da escala utilizada como referência – a versão portuguesa da EDIS, proposta por Garrinhas em 2015.

No caso desta tese, foram introduzidas alterações ao questionário sociodemográfico apresentado na dissertação de mestrado de Garrinhas (2015), uma vez que, como já foi referido, se optou por acrescentar duas questões: uma relativa à nacionalidade e outra relativa à região / local de residência.

A primeira questão não se mostrou importante no desenvolvimento da tese, pois apenas foram incluídas no estudo as respostas dos participantes de nacionalidade portuguesa, pelos motivos já referidos. A segunda questão permitiu perceber qual a abrangência geográfica do inquérito dentro do território nacional e também quais as regiões / locais de residência com maior participação.

4.2 ESCALA DO DESENVOLVIMENTO DA IDENTIDADE SURDA (EDIS)

A EDIS foi traduzida para português, adaptada e aplicada por Garrinhas em 2015, do original “The Deaf Identity Development Scale - DIDS” (Glickman, 1993). No estudo de Garrinhas, “a consistência interna dos fatores (da escala) foi analisada com recurso ao *alpha* de Cronbach (α)” (p.63). No seu estudo “houve a necessidade de reduzir os itens para chegar a um valor aceitável da consistência interna. Ainda assim, no geral, a versão portuguesa é a que obtém valores mais reduzidos, embora aceitáveis” (p.78). Os contributos e os estudos de tradução e aplicação para a validação da EDIS são apresentados na dissertação de mestrado de Helena Garrinhas (2015), onde a autora propõe a redução das 60 questões da DIDS original para 40 questões, que irão contribuir para a análise das identidades surdas (Garrinhas, 2015).

As identidades surdas (ou orientações, de acordo com alguns autores) a identificar pela análise dos dados obtidos correspondem a quatro:

- Surdo não assumido (SNA);
- Surdo ambivalente (SA);
- Surdo oralizado (SO);
- Surdo imerso na cultura surda (SICS).

Identidade / orientação SNA:

Este fator corresponde na EDIS a 12 itens: números 1, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 14, 17, 21, 22, 32. A orientação “surdo não assumido” é a mais complexa relativamente à surdez, pois é encarada pelo próprio surdo na perspectiva do modelo clínico cuja abordagem entende a surdez como uma patologia a ser tratada. Esta identidade é semelhante à identidade SO, mas com a negação da surdez sempre subjacente. Em Portugal existem cidadãos surdos com baixa autoestima e que vivem isolados, pela dificuldade de aceitação da surdez (Estanqueiro, 2006). Segundo Garrinhas (2015), são pessoas que convivem mais com ouvintes do que com pessoas surdas e a negação da surdez pode ter origem na restrição familiar para a utilização de LGP, normalmente imposta pelos progenitores, Pela dualidade de se sentir incompreendido pelos ouvintes e a não aceitação da surdez, esta é uma orientação complexa relativamente à identidade surda (Garrinhas, 2015).

Identidade / orientação SA:

A identidade “surdo ambivalente” corresponde na EDIS a 11 itens: números 10, 16, 19, 25, 27, 33, 34, 37, 38, 39, 40. A orientação SA diz respeito a indivíduos que não dominam a LGP (Felizes, 2013), mas utilizam-na a par do gesto para comunicar. Em Portugal, não existem estudos sobre esta orientação identitária mas, considerando o surdo isolado, (Coelho & Cortes, 2013) e Felizes (2013) realizaram entrevistas, com o objetivo de compreender qual a língua de comunicação destes indivíduos, tendo-se verificado que têm dificuldade em separar os sentimentos contraditórios relativamente a surdos e a ouvintes: consideram importante a existência de uma comunidade surda robusta, mas desenvolvem ao mesmo tempo sentimentos de ressentimento em relação aos pares – a denominada “mudança de consciência”, conceito introduzido por Padden e Humphries, citados por Glickman (1993).

Identidade / orientação SO:

A orientação “surdo oralizado” corresponde na EDIS a nove itens: números 12, 24, 26, 28, 29, 30, 31, 35, 36. Os indivíduos que se identificam com esta identidade surda sentem-se melhor entre os ouvintes, mas simultaneamente demonstram dificuldades na comunicação com eles. Segundo Garrinhas (2015), esta parece ser a identidade mais evidente nos surdos portugueses e, segundo Mariana Martins, esta é uma identidade ouvinte ilusória e a mais característica das pessoas parcialmente surdas (Martins, 2005).

Identidade / orientação SICS:

A identidade “surdo imerso na cultura surda” corresponde na EDIS a oito itens: 2, 7, 11, 13, 15, 18, 20, 33. É uma identidade positiva, com a aceitação da surdez e que privilegia a utilização da LGP para comunicar, língua utilizada com maior à vontade do que o português oral (Amaral, 2006). Normalmente, os indivíduos que se identificam com esta orientação são filhos de pais surdos, a sua língua materna emerge do ambiente familiar e, por isso, conhecem-na, utilizam-na fluentemente, valorizam-na e são fortes apoiantes da cultura surda.

5. TRATAMENTO ESTATÍSTICO

No tratamento estatístico dos dados, foi utilizada a estatística descritiva (através de tabelas, gráficos e cálculo de percentagens) de forma a sumariar os resultados obtidos. Para testar a independência *versus* a associação de duas variáveis foi utilizado o teste do Qui-quadrado de Pearson, que serve para testar “se duas ou mais populações (ou grupos) independentes diferem relativamente a uma determinada característica” (Marôco, 2011).

Para a utilização deste teste (Bigogno, 2010), as observações efetuadas devem ser contagens ou frequências, a amostra deve ser constituída por grupos independentes cujos elementos hajam sido selecionados aleatoriamente e deve ter pelo menos cinco observações esperadas em cada célula, ou, em caso de poucos grupos, pelo menos 10 observações).

As características da amostra utilizada foram um dos motivos para a nova categorização das identidades surdas, em que a variável “identidade surda” foi posteriormente subdividida / recodificada em duas novas categorias, para possibilitar a análise estatística dos dados obtidos nesta investigação:

- 1 Surdos não assumidos (SNA);
- 2 Outros surdos (OS).

Esta última e nova categoria (OS) é compreendida pelas categorias anteriores – “SA”, “SO” e “SICS” – pois são as que apresentam scores mais baixos e as que dizem respeito aos surdos que não integram a identidade “não assumidos”.

O nível de significância estabelecido para a análise estatística foi 5% ($\alpha=0,05$). Conforme se poderá verificar mais adiante, em algumas das tabelas cruzadas, houve ainda necessidade de se recorrer a categorias modificadas do questionário sociodemográfico, uma vez que mais de 20% das células tinham valor esperado inferior a 5. Após esta recodificação, nas tabelas 2X2, quando não tínhamos mais de 20% das células com valor

esperado inferior a 5, recorreremos ao teste do Qui-quadrado e foi verificada a correção de continuidade. Sempre que existiam mais de 20% de células com frequências esperadas inferiores a cinco (nas tabelas de 2X2), utilizou-se o teste de Fisher.

A média e o desvio padrão foram calculados para os resultados do questionário sociodemográfico, relativos a:

- Idade da amostra;
- Idade da perda auditiva;
- Idade de aprendizagem da LGP;
- Idade de contacto com surdos.

A análise estatística foi efetuada utilizando o *Excel (Office 365)* e o *IBM Software Statistical Package for the Social Sciences Versão 28 (SPSS)*. Uma vez que a fiabilidade das escalas varia de amostra para amostra, também neste estudo foi calculado o α de *Cronbach* para a EDIS, cujo valor obtido foi o de 0,763 - consistência interna razoável (Pestana & Gageiro, 2008).

6. SÍNTESE

Conforme é referido neste capítulo, as opções metodológicas que foram tomadas para esta tese sofreram alterações e adaptações ao longo do processo de elaboração da mesma, devido a diversos fatores ou razões. A pandemia causada pelo SARS-CoV-2 foi o fator que mais alterações implicou, nomeadamente em relação aos métodos de recolha de dados, que tiveram de ser adaptados e até substituídos por outros instrumentos de avaliação, mais de acordo com as características da população que constitui a amostra em estudo e com as limitações impostas pela situação pandémica.

Assim, foi descartada a utilização de entrevistas semiestruturadas para recolha de dados e em alternativa optou-se pela utilização de um inquérito constituído por um questionário sociodemográfico e por uma escala validada para o português (EDIS). Calcularam-se a média e o desvio padrão para os resultados obtidos a quatro questões do questionário sociodemográfico e, para se verificar a fiabilidade da escala, calculou-se o valor do α de *Cronbach*, obtendo-se um valor indicativo de consistência interna razoável. Para a sumarização dos dados (respostas) utilizou-se a estatística descritiva e para a sua análise foram utilizados o teste do Qui-quadrado e o teste de Fisher, sempre que aplicável.

Capítulo 7. ESTUDO DE CASO: A COMUNIDADE SURDA PORTUGUESA E UMA IDENTIDADE CULTURAL ESPECÍFICA

1. APRESENTAÇÃO DO ESTUDO EMPÍRICO / INSTRUMENTOS

O estudo, que é parte integrante deste trabalho de investigação, tem como objetivo a resposta às questões de partida:

Questão 1: Pode a língua gestual ser considerada um fator de produção de cultura?

Questão 2: A existência de uma língua própria, com todas as suas matizes e dinâmicas próprias, é condição suficiente para formar uma identidade cultural?

Por via destas questões, surgiram ainda outras complementares:

- Qual é o entendimento que o indivíduo surdo faz da sua própria condição?
- Pode a condição de indivíduo surdo ir além da questão sensorial (enquanto condição limitadora ou patológica à luz de uma abordagem com o enfoque na perspetiva biomédica) e passar a ser considerada também uma questão cultural?
- É possível determinar qual a identidade surda predominante em Portugal?

Para a realização da investigação, o questionário e a escala EDIS foram transcritos para formato online na plataforma *Forms* do *Microsoft Office 365* e foram distribuídos via e-mail utilizando o sistema de amostragem por “bola de neve”. Este tipo de amostragem não probabilística foi utilizado atendendo às características da amostra, cujos sujeitos não são de fácil acesso e pertencem a um subgrupo populacional minoritário. Para a utilização desta técnica de amostragem – e numa primeira fase da elaboração do estudo – pensou-se contactar diretamente as associações de surdos de modo a garantir a participação e o preenchimento do inquérito de forma mais alargada e rápida. Contudo, as leituras efetuadas – assim como a experiência do estudo piloto que precedeu esta tese – permitiram prever que as possíveis colaborações que se iriam obter por esta via poderiam contribuir para o aparecimento de um viés na investigação: os surdos com

maior espírito associativo são os que estão mais imersos na cultura surda e são também os mais ativistas na luta pelos seus direitos, o que, por si só, condicionaria a montante as respostas à EDIS.

Assim, optou-se por definir que o primeiro contacto a efetuar seria através da identificação de um indivíduo que cumprisse os critérios de inclusão, que estivesse bem integrado na população a estudar e que tivesse também contactos diversos com vários elementos da mesma. Esse indivíduo – a quem se chegou através dos contactos da autora da tese com pessoas surdas – foi o responsável pelo início da disseminação do inquérito utilizado (ou seja: foi o “elo de ligação”) e que o acompanhou à medida que os participantes o iam preenchendo, acediam aos contactos conhecidos solicitando a sua participação e assim sucessivamente até terminar a recolha dos dados, processo esse que decorreu entre o mês de janeiro de 2021 e o mês de maio do mesmo ano, altura em a plataforma *Forms* foi encerrada.

No sentido de se realizar esta investigação, foi enviado um email solicitando autorização para a utilização da EDIS à autora da versão portuguesa – Helena Garrinhas. A utilização da versão manuscrita foi autorizada, contudo, em relação à versão traduzida para LGP, a utilização não foi autorizada, situação que veio a comprometer a disseminação mais generalizada do inquérito (apêndice III).

Para além da utilização da EDIS, foi utilizado um questionário sociodemográfico (adaptado do original) para a caracterização dos elementos da amostra. Esse questionário tinha como objetivo facilitar a comparação entre as comunidades surdas de países de expressão portuguesa – neste caso antevia-se a comparação entre Moçambique e Cabo Verde, para além de Portugal. No entanto, conforme referido, devido à pandemia e à necessidade da presença de um tradutor de língua gestual (em particular nesses países, pois verificou-se que sem a sua intervenção existia muita dificuldade na interpretação das questões colocadas e, por consequência, comprometimento das respostas), suspendeu-se a comparação que se pretendia e optou-se pela não inclusão na análise dos resultados das poucas respostas que se

conseguiram obter de outros países de língua portuguesa (apenas participaram cinco de indivíduos de nacionalidade cabo-verdiana).

Deste modo, o inquérito utilizado nesta tese foi dividido em duas partes:

1. O questionário sociodemográfico, que é constituído por 18 questões destinadas à caracterização da amostra;
2. A escala EDIS com 40 questões, traduzida e validada para o português por Helena Garrinhas, em 2015. Esta escala é constituída na sua versão original por 60 questões destinadas a identificar as identidades surdas (Glickman, 1993). Na presente tese, o questionário e a escala traduzida para português foram transcritos para formato online, sendo para isso utilizada a plataforma *Forms* do *Microsoft Office 365*, com a cronbaificação dos itens 4, 5, 18, 20, 22, 23 e 32, conforme o original (resposta 1 passa a 5, resposta 2 passa a 4, resposta 3 mantém 3, resposta 4 passa a 2 e resposta 5 passa a 1) (Garrinhas, 2015).

Após o encerramento do inquérito, a 28 de maio de 2021, os dados obtidos foram o resultado das respostas disponibilizadas pela plataforma *Forms* e a análise dos mesmos foi efetuada utilizando o *Excel (Office 365)* e o *IBM Software Statistical Package for the Social Sciences Versão 28 (SPSS)*, para a realização dos testes estatísticos e para a produção das tabelas relativas aos resultados obtidos, nomeadamente as tabelas cruzadas (*crosstabs*). No entanto, antes da produção das tabelas cruzadas, houve ainda necessidade de se produzir uma tabela “orientação surdo” relativa às identidades surdas. Para isso, foi criada a nova variável “orientação surdo”, com valores de 1 (para surdo não assumido - SNA), 2 (para surdo ambivalente - SA), 3 (para surdo oralizado - SO) e 4 (para surdo imerso na cultura surda - SICS), com atribuição em função do maior valor obtido nas médias do score de cada orientação (SNA, SA, SO e SICS). À posteriori esta variável foi também recodificada, conforme já referido.

Foi também necessário verificar para cada elemento da amostra qual o maior valor obtido nos *scores* de cada orientação e atribuir essa orientação a cada um. No capítulo anterior (capítulo 6, ponto 5) da tese são descritos com maior detalhe os procedimentos estatísticos relativos ao questionário sociodemográfico e à identidade / orientação surda, que foram utilizados para a obtenção dos resultados das tabelas cruzadas.

1.1 QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO

As 18 questões colocadas no questionário sociodemográfico compreendem:

1. Nacionalidade (não foram exploradas as respostas obtidas a esta pergunta, uma vez que o estudo recai apenas sobre os participantes de nacionalidade portuguesa);
2. Local / concelho de residência;
3. Idade;
4. Sexo / género;
5. Estado civil;
6. Habilitações literárias;
7. Grau de surdez;
8. Idade de aquisição da surdez;
9. Causa da surdez;
10. Forma de comunicação mais utilizada;
11. Antecedentes familiares de surdez (pais);
12. Outros familiares com surdez;
13. Idade de aprendizagem de LGP;
14. Local de aprendizagem de LGP;
15. Idade do primeiro contacto com surdos;
16. Tipo de escola que frequenta ou frequentou;
17. Frequência de convívio com pessoas surdas;
18. Local habitual de encontro com os pares (outras pessoas surdas).

No questionário sociodemográfico de Helena Garrinhas (2015), que é composto por 16 questões, as duas primeiras questões (nacionalidade e concelho de residência) do questionário deste estudo não existem. No entanto, nesta investigação optou-se pela inclusão das mesmas no questionário por se considerar importante dois pontos, a saber:

- A possibilidade de comparação dos resultados obtidos com os verificados noutros países – neste caso, dois países de expressão portuguesa, Moçambique e Cabo Verde. De acordo com o já referido, não foi possível concretizar este objetivo, pelo que acabou por não se incluir na análise os resultados relativos às cinco participações de Cabo Verde; assim, esta questão acabou também por não ser incluída;
- A verificação da cobertura nacional – a distribuição por área de residência possibilitou ter a perceção da área geográfica abrangida (neste caso em Portugal) e qual ou quais os locais ou concelhos de residência com maior participação.

1.2 EDIS – ESCALA DE DESENVOLVIMENTO DA IDENTIDADE SURDA

Em relação à escala EDIS, Helena Garrinhas, a autora da tradução e da validação da versão portuguesa, descreve na sua dissertação de mestrado todos os processos referentes à validade interna e consistência da escala, propondo a redução das 60 questões da EDIS original para 40 questões, que, na sua perspetiva, deveriam contribuir para a análise das identidades / orientações surdas (Garrinhas, 2015).

Na elaboração desta investigação, foram utilizadas as 40 questões propostas por Helena Garrinhas correspondentes às quatro identidades surdas que a autora propõe (Tabela 7.1) – esta opção está de acordo com a validação da escala para português.

Tabela 7.1: Composição da Versão Portuguesa original da EDIS (40 itens)
(Garrinhas, H., 2015)

Fator / Identidade	Composição final / EDIS	Nº itens
Surdo não assumido (SNA)	1, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 14, 17, 21, 22, 32	12
Surdo ambivalente (SA)	10, 16, 19, 25, 27, 33, 34, 37, 38, 39, 40	11
Surdo oralizado (SO)	12, 24, 26, 28, 29, 30, 31, 35, 36	9
Surdo imerso na cultura surda (SICS)	2, 7, 11, 13, 15, 18, 20, 33	8

Nesta tese, as 40 questões relativas à EDIS - e que correspondem às 40 questões propostas por Garrinhas - vêm no seguimento do questionário sociodemográfico e têm por isso início no número 20 (apêndice IV).

2. RESULTADOS

2.1 RESULTADOS

Foram obtidas 51 participações ao inquérito constituído pelo questionário sociodemográfico e pela EDIS e o tempo médio de resposta a ambos foi de 17 minutos e 33 segundos, de acordo com o referenciado pela plataforma *Forms* do *Microsoft Office*. De acordo com o que já foi referido no ponto anterior e pelas razões já apresentadas, optou-se por não incluir nos resultados as cinco respostas obtidas de Cabo Verde. Neste subcapítulo são apresentados os resultados do questionário sociodemográfico, os resultados da EDIS e os resultados das tabelas relativas à associação de variáveis.

2.2 RESULTADOS DO QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO

Região / concelho de residência

Em relação à área de residência, verificou-se uma participação de inquiridos de diferentes concelhos do país, sendo privilegiados os concelhos do Norte, os concelhos mais próximos do litoral e existindo três participações da Ilha da Madeira. Para a sistematização destes resultados, inicialmente optou-se pela divisão da participação considerando a divisão clássica de Portugal utilizada pelo Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) na classificação do índice PDSI: Norte, Centro e Sul (Figura 7.1).

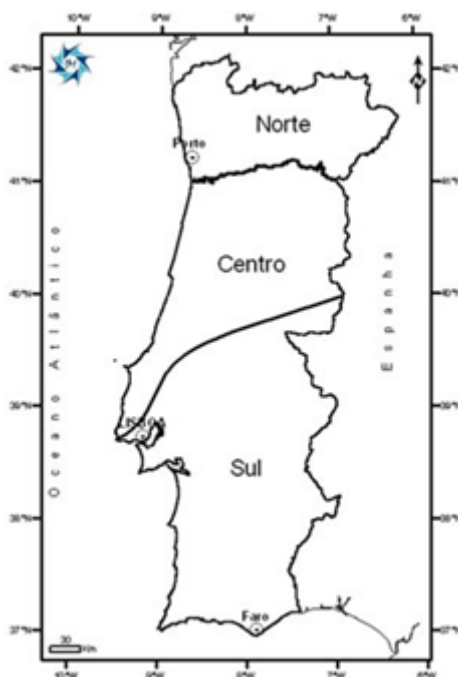


Figura 7.1: Divisão de Portugal na classificação do índice PDSI

Embora esta divisão possibilitasse uma visão menos detalhada dos concelhos de residência dos elementos da amostra, permitia, por outro lado, uma visão mais abrangente da distribuição da participação por área geográfica do país. O concelho de residência com maior participação foi o concelho do Porto (8,7%), seguindo-se o concelho de Guimarães (6,5%) e depois os concelhos de Almada, Braga, Felgueiras, Lisboa e Madeira, com a mesma percentagem de participação (4,6% cada um). Verificou-se assim uma maior participação da região norte, relativamente às regiões centro e sul.

Em relação à restante participação, verifica-se que a mesma foi bastante dispersa pelo território de Portugal Continental e a Ilha da Madeira.

Idade / faixa etária

Relativamente à distribuição da participação por idade, a média da amostra obtida foi de 37,07 anos e o valor do desvio padrão foi de 10,083. Para evitar a dispersão de resultados foram criadas classes de faixas etárias. A faixa etária com maior representatividade foi a compreendida entre os 41 e os 45 anos de idade, com uma participação de 10 inquiridos, correspondente a 21,73% dos elementos da amostra. Verifica-se também que a idade do participante mais jovem que respondeu ao inquérito é de 18 anos e que o participante mais velho tem 59 anos (com 6,5% cada um). Mais detalhadamente, observa-se o número de respostas ao inquérito por parte dos indivíduos com 25 e 35 anos de idade, seguindo-se os números mais baixos correspondentes aos indivíduos com 24, 32, |40-46|, 48 e 50 anos, com uma percentagem de resposta de 4,3% (em relação a cada uma das idades indicadas).

Sexo

Sobre o sexo dos participantes que responderam ao inquérito obtiveram-se respostas de 34 elementos do sexo feminino e 12 participações de elementos do sexo masculino, correspondendo, respetivamente, a 74% e a 26% do total. Assim, pode-se verificar que, dos 46 participantes que responderam ao inquérito, mais de dois terços pertenciam ao sexo feminino ficando a participação de indivíduos do sexo masculino pelos 26%, conforme referido.

Estado civil

Em relação ao estado civil dos participantes, verifica-se que o estado civil predominante na amostra é “solteiro” (29 elementos - 63%), seguindo-se os estados civis “casado / união de facto” e “divorciado / separado” (15 elementos - 33% e 2 elementos - 4%, respetivamente).

Habilitações literárias

O grau de escolaridade mais representativo na amostra é o 12^o ano, com 14 participantes (30%), seguido do grau de licenciado, com 13 participantes (28%). O 12^o ano da via profissionalizante e o 9^o ano encontram-se representados pelo mesmo número de elementos da amostra (6 elementos - 13%). O grau de mestre e os níveis de escolaridade mais baixos encontram-se em menor representação (10,9% para o grau de mestre e 2,2% para o 4^o e 6^o ano, respetivamente).

Grau de surdez

Relativamente ao grau de surdez, atendendo a que este é um dos critérios de inclusão na amostra, apenas dois graus estão representados, verificando-se que o grau com maior número de elementos da amostra é o grau de surdez profunda, com uma representação de 70% do total. As restantes participações correspondem a indivíduos com surdez severa, com uma percentagem superior a 28%.

Idade em que perdeu audição

A faixa etária relativa ao momento em que surgiu a perda auditiva tem uma distribuição alargada, que vai dos zero aos 30 anos de idade. A média das idades obtida foi de 3,72 anos, com um desvio padrão de 11,421. As idades apresentadas foram distribuídas por classes que atenderam às fases do desenvolvimento da linguagem. Este aspeto é particularmente importante para a oralidade, uma vez que, quanto mais cedo a perda auditiva se manifestar, mais difícil é a aprendizagem da linguagem oral, em especial se a perda auditiva se manifestar na fase de desenvolvimento da linguagem. Através das respostas obtidas verificou-se que a faixa etária com maior representação em relação à idade de aparecimento da perda auditiva é a correspondente a uma fase pré e peri-lingual (ou pré e peri-linguística), dos 0-2 anos de idade (70%).

Causa da surdez

Em relação à etiologia da perda auditiva verifica-se que a surdez congénita (presente ao nascimento) é a predominante (43,5%) seguida da surdez adquirida (33%) e da surdez hereditária (24%). O facto de a surdez congénita (presente ao nascimento) ser a que apresenta maior frequência na amostra está de acordo com a idade do aparecimento da surdez (entre os zero e os dois anos de idade).

Forma de comunicação mais utilizada

Relativamente à forma de comunicação mais utilizada, verifica-se que a LGP é utilizada como meio preferencial de comunicação por 50% da amostra. A leitura labial é utilizada para comunicar por 20% dos elementos da amostra. A opção “várias” tem alguma representatividade na amostra (30%), o que pode indiciar a utilização de comunicação bimodal ou, inclusive, de comunicação total.

Pais ouvintes ou surdos

Em relação aos progenitores – se são ouvintes ou surdos –, 91% dos elementos da amostra têm os pais ouvintes, 6,5% têm um dos progenitores com surdez e apenas um indivíduo (2%) tem ambos os progenitores surdos. Não existem muitos dados disponíveis em relação a este ponto, mas os estudos publicados relativamente à audição dos progenitores de crianças surdas indicam que estas são, na sua grande maioria, filhas de pais ouvintes.

Outros membros da família com surdez

A presença de familiares com surdez não apresenta contornos definidos, pois as respostas variaram entre os 2% e os 15%, com exceção da opção “outros”, que representa 28 elementos da amostra (61%). Em relação aos dados obtidos com as respostas a esta questão verifica-se que nenhum dos laços familiares apresentados obtém percentagens importantes.

Idade de aprendizagem da LGP

Relativamente à idade de aprendizagem da LGP, verifica-se que a maior parte dos indivíduos que constituem a amostra aprendeu a LGP até aos 20 anos de idade (0-7 anos: 37%; 7-20 anos: 35%). A média obtida das idades de aprendizagem de LGP na amostra foi de 10,43 anos, com um desvio padrão de 8,490. O período que medeia o nascimento até aos 20 anos foi aquele em que se verificou a aprendizagem de LGP em 72% dos elementos da amostra.

Local de aprendizagem de LGP

O local de aprendizagem de LGP foi identificado por 50% dos indivíduos constituintes da amostra como sendo as escolas para surdos, seguindo-se uma distribuição relativamente homogénea em relação aos restantes locais. Apenas dois indivíduos (4%) identificaram a opção “casa” como tendo sido o local de aprendizagem de LGP, o que corresponde à percentagem de progenitores surdos.

Idade de contacto com surdos pela primeira vez

Em relação à idade de contacto com pessoas surdas pela primeira vez, a idade escolar (entre os 7 e os 18 anos) foi a que obteve maior número de elementos da amostra (21), correspondente a 46% do total. A média obtida da idade de contacto com surdos 9,72 anos, com um desvio padrão de 7,426. No entanto, 39% dos elementos da amostra na faixa etária entre os 0-7 anos de idade também contactaram com outras pessoas surdas pela primeira vez.

Frequência de escolas para surdos

A questão relativa à frequência de escola só para surdos obteve as seguintes respostas: a escola integrada, a escola de ensino só para surdos e a frequência de ambos os tipos de escola obtiveram, respetivamente, 20%, 26% e 39% das respostas. Sete dos elementos da amostra responderam “não” à questão.

Frequência de convívio com outras pessoas surdas

Relativamente ao convívio com os pares (outras pessoas surdas), verifica-se que 17 elementos da amostra (37%) convivem poucas vezes com outros surdos, 15 convivem

diariamente (33%). Dos elementos que compõem a amostra, 11 convivem com outras pessoas surdas só aos fins de semana (24%) e três raramente ou nunca (7%).

Local de encontro com outras pessoas surdas

A última pergunta do questionário sociodemográfico – “Em que local costuma encontrar outros surdos?” – obteve como resultados a referência por 41% dos elementos da amostra (19 indivíduos) de locais alternativos aos apresentados no questionário (“outros locais”). As associações de surdos são referidas por 30% dos elementos da amostra como sendo o local de encontro com os pares e os restantes 13 elementos responderam o seguinte: escola (11%), passeios e eventos (6% e 5%, respetivamente) e desporto ou centro de dia – um elemento da amostra por local de encontro com outros surdos (2,2% por local).

2.3 RESULTADOS DA EDIS

As respostas obtidas foram registadas utilizando a Escala de Likert. Assim, os resultados da EDIS são apresentados obtendo-se o score de cada orientação e calculando a média dos itens que o integram (Tabela 7.2).

Tabela 7.2: Scores das identidades surdas

	Frequência	Percentagem
SNA	33	71,7
SA	5	10,9
SO	3	6,5
SICS	5	10,9
Total	46	100

Após a análise dos dados obtidos com a EDIS, verificou-se que a orientação identitária “SNA” é a mais frequente nos elementos que constituíram a amostra estudada. A predominância desta orientação não coincide com os dados obtidos por Garrinhas em 2015, aquando da sua investigação para a tradução e validação para português da EDIS (Gráfico 7.1).

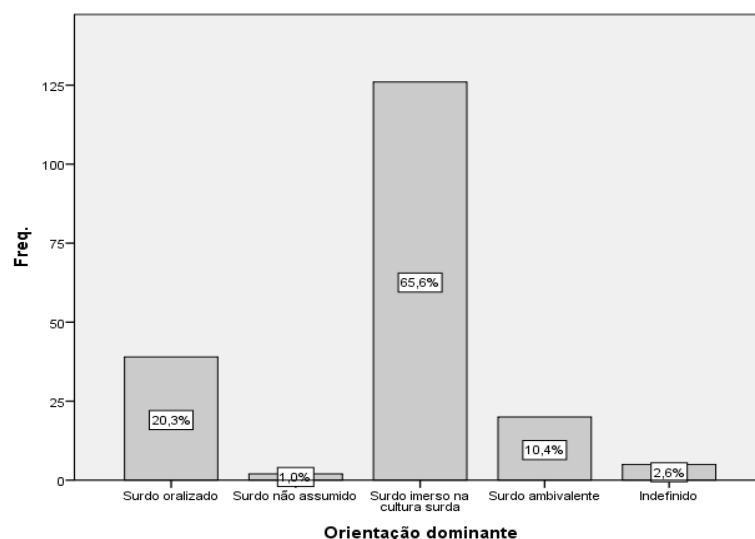


Gráfico 7.1: Gráfico de barras da distribuição das orientações de identidade surda (Garrinhas, 2015)

No entanto, há a considerar que os dados obtidos por Garrinhas (2015) tinham como objetivo principal a validação da EDIS para português (e não a averiguação da predominância das identidades surdas na população portuguesa) e que os elementos da sua amostra foram obtidos essencialmente por contactos via Associação de Surdos.

Em relação a esta investigação foram analisados os valores obtidos com a presente amostra e, atendendo à sua dimensão, procedeu-se à subdivisão da mesma, para se conseguir uma amostra representativa da população portuguesa. Assim e conforme foi já referido, a variável “identidade surda” foi subdividida em duas categorias:

- 1 - Surdos não assumidos (SNA);
- 2 - Outros surdos (OS).

Com esta nova divisão considerou-se que, independentemente da categoria, se o indivíduo surdo não se enquadra em SNA, então ele faz parte da categoria “Outros Surdos”, independentemente das subcategorias que a compõem. Com esta nova divisão obtém-se para a orientação surdo modificada (Tabela 7.3).

Tabela 7.3: Orientação surdo modificada

	Frequência	Percentagem
SNA	33	71,7
Outros Surdos	13	28,3
Total	46	100

Utilizando os valores correspondentes, com esta subdivisão já foi possível determinar a percentagem de cada uma das categorias da “orientação surdo” e demonstrar que os resultados obtidos são significativos.

2.4 RESULTADOS DA ASSOCIAÇÃO DE VARIÁVEIS

A elaboração das tabelas cruzadas teve como objetivo comparar as orientações / identidades surdas obtidas com a EDIS (utilizando a nova categoria “Outros Surdos”) com os resultados obtidos nas respostas ao questionário sociodemográfico, ou seja, pretendeu-se verificar se existe associação (ou não) entre a identidade e as características sociodemográficas da amostra de modo a dar resposta às questões de partida.

Para isso foi utilizado o teste do Qui-quadrado de Pearson, pois este teste possibilita a comparação entre as frequências observadas e as frequências esperadas. Nalgumas situações foi necessário proceder ao agrupamento das respostas em classes para possibilitar a utilização do referido teste estatístico. Foi o caso das respostas relativas a: Região; idade; estado civil; habilitações; idade da perda auditiva; causa da surdez; Forma de comunicação; pais (progenitores) ouvintes ou surdos; outros familiares surdos; idade de aprendizagem da LGP; local de aprendizagem da LGP; idade de contacto com surdos pela primeira vez; frequência de escolas para surdos; frequência de convívio com surdos; local de encontro com outros surdos.

1- Orientação Surdo *Região / Concelho de residência

Com o objetivo de verificar se havia associação entre a identidade / orientação surdo e a região de residência, agruparam-se as regiões do país em duas “novas” regiões (Litoral e Interior) (Tabela 7.4), o que possibilitou a utilização do teste do Qui-quadrado de Pearson.

Tabela 7.4: Tabulação cruzada Orientação Surdo modificada *Região de residência

		Região de Residência		Total
		Litoral	Interior	
Orientação Surdo Modificada	SNA	19	14	33
	Outros Surdos	6	7	13
Total		25	21	46

Neste caso, como 0% das células têm frequências esperadas inferiores a 5, foi possível realizar o teste do Qui-quadrado. Como o valor prova ($p=0,484$) obtido foi superior ao nível de significância (0,05), não se pode considerar uma associação significativa entre a região de residência e a identidade surda.

2- Orientação Surdo *Idade

Com o objetivo de verificar se havia associação entre a identidade / orientação surdo e a idade, agruparam-se as idades em intervalos de duas faixas etárias (Tabela 7.5).

Tabela 7.5: Tabulação cruzada Orientação Surdo modificada *Idade

		Faixa etária		Total
		18-39	40-60	
Orientação Surdo Modificada	SNA	18	15	33
	Outros Surdos	6	7	13
Total		24	22	46

Neste caso realizou-se o teste do Qui-quadrado, mas como o valor de prova obtido ($p=0,608$) é superior ao nível de significância, não se pode considerar uma associação significativa entre a idade e o tipo de orientação surdo.

3- Orientação Surdo *Sexo

Com o objetivo de verificar se havia associação entre a identidade / orientação surdo e o sexo, utilizou-se o teste de Fisher (Tabela 7.6).

Tabela 7.6: Tabulação cruzada Orientação Surdo modificada *Sexo

		Sexo		Total
		Feminino	Masculino	
Orientação Surdo Modificada	SNA	25	8	33
	Outros Surdos	9	4	13
Total		34	12	46

Como se pode verificar, neste caso a opção foi a realização do Teste de Fisher, uma vez que não era possível a utilização do Teste do Qui-Quadrado. O valor de prova é $p=0,717$ (maior que 0,05), pelo que não se pode considerar que exista associação entre a orientação surdo e o sexo, para um nível de significância de 0,05.

4- Orientação Surdo *Estado civil

Com o objetivo de verificar se havia associação entre a identidade / orientação surdo e o estado civil, agruparam-se os diferentes estados civis em duas categorias (“vive em casal” / “não vive em casal” – esta última categoria compreende os estados civis “solteiro”, “divorciado / separado” e “viúvo”) (Tabela 7.7).

Tabela 7.7: Tabulação cruzada Orientação Surdo modificada *Estado civil

		Estado civil		Total
		Vive em casal	Não vive em casal	
Orientação Surdo Modificada	SNA	11	22	33
	Outros Surdos	4	9	13
Total		15	31	46

Considerando os dados apresentados, realizou-se o teste de Fisher, pois não foi possível aplicar o teste do Qui-quadrado (25% > 20% de células com frequências esperadas inferiores a cinco) resultando um valor prova $> 0,05$ logo, não se pode afirmar que existe associação entre a orientação surdo e o estado civil, para um nível de significância de 0,05.

5- Orientação Surdo *Habilitações

A Tabela 7.8 foi elaborada para dar resposta ao objetivo de se verificar se existe associação entre a orientação surda e o nível de ensino. Esta tabela apresenta as categorias “ensino pré-universitário” (que engloba as categorias “nunca foi à escola”, “sabe ler e escrever”, “1º ciclo do ensino básico”, “2º ciclo do ensino básico”, “3º ciclo do ensino básico”, “ensino secundário” e “ensino profissional”) e “ensino universitário” (que diz respeito às categorias “licenciatura e “mestrado”.

Tabela 7.8: Tabulação cruzada Orientação Surdo modificada *Habilitações

		Habilitações		Total
		Ensino pré-universitário	Ensino Universitário	
Orientação Surdo Modificada	SNA	19	14	33
	Outros Surdos	9	4	13
Total		28	18	46

Considerando os dados apresentados, aplicou-se o teste do Qui-quadrado, pois não existe nenhuma célula com frequência esperada inferior a cinco, resultando um valor prova $p=0,466$. Não se pode afirmar que existe associação entre a orientação do Surdo e as habilitações, para um nível de significância de 0,05, embora se verifique que a maioria dos elementos da amostra não frequenta o ensino superior.

6- Orientação Surdo *Grau de surdez

Para se responder ao objetivo de verificar se existe associação entre a orientação surda e o grau de surdez, foi elaborada a Tabela 7.9.

Tabela 7.9: Tabulação cruzada Orientação Surdo modificada *Grau de Surdez

		Grau de Surdez		Total
		Surdez severa	Surdez profunda	
Orientação Surdo Modificada	SNA	8	25	33
	Outros Surdos	5	8	13
Total		13	33	46

Foi utilizado o teste de Fisher. Como o valor prova ($p=0,469$) obtido foi superior ao nível de significância (0,05), não se pode considerar uma associação significativa entre o grau de surdez e a identidade surda.

7- Orientação Surdo *Idade em que perdeu audição

A Tabela 7.10 foi elaborada para responder ao objetivo de verificar se há associação entre a idade em que perdeu a audição e a orientação surda. Neste caso, optou-se pela apresentação das idades em que a perda auditiva surgiu, distribuída por duas faixas etárias.

Tabela 7.10: Tabulação cruzada Orientação Surdo modificada *Idade perda auditiva

		Idade perda auditiva		Total
		0-18	>18	
Orientação Surdo Modificada	SNA	33	0	33
	Outros Surdos	11	2	13
Total		44	2	46

Foi utilizado o teste de Fisher e obteve-se um valor prova superior ao nível de significância (0,05), por isso não se pode considerar que exista associação significativa entre a idade do aparecimento da perda auditiva e a identidade surda.

8- Orientação Surdo *Qual a causa de surdez

Pelos resultados obtidos com a Tabela 7.11 pretende-se responder ao objetivo de verificar se existe associação entre a identidade surda e a causa da surdez.

Tabela 7.11: Tabulação cruzada Orientação Surdo modificada *Causa da surdez

		Causa da surdez		Total
		Surdez hereditária ou Surdez congénita	Surdez adquirida	
Orientação Surdo Modificada	SNA	21	12	33
	Outros Surdos	10	3	13
Total		31	15	46

Foi utilizado o teste de Fisher. Como o valor prova ($p=0,497$) obtido foi superior ao nível de significância (0,05), não se pode considerar a existência de associação significativa entre a causa da surdez e a identidade surda.

9- Orientação Surdo *Qual a forma de comunicação que mais utiliza

Os dados apresentados na Tabela 7.12 pretendem dar resposta ao objetivo de verificar se existe associação entre a forma de comunicação e o tipo de identidade surda. Esta tabela apresenta uma das categorias “várias” modificada, pois engloba as categorias “não sei”, “leitura labial” e “escrita”.

Tabela 7.12: Tabulação cruzada Orientação Surdo modificada *Forma de comunicação utilizada

		Forma de comunicação		Total
		LGP	Leitura labial ou várias	
Orientação Surdo Modificada	SNA	18	15	33
	Outros Surdos	5	8	13
Total		23	23	46

Foi utilizado o teste do Qui-quadrado. Como o valor prova ($p=0,326$) obtido foi superior ao nível de significância ($0,05$), não se pode considerar uma associação significativa entre a forma de comunicação utilizada e a identidade surda.

10- Orientação Surdo*Progenitores

Para dar resposta ao objetivo de se verificar se há associação entre a orientação surdo e a presença de surdez nos progenitores, foi elaborada a Tabela 7.13. Esta tabela apresenta as categorias “pais ouvintes” e “pelo menos um dos pais surdo” (que engloba as categorias “os dois pais surdos” e “pelo menos um dos pais surdo”).

Tabela 7.13: Tabulação cruzada Orientação Surdo modificada *Progenitores

		Progenitores		Total
		Pais ouvintes	Pelo menos um dos pais surdo	
Orientação Surdo Modificada	SNA	32	1	33
	Outros Surdos	10	3	13
Total		42	4	46

Foi utilizado o teste de Fisher. Como o valor prova ($p=0,062$) obtido foi superior ao nível de significância (0,05), não se pode considerar uma associação significativa entre a presença de perda auditiva nos progenitores e a identidade surda.

11- Orientação Surdo *Tem mais algum membro da família que seja surdo

A Tabela 7.14 foi elaborada para responder ao objetivo de verificar se existe associação entre a orientação surdo e o facto de os elementos da amostra terem ou não mais elementos da família surdos, para além dos progenitores. A categoria “outros familiares surdos” compreende os restantes familiares que fazem parte das categorias originais.

Tabela 7.14: Tabulação cruzada Orientação Surdo modificada *Outros familiares surdos

		Outros familiares surdos		Total
		Não	Sim	
Orientação Surdo Modificada	SNA	0	33	33
	Outros Surdos	0	13	13
Total		0	46	46

Nesta situação, verifica-se que ambas as identidades surdas têm pelo menos um familiar também com surdez e, por isso, não se pode considerar que exista associação entre a existência de outros familiares surdos e a identidade surda.

12- Orientação Surdo *Com que idade aprendeu LGP

Para dar resposta ao objetivo de verificar se existe associação entre a identidade surda e a idade em que aprendeu LGP, foi elaborada a Tabela 7.15. Nesta tabela, as idades foram organizadas em intervalos.

Tabela 7.15: Tabulação cruzada Orientação Surdo modificada *Idade aprendizagem LGP

		Idade aprendizagem LGP		Total
		0-18	>18	
Orientação Surdo Modificada	SNA	15	18	33
	Outros Surdos	6	7	13
Total		21	25	46

Foi utilizado o teste do Qui-quadrado. Como o valor prova ($p=0,966$) obtido foi superior ao nível de significância (0,05), não se pode considerar uma associação significativa entre a idade de aprendizagem de LGP e a identidade surda.

13- Orientação Surdo *Local onde aprendeu LGP

Com a Tabela 7.16 pretende-se dar resposta ao objetivo de verificar se existe associação entre a orientação surdo e o local de aprendizagem de LGP. Nesta tabela foram utilizados os locais modificados “escola e “outros”, que são constituídos pelas categorias “escola para surdos” e “escola integrada” e por “associação de surdos” e “amigos”.

Tabela 7.16: Tabulação cruzada Orientação Surdo modificada *Local aprendizagem LGP

		Local aprendizagem LGP		Total
		Casa ou Escola	Outros	
Orientação Surdo Modificada	SNA	25	8	33
	Outros Surdos	8	5	13
Total		33	13	46

Foi utilizado o teste de Fisher. Como o valor prova ($p=0,469$) obtido não foi inferior ao nível de significância (0,05), não se pode considerar uma associação significativa entre o local de aprendizagem de LGP e a identidade surda.

14- Orientação Surdo *Com que idade contactou com pessoas surdas a primeira vez

Em relação ao objetivo de verificar se existe associação entre a orientação surdo e a idade de contacto com surdos pela primeira vez elaborou-se a Tabela 7.17, para se responder ao mesmo. Tal como nas restantes situações a variável “idade de contacto com surdos pela primeira vez” foi organizada em intervalos.

Tabela 7.17: Tabulação cruzada Orientação Surdo modificada *Idade contacto com surdos pela primeira vez

		Idade contacto com surdos		Total
		0-18	>18	
Orientação Surdo Modificada	SNA	15	18	33
	Outros Surdos	7	6	13
Total		22	24	46

SE ME DER QUI COLOCAR O MENOR VALOR ESPERADO

Foi utilizado o teste do Qui-quadrado. Como o valor prova ($p=0,608$) obtido foi superior ao nível de significância (0,05), não se pode considerar uma associação significativa entre a idade de contacto com surdos e a identidade surda.

15- Orientação Surdo *Frequentou escola para surdos

Com a Tabela 7.18 pretende-se responder ao objetivo de verificar se existe associação entre “frequentou escola para surdos” e a Orientação Surdo.

Tabela 7.18: Tabulação cruzada Orientação Surdo modificada *Frequência escola para surdos

		Escola para surdos		Total
		Não	Sim	
Orientação Surdo Modificada	SNA	6	27	33
	Outros Surdos	1	12	13
Total		7	39	46

Foi utilizado o teste de Fisher. Como o valor prova ($p=0,654$) obtido foi superior ao nível de significância (0,05), não se pode considerar uma associação significativa entre a idade do aparecimento da perda auditiva e a identidade surda.

16- Orientação Surdo *Com que frequência convive com surdos

Para se responder ao objetivo de saber se existe associação entre a orientação surdo e a frequência de convívio com surdos, elaborou-se a Tabela 7.19. No sentido de se evitar a dispersão de resultados, também nesta situação se optou pela transformação das categorias “poucas vezes” e “raramente / nunca” na categoria: “poucas vezes / nunca”.

Tabela 7.19: Tabulação cruzada Orientação Surdo modificada *Frequência convívio com surdos

		Frequência convívio com surdos		Total
		Todos os dias ou fins-de-semana	Poucas vezes / nunca	
Orientação Surdo Modificada	SNA	22	11	33
	Outros Surdos	4	9	13
Total		26	20	46

Foi utilizado o teste do Qui-quadrado. Como o valor prova ($p=0,027$) obtido foi inferior ao nível de significância (0,05), pode-se considerar uma associação significativa entre a frequência de convívio com surdos e a identidade surda.

17- Orientação Surdo *Em que locais costuma encontrar outros surdos

Esta última tabela cruzada tem o objetivo de verificar se há associação entre a orientação surdo e os locais onde habitualmente encontra outros surdos (Tabela 7.20). Nesta tabela, a categoria “outros locais” é constituída pelas categorias originais “eventos”, “desporto”, “passeios”, “centro de dia” e “outros locais”.

Tabela 7.20: Tabulação cruzada Orientação Surdo modificada *Local de encontro com outros surdos

		Local de encontro com surdos		Total
		Escola ou Associação de surdos	Outros locais	
Orientação Surdo Modificada	SNA	14	19	33
	Outros Surdos	5	8	13
Total		19	27	46

Foi utilizado o teste do Qui-quadrado. Como o valor prova ($p=0,806$) obtido foi superior ao nível de significância ($0,05$), não se pode considerar uma associação significativa entre o local de encontro com outros surdos e a identidade surda.

3. SÍNTESE

Após a apresentação dos resultados, verificou-se que para se proceder ao tratamento estatístico dos dados, era necessário requalificar as identidades / orientações surdas. Assim foi criada uma variável: Outros Surdos. Em relação à variável SNA, a mesma manteve o formato originalmente obtido. O fundamento para esta modificação foi o facto de se induzir que, se a orientação não é SNA, ela pode configurar uma nova orientação oposta. Neste caso, a nova variável Outros Surdos tem em conta os resultados obtidos na investigação, pois agrega as identidades / orientações SA, SO e SICS. Nalgumas tabelas foi necessário também modificar as categorias, mantendo sempre os valores originais, ainda que agregados (por exemplo criar classes, no caso da idade) - passou-se assim a uma nova descrição dos resultados das tabelas.

Esta nova abordagem dos resultados possibilitou uma visão mais macro das orientações surdas, quando cruzadas com os dados do questionário sociodemográfico, permitindo ainda uma discussão mais robusta dos resultados obtidos com as tabelas cruzadas.

Estes resultados, relativos à amostra estudada, demonstraram não existir associação significativa entre a identidade surda e as variáveis sociodemográficas, com exceção da associação estabelecida entre as orientações e a frequência de convívio com outros surdos ($p=0,027$). Neste caso verificou-se que mais de metade da identidade SNA se encontra frequentemente com os pares enquanto que mais de 50% a orientação Outros Surdos se encontra poucas vezes ou nunca.

Capítulo 8. DISCUSSÃO

Neste capítulo são discutidos os resultados do estudo empírico, mas tendo sempre presente - e fazendo a ligação - com a fundamentação teórica e a revisão da literatura presentes na primeira parte deste trabalho.

Em relação ao inquérito utilizado (questionário sociodemográfico mais EDIS), o tempo médio de resposta foi de 17 minutos e 33 segundos e obtiveram-se 51 participações – destas, foram utilizadas apenas 46. Para a disseminação crescente do inquérito foi selecionado um elemento, para servir de “elo de ligação”, que cumpre os critérios de inclusão, está bem integrado na população a estudar e que tem também contactos diversos com a população surda, situação facilitadora para se constituir uma amostra de conveniência.

A opção por esta forma de contacto foi ponderada depois de se descartar a possibilidade de os contactos se efetuarem via Associações de Surdos. Se bem que por essa via provavelmente se conseguisse um “n” mais elevado, o estudo piloto que precedeu esta tese (Marques, 2020) e as leituras entretanto efetuadas permitiram prever que esses possíveis contactos iriam contribuir para o aparecimento de um viés na investigação: os surdos com maior espírito associativo são os que mais se identificam com uma das identidades / orientações surdas e que estão por isso mais imersos na cultura surda (SISCS), sendo os mais ativistas na luta pelos direitos dos surdos, o que por si só condicionaria as respostas que se iriam obter.

1. QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO

Passando à discussão dos dados sociodemográficos obtidos, verifica-se que relativamente à participação dos elementos da amostra por região, a participação se estendeu por todo o país (com exceção dos Açores), havendo maior predominância de participação de elementos residentes no litoral norte do país. Esta situação pode ser justificada pelo concelho de residência do elemento “elo de ligação”, que pertence à zona norte e ser nessa área geográfica que tem o maior número de contactos.

Em relação à idade, cuja média é de 37 anos, verifica-se uma maior participação de elementos na faixa etária entre os 41 e os 45 anos, provavelmente pela mesma razão: “o elo de ligação” encontra-se nesta faixa etária e provavelmente a maioria dos seus contactos tem também a sua idade ou encontra-se na sua faixa etária. Verifica-se ainda que a predominância desta faixa etária não está alinhada com os dados da população portuguesa (anexo V), mas esta comparação seria mais pertinente se existissem dados estatísticos sobre a população surda em Portugal.

No entanto, em relação ao sexo predominante na amostra (e ao contrário do elo de ligação), aquele que está mais presente é o feminino (74%), o que corresponde à realidade nacional da população portuguesa também segundo a PORDATA / INE (PORDATA & INE, 2021), cujos dados indicam que existem mais mulheres que homens em Portugal: 53% da população portuguesa pertence ao sexo feminino e 47% pertence ao sexo masculino (anexo VI). Porém, na análise deste ponto, há também a considerar que os dados disponíveis relativos à população portuguesa não são específicos, pois não determinam o universo dos indivíduos surdos, o que quer dizer que não existem dados relativos apenas à população surda.

Relativamente ao estado civil, verifica-se que 63% dos elementos da amostra são solteiros, o que coincide com a segunda faixa etária mais predominante na amostra (18 - 25 anos); no entanto, este resultado é mais inesperado se nos reportarmos à faixa etária predominante na amostra (41 - 45 anos) e aos dados disponíveis na Revista de Estudos Demográficos do INE (Leite, 2003), onde é referido que a população de solteiros apresenta proporções mais elevadas até aos 24 anos. Uma possível justificação para esta situação é o facto de a amostra ser constituída por pessoas com surdez, com maior dificuldade de integração na comunidade ouvinte (dominante) e por isso com mais dificuldade na socialização, em especial com pessoas ouvintes. No entanto, os dados globais são coincidentes com os dados estatísticos disponíveis (anexo VII), embora, mais uma vez, também nesta matéria não existem em Portugal dados estatísticos relativos à população surda.

Relativamente ao grau de escolaridade, aquele que surge com maior representatividade na amostra estudada é o 12º ano de escolaridade, facto que está em alinhamento com os dados relativos à população portuguesa em geral, em que o ensino secundário é o mais representativo (anexo VIII).

Em relação ao grau de surdez ou à perda auditiva, não existem dados disponíveis da população portuguesa: existem dados da OMS relativos à perda auditiva ao nível mundial, mas em relação a Portugal apenas se encontram dados gerais sobre deficiência ou alguns dados sobre a perda auditiva autodeclarada (8,4%), mas que não definem o tipo dominante da perda de audição nem o respetivo grau (Gomes, 2018). Na amostra em estudo, verifica-se que 70% dos elementos que a constituem têm surdez profunda, uma percentagem similar à obtida por Garrinhas em 2015 na sua dissertação de mestrado (77,8%).

Relativamente à idade em que a perda auditiva se manifestou, na amostra verifica-se que ela é predominantemente pré-lingual (ou pré linguística), ou seja, que se manifestou até aos dois anos de idade em 70% dos elementos da amostra (a média das idades em que a perda se manifestou é quatro anos). Mais uma vez não foram encontrados dados relativos a Portugal que esclarecessem este ponto. Mesmo a OMS, na sua página web <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/deafness-and-hearing-loss> e no seu relatório de fevereiro 2018 (World Health Organization, 2018), que refere alguns dados mundiais sobre a idade e a perda auditiva, não é específica em relação às faixas etárias em que a surdez surge com mais ou menos prevalência (World Health Organization, 2020). Os dados obtidos em relação a esta questão, na amostra estudada nesta tese, são no entanto particularmente relevantes considerando que é na faixa etária mais precoce que se inicia o desenvolvimento da linguagem oral e que a mesma – que é adquirida pela imitação do que se ouve – se encontra comprometida devido ao grau de surdez pois, conforme referido, se verificou que o grau de surdez com maior representatividade é o grau profundo.

Em relação à etiologia ou causa da perda auditiva verifica-se que na amostra a surdez congénita (presente ao nascimento) é a predominante (43,5%) seguida da surdez adquirida e da surdez hereditária. Este dado corrobora o anterior onde os resultados obtidos revelam que há predominância de aquisição da surdez em idades muito precoces. Também esta predominância da surdez congénita na amostra parece estar de acordo com os dados nacionais disponíveis relativos à surdez precocemente adquirida ou surdez congénita (Oliveira et al., 1997).

A forma de comunicação mais utilizada pelos elementos da amostra é a LGP: 50% dos indivíduos utilizam preferencialmente esta língua. A resposta “vários” surge como a segunda opção escolhida, o que pode indicar que, para além da LGP, qualquer outra forma de comunicação é utilizada, nomeadamente a comunicação oral, modal e / ou total.

Em relação aos progenitores ouvintes ou surdos, verifica-se que na amostra 91% dos elementos têm pais ouvintes e apenas 6,5% têm um dos progenitores com surdez ou

tem ambos os progenitores surdos (2%). Estes dados estão de acordo com os dados disponíveis, que também indicam que cerca de 90% das crianças surdas têm progenitores ouvintes (Neto, 2010). A presença de outros familiares com surdez aparece nesta amostra bastante indefinida pois a resposta “outros” é a que obtém maior percentagem (61%). No entanto, pode também ter existido alguma confusão em relação à interpretação da questão e fica ainda a nota dos 15, 2% que responderam ter um irmão ou uma irmã com surdez o que, associado ao facto dos pais serem predominantemente ouvintes, pode indiciar surdez familiar (genética?) recessiva.

Relativamente à idade de aprendizagem de LGP, a mesma é bastante variável, estendendo-se desde o nascimento até aos 20 anos de idade (72%), com um valor ligeiramente superior para a faixa etária entre os 0-7 anos de idade (37%) em relação à faixa etária situada entre os 7-20 anos de idade (35%). Neste caso, a média das idades obtida foi de 10 anos.

A escola para surdos foi identificada por 50% da amostra como sendo o local de aprendizagem de LGP, seguindo-se uma distribuição homogénea dos restantes locais e daí a faixa etária que corresponde à aprendizagem da LGP, referida acima. Apenas 4% dos indivíduos identificou a “casa” como sendo o local de aprendizagem de LGP, o que se justifica pelo facto de a maioria dos surdos terem pais ouvintes, ou seja, pais que não são nativos em LGP.

Sobre a idade de contacto pela primeira vez com outros surdos, verifica-se que na amostra estudada, a faixa etária entre os 7-18 anos foi a que obteve maior expressão (46%). A média das idades que se obteve foi 10 anos. No entanto, verifica-se ainda que entre os zero e os sete anos de idade 39% dos indivíduos também contactaram com pessoas surdas pela primeira vez. Estas percentagens podem ser justificadas pela idade de aprendizagem de LGP e pela entrada no 1º ciclo, momento em que o círculo de contactos sociais e com os pares aumenta significativamente. A percentagem mais elevada de indivíduos pertencentes à amostra que contactaram com surdos pela primeira vez encontra-se precisamente nos seis anos de idade: 10,9%.

Em relação à questão relativa ao tipo de escola que frequenta ou frequentou, verifica-se que 39% da amostra frequentou os dois tipos de escola: as escolas integradas e as escolas só para surdos. A frequência em exclusivo de escolas integradas foi indicada por 20% da amostra e a frequência em exclusivo de escolas só para surdos foi indicada por 26% da amostra. Houve no entanto uma percentagem mais baixa de indivíduos (15%) que responderam “não” à questão de saber se “frequenta escola para surdos”.

O convívio com os pares (outras pessoas com surdez) encontra-se distribuído pela amostra com 37% dos indivíduos a referirem que convivem poucas vezes com outros surdos e com 35 % a referirem que convivem diariamente com outras pessoas surdas. 24% referem conviver com os pares aos fins de semana e 7% refere conviver raramente ou nunca. Estas percentagens podem estar relacionadas com a variável sociodemográfica “idade”, na medida em que a faixa etária predominante indica que os elementos da amostra que a constituem se encontram em idade ativa: a razão do convívio com outros surdos pode ser o local de trabalho, mas pode também ser esse mesmo local a razão do convívio ser reduzido, pelas eventuais dificuldades comunicativas no próprio local.

Articulados com estes resultados podem estar os resultados obtidos em relação ao local de convívio com outros surdos, pois 41% dos elementos da amostra referem “outro” como local alternativo às associações de surdos (30%), às escolas (11%) – aqui é de realçar que a amostra é constituída por adultos e que a maioria tem o 12º ano –, aos passeios (6,5%), aos eventos (6,5%), ao desporto (2,2%) e aos centros de dia (2,2%). Assim, o local de trabalho poderá fazer parte deste “outro” selecionado como opção por 41% da amostra, conforme já referido.

2. EDIS

A Escala de Desenvolvimento da Identidade Surda – EDIS – foi validada por Garrinhas em 2015, aquando do seu procedimento para a tradução e validação da mesma. Os resultados obtidos neste estudo são os relativos às 40 questões propostas por Helena Garrinhas e correspondem às quatro identidades ou orientações surdas propostas pela autora. Os resultados obtidos que levaram a esta nova variável “identidade surda” são diferentes dos resultados obtidos por Garrinhas (que obteve como orientação predominante a orientação SICS), uma vez a orientação surda predominante nesta amostra é “surdo não assumido”. No entanto, para além das diferenças qualitativas e quantitativas da amostra, os objetivos de Garrinhas eram a tradução e a validação da escala e são, por isso, substancialmente diferentes dos objetivos desta tese.

Nesta investigação, os resultados obtidos relativos às orientações / identidades surdas evidenciam que a identidade mais presente na amostra é a SNA (surdo não assumido) – correspondente a 71,7% – o que pode ser explicado pelo facto de a maioria dos progenitores dos elementos da amostra serem ouvintes e eventualmente terem mais dificuldade do que os pais surdos em assumir a surdez dos filhos, projetando assim essa dificuldade aos próprios filhos. Esta identidade é a mais complexa, uma vez que a surdez é encarada pelo próprio numa perspetiva clínica. Esta identidade é semelhante à identidade SO (surdo oralizado) mas com a negação da surdez sempre subjacente. Segundo Garrinhas (2015), são pessoas que convivem mais com ouvintes do que com pessoas surdas e a negação da surdez pode ter origem na restrição familiar face à utilização de LGP. Esta dualidade de se sentir incompreendido pelos ouvintes e de não se aceitar como surdo é o fator que mais contribui para a complexidade desta identidade.

As identidades SA (surdo ambivalente) e SICS (surdo imerso na cultura surda) obtêm a mesma percentagem e a identidade menos representada na amostra é a SO (surdo oralizado) com 6,5%.

A identidade / orientação SA (surdo ambivalente) diz respeito aos indivíduos que não dominam a LGP mas que, segundo Felizes em 2013, a utilizam associada com o gesto para comunicar. Em Portugal, não existem estudos sobre esta orientação identitária mas, considerando o surdo isolado, alguns autores, como Coelho & Cortes e Felizes (2013) realizaram entrevistas com o objetivo de compreender qual a língua mais utilizada pelas pessoas que se identificam com esta identidade; nessas entrevistas verificou-se que estes indivíduos têm dificuldade em separar sentimentos contraditórios relativamente aos surdos e aos ouvintes e que consideram importante a existência de uma comunidade surda robusta mas ao mesmo tempo desenvolvem sentimentos de ressentimento em relação à mesma.

A identidade SICS (surdo imerso na cultura surda) caracteriza-se, segundo Amaral em 2006, como sendo uma identidade positiva, com aceitação da surdez e com forte apoio à cultura surda, privilegiando a utilização da LGP para comunicar. Habitualmente, os indivíduos que se identificam com esta orientação são filhos de pais surdos e a LGP emerge do ambiente familiar, sendo valorizada e de utilização fluente.

A identidade SO (surdo oralizado) é característica dos indivíduos que se sentem melhor entre os ouvintes mas que, ao mesmo tempo, têm dificuldade na comunicação com os mesmos. Segundo Mariana Martins em 2005, esta é uma identidade ouvinte ilusória e a mais característica das pessoas parcialmente surdas – o que não é o caso dos elementos constituintes desta amostra, que têm surdez de grau severo ou profundo.

Para esta investigação utilizou-se a identidade SNA e agruparam-se as restantes numa nova identidade – Outros Surdos (OS), conforme descrito anteriormente.

3. DISCUSSÃO DA ASSOCIAÇÃO DE VARIÁVEIS

Para a verificação das características da amostra em relação a cada uma das orientações / identidades surdas e a sua relação destas com aspetos socioculturais, os resultados obtidos com a EDIS foram cruzados com os dados sociodemográficos. Assim, procedeu-se ao cruzamento de todas as respostas e produziram-se no *SPSS* tabelas de dupla entrada / tabulação cruzada que associaram a variável “orientação surdo” com as variáveis sociodemográficas (apêndice V). O objetivo foi perceber cada uma destas orientações e como as respetivas características podem ou não ser determinantes para a criação de uma cultura (ou subcultura) específica, testando a associação entre a orientação / identidade e os parâmetros sociodemográficos do questionário.

Deste modo, apresentaram-se as tabelas cruzadas com os respetivos cálculos e foi efetuada a caracterização de cada uma das orientações / identidades surdas face à variável sociodemográfica. Em relação à terminologia utilizada, optou-se pela utilização das expressões “identidade surda” ou “orientação surda”, de forma aleatória. Com a caracterização destas identidades, face à amostra estudada, pretende-se fornecer mais um contributo para resposta às questões de partida da tese e às questões complementares, que se passam a recordar:

- Pode a língua gestual ser considerada um fator de produção de cultura?
- A existência de uma língua própria, com todas as suas matizes e dinâmicas próprias, é condição suficiente para formar uma identidade cultural?

Questões complementares:

- Qual é o entendimento que o indivíduo surdo faz da sua própria condição?
- Pode a condição de indivíduo surdo ir além da questão sensorial (enquanto condição limitadora ou patológica à luz de uma abordagem com o enfoque na perspetiva biomédica) e passar a ser considerada também uma questão cultural?
- É possível determinar qual a identidade surda predominante em Portugal?

Avaliando os resultados obtidos com o cruzamento dos dados, conclui-se que a categoria “litoral” é mais predominante na orientação SNA, orientação essa que segue a tendência do total. No entanto e como o valor prova ($p=0,710$) obtido é superior ao nível de significância (0,05), não se pode considerar que exista uma associação significativa entre a região de residência e a identidade surda.

A faixa etária predominante na amostra é a que se situa entre os 36 e os 50 anos, sendo que não é possível estabelecer uma associação significativa entre a idade e a orientação surdo, pois o valor de prova obtido é superior ao nível de significância.

Ambas as identidades surdas têm, na amostra, maior expressão do sexo feminino, o que vai de encontro ao esperado uma vez que é o sexo predominante. No entanto não se pode considerar que exista associação entre a orientação surdo e o sexo, uma vez que o valor de prova obtido é superior ao nível de significância.

Em relação ao estado civil “vive em casal” e “não vive em casal” verifica-se que os resultados estão distribuídos de forma equilibrada e que não se pode estabelecer que existe associação entre a orientação surdo e o estado civil, uma vez que o valor de prova é também superior ao nível de significância.

Relativamente à formação académica, verifica-se nesta amostra uma baixa percentagem de frequência do ensino superior, o que corresponde ao facto de a maioria dos indivíduos surdos terem formação ao nível do ensino secundário ou inferior. Curiosamente, nesta amostra, verifica-se que a orientação SNA é a mais presente no ensino superior e fica a interrogação se não é por causa de estarem no ensino superior que essas pessoas têm maior dificuldade em assumir a sua surdez, pois é no ensino superior que se encontram menos surdos do que nos outros níveis de ensino, o que pode condicionar a assunção da surdez, uma vez que os surdos se encontram em franca minoria. Mas também nesta situação, não se verifica que exista associação entre a orientação surdo e as habilitações, porque o valor de prova que se obteve é superior ao nível de significância.

Considerando os graus de surdez apresentados (severo e profundo), verifica-se que na amostra ambas as orientações têm maioritariamente o grau de surdez profunda, não se estabelecendo no entanto associação entre os graus de surdez e a orientação surdo, uma vez que o valor de prova é superior ao nível de significância.

Em relação à idade do aparecimento da perda auditiva, conclui-se que maioritariamente os SNA perderam audição entre os zero e os sete anos de idade, mas não se pode ignorar que também a identidade Outros Surdos apresenta valores elevados para essa faixa etária que é a dominante em ambas as identidades. Como o valor de prova é superior ao nível de significância, não se pode associar a identidade surda à idade do aparecimento da perda auditiva.

A surdez presente ao nascimento (congénita) é a mais expressiva na amostra, facto que está relacionado com a idade em que os elementos da amostra perderam audição. Também nesta situação, uma vez que o valor de prova é superior ao nível de significância, não se pode associar a orientação surdo e a etiologia da surdez

Na amostra a orientação SNA é a que dá maior preferência à utilização da LGP para comunicar, o que pode indiciar que a orientação Outros Surdos tem mais facilidade na utilização de outras formas de comunicar, para além da LGP, o que pode facilitar um convívio mais alargado e não limitado aos seus pares. No entanto não é possível estabelecer uma associação entre a forma de comunicação utilizada e a identidade surda, pois o valor de prova é superior ao nível de significância.

Na amostra, ambas as identidades têm maioritariamente progenitores ouvintes, mas a identidade SNA é a mais presente nesta categoria, situação expectável atendendo à dificuldade que os pais ouvintes têm em aceitar a surdez. Se esta dificuldade não for ultrapassada enquanto os filhos estão em fase de desenvolvimento, a perceção dos mesmos em relação a si próprios é mais negativa, o que leva ao facto de não assumirem a sua surdez, mesmo que ambas as orientações tenham familiares surdos, como é o caso da amostra. Neste caso também não é possível associar a identidade surda à

presença ou ausência de perda auditiva por parte dos progenitores, atendendo ao valor de prova obtido (superior ao nível de significância).

Todos os elementos da amostra responderam afirmativamente ao facto de terem outros familiares surdos, para além dos progenitores, não se verificando associação entre esta situação e a identidade surda, pois o valor de prova é superior ao nível de significância.

Relativamente à idade de aprendizagem de LGP verifica-se, na amostra, que a categoria > 20 anos é a que apresenta valores mais baixos em ambas as orientações. Como o valor de prova obtido é superior ao nível de significância, não se pode considerar que exista associação entre a orientação surdo e a idade de aprendizagem de LGP.

O local de aprendizagem de LGP com maior expressão na amostra é a escola e a casa, pois surgem como a opção claramente mais indicada pela identidade SNA (embora também seja a opção preferencial da identidade Outros Surdos, mas não com uma diferença tão marcada versus a opção “outros”). Provavelmente, o facto de a maioria da identidade SNA ter progenitores ouvintes (e talvez por isso ter maior dificuldade em se assumir como surdo) poderá condicionar o local de aprendizagem de LGP. No entanto, como o valor de prova obtido é superior ao nível de significância, não se pode estabelecer uma associação significativa entre o local de aprendizagem da LGP e a identidade surda.

Independentemente da identidade, a idade de contacto com surdos pela primeira vez situa-se na amostra em maior número na faixa entre os zero e os sete anos, idade de entrada na pré-escola (ou no infantário), o que pode ser associado ao facto de grande parte da amostra ter frequentado escola para surdos, como adiante se pode verificar. Pelos resultados obtidos, em que o valor de prova é superior ao nível de significância, não se pode associar a idade de contacto com surdos pela primeira vez, com a identidade.

Em relação à frequência de escolas para surdos, ambas as identidades apresentam, na amostra, valores elevados (e daí o contacto precoce com outros surdos) e não é possível

estabelecer associação significativa entre a identidade e a frequência de escolas para surdos, pois o valor de prova que se obteve é superior ao nível de significância.

Sobre as características identitárias e a frequência de convívio com os pares, o facto de a identidade SNA conviver diariamente com outros surdos, ao contrário da identidade Outros Surdos, pode dever-se à circunstância de não se sentirem confortáveis entre os ouvintes, meio onde podem ter dificuldades de comunicação e também em assumir a surdez. Neste caso, é possível estabelecer associação significativa entre a orientação surdo e a frequência de convívio com surdos, pois o valor de prova que se obteve é inferior ao nível de significância.

A amostra estudada, contraria um pouco a ideia generalizada de que as associações de surdos são o lugar onde a comunidade surda mais se encontra, pois não fica claro qual o local de encontro com outros surdos. De acordo com o valor de prova obtido, não se pode associar de forma significativa a identidade surda e o local de encontro com outros surdos, uma vez que o valor de prova é superior ao nível de significância.

Conforme referido no início deste capítulo, a associação das variáveis foi mais um contributo para responder às questões de partida, mas não os esgota – é ainda necessária a devida articulação entre os resultados e a literatura existente sobre o tema desta tese.

CONCLUSÃO

Para a elaboração desta tese em Relações Interculturais com o título “Língua Gestual Portuguesa e Processos de Criação de uma Subcultura Específica: O caso da comunidade surda portuguesa”, foram efetuadas muitas pesquisas e leituras que permitiram verificar que existem em Portugal poucos estudos científicos sobre a comunidade surda, as suas características culturais e a sua língua materna. Foram estes o mote e a motivação para empreender esta investigação. Deste modo deu-se início a esta tese que possibilitou uma compreensão mais profunda da comunidade surda portuguesa, da sua história e das suas especificidades. Para a elaboração deste trabalho, foi efetuado um estudo-piloto sobre o tema, que fez parte de um projeto de licenciatura de uma ex-aluna (da candidata) do Curso de Audiologia da Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico do Porto. Esse estudo teve como objetivo verificar a compreensão da EDIS e a viabilidade de utilização na mesma nesta investigação, por parte de uma amostra não aleatória constituída por indivíduos com surdez. Depois de verificada essa viabilidade, iniciou-se a investigação com esta tese com a finalidade de estudar a surdez enquanto identidade cultural distinta (e ela mesma produtora de outras identidades), explorando os diferentes aspetos da perceção da comunidade surda em relação à sua identidade e à eventual hegemonia da sociedade ouvinte.

Partindo da abordagem da anatomofisiologia da audição, foi dado início a todo o processo relativo a esta tese. Havendo consciência de que este primeiro assunto se poderia tornar demasiado denso, é apresentada uma abordagem genérica do mesmo, com o objetivo de melhor compreender o que é ouvir e o que é a perda auditiva enquanto fenómeno humano.

A abordagem a este tema tem tradicionalmente tendência a tornar o fenómeno da audição (enquanto elemento sensorial) um evento clínico, que pode ser descrito e quantificado à luz do conhecimento biomédico. Por isso, depois da descrição do que é ouvir e do que é a surdez, enquanto fenómenos mecânicos e nervosos, houve a necessidade de se desconstruir (e de complementar) esta abordagem - mais focada na dimensão sensorial da audição e nas consequências da perda auditiva ou surdez –

através de uma aproximação de natureza cultural, social e política. Para que isso fosse possível, foi necessário distinguir perda auditiva e surdez, enquanto situações com diferentes enquadramentos ao nível clínico e ao nível cultural.

A perda auditiva, que pode ser mais ou menos importante, é normalmente menos grave do que a surdez, uma vez que não implica meios adicionais de suporte ou alternativos para o desenvolvimento, aprendizagem e comunicação / interação social. Em Portugal, estima-se que prevalência de incapacidade auditiva autodeclarada seja de 8,4%, e essa prevalência aumenta com a idade, sendo superior no género masculino (Gomes, 2018). É o caso da perda auditiva (também denominada hipoacusia) que é uma consequência da passagem do tempo: com o envelhecimento, o ouvido vai perdendo a capacidade discriminativa e precisa de sons mais altos para que as suas estruturas funcionem corretamente - esta situação de perda auditiva induzida pelo envelhecimento é denominada presbiacusia (Lopes, P. 2009). Neste caso, normalmente não são necessários meios de suporte adaptados, mesmo que o indivíduo opte pela reabilitação auditiva tradicional utilizando próteses auditivas (situação que é semelhante à utilização de óculos, no caso de presbiopia). Já a surdez acarreta consigo uma audição muito mais limitada e, para que o indivíduo consiga a mesma performance de um normouvinte, precisa de meios alternativos e menos convencionais do que os utilizados habitualmente para comunicar, para as interações sociais e / ou para a aprendizagem.

Com o objetivo de se estudar esta situação, foram efetuadas pesquisas relativas ao tema que permitiram a abordagem de dimensões da surdez que complementam a perspetiva sensorial. Assim, são incluídos nesta tese os aspetos culturais da surdez, onde se exploram a cultura, a identidade e a diversidade das pessoas surdas. Para se compreenderem melhor estes aspetos, foi necessário retroceder no tempo e entrar no início da história da educação de surdos em Portugal (como parte da história da cultura de surdos na Europa e no mundo) que está associada ao desenvolvimento da cultura surda. Não é possível referir essa história sem abordar o papel que a língua gestual portuguesa – a LGP – teve e tem na afirmação desta comunidade, enquanto língua nativa dos indivíduos surdos. Para o efeito, procedeu-se a uma revisão sistemática da literatura,

com a organização das publicações que se enquadram no grande tema dos “estudos surdos”, desse modo contribuindo para o desenvolvimento da investigação. Esta revisão respondeu à questão que esteve na sua génese: “os estudos surdos contribuem para a afirmação da comunidade surda, enquanto subcultura?”, verificando-se que os autores estudados se preocuparam com a fundamentação da existência desta cultura (ou subcultura), pois as suas publicações fazem parte da mesma.

O facto de a comunidade surda ser pensada como um todo e integrada numa comunidade política maior, leva a que muitas vezes não seja reconhecida a diversidade e a identidade das pessoas surdas. A ideia de comunidade surda, contribui para essa falta de reconhecimento. Nos estudos surdos, o termo “comunidade” refere-se à comunidade linguística e não está apenas relacionada com espacialidade, embora também possa estar vinculada a um determinado espaço (Bigogno, 2010).

Para se desenvolver o tema desta tese, foi pensada uma metodologia inicial, a utilizar na fase experimental da investigação, que teve de ser abandonada devido à pandemia causada pela Covid-19. Essa metodologia inicial consistia na realização de entrevistas semiestruturadas, destinadas a caracterizar a população surda portuguesa e desse modo responder às questões de partida:

- Pode a língua gestual ser considerada um fator de produção de cultura?
- A existência de uma língua própria, com todas as suas matizes e dinâmicas próprias, é condição suficiente para formar uma identidade cultural?

Relacionadas com estas questões estavam algumas questões complementares:

- Qual é o entendimento que o indivíduo surdo faz da sua própria condição?
- Pode a condição de indivíduo surdo ir além da questão sensorial (enquanto condição limitadora ou patológica à luz de uma abordagem com o enfoque na perspetiva biomédica) e passar a ser considerada também uma questão cultural?
- É possível determinar qual a identidade surda predominante em Portugal?

Para a concretização das entrevistas era necessário o apoio de um tradutor - intérprete de língua gestual portuguesa e existir em simultâneo a possibilidade de o entrevistado

ver a face do entrevistador. Com o aparecimento da pandemia, surgiu o constrangimento de estes procedimentos se revelarem inviáveis, tendo sido necessário repensar a abordagem metodológica. Como alternativa – e tendo consciência de que se corriam alguns riscos para se levar a bom porto a investigação – pensou-se na possibilidade de utilização de uma escala, devidamente traduzida e validada para português, que pudesse contribuir de alguma forma para a caracterização da comunidade surda portuguesa. Contactou-se assim a autora da versão portuguesa da DIDS (*Deaf Identity Development Scale*), de Neil Glickman (1995). A versão portuguesa desta escala foi traduzida e adaptada por Helena Garrinhas em 2015 – dando origem à EDIS (Escala de Desenvolvimento das Identidades Surdas). Após o contacto com a autora via email, foi autorizada a utilização da escala, mas não foi autorizada a utilização dos vídeos que a acompanhavam, com a tradução em LGP.

Esta circunstância limitou ainda mais as opções, pois condicionava em muito a adesão das pessoas surdas na resposta às questões da escala. Para além disso, com a utilização da escala pretendia-se ainda comparar os resultados obtidos a partir da amostra portuguesa com os resultados de amostras de outros países de língua oficial portuguesa. Também aqui se revelou complexa a adesão às respostas porquanto embora a língua portuguesa fosse utilizada localmente (a par de outros idiomas, como o crioulo) e fosse a língua oficial, a língua gestual não seguiu o mesmo percurso, ou seja, cada país tem uma língua gestual própria em tudo diferente da LGP. Esta possibilidade de comparação foi também abandonada pois, devido às circunstâncias, implicava a presença de um tradutor de língua gestual do país em causa.

Mesmo assim, nas condições referidas, conseguiram-se cinco respostas ao inquérito por parte de pessoas surdas cabo-verdianas: no entanto, as mesmas não foram incluídas nos resultados, dado que não é possível estabelecer qualquer comparação ou conclusão tendo por base esse número de respostas. A solução encontrada foi então a de se proceder à utilização de um questionário sociodemográfico - a par da EDIS - e de se cruzar os resultados obtidos com ambos, estudando apenas a população portuguesa.

Em maio de 2021, após o encerramento do inquérito que foi disseminado por email utilizando a plataforma *Forms da Microsoft*, obtiveram-se 51 respostas válidas, mas apenas 46 foram utilizadas neste estudo, pelas razões já apresentadas. O passo seguinte foi comparar os resultados obtidos com os resultados da autora da EDIS e foi então possível observar que não eram coincidentes, pois a identidade surda mais representativa presente nesta investigação foi a SNA e no trabalho de Garrinhas a identidade mais representativa foi a SICS (Garrinhas, 2015). Este facto justifica-se pelos objetivos diferentes dos dois estudos - esta tese e a dissertação de mestrado da referida autora - e provavelmente também pela opção de disseminação do inquérito, que neste caso foi por contactos estabelecidos por “bola de neve”, tendo sido iniciada a distribuição do inquérito por uma pessoa surda, conhecida da autora desta tese, que cumpria os critérios de inclusão da amostra. Para a tradução e validação da EDIS, Helena Garrinhas (2015) utilizou essencialmente pessoas surdas que eram membros de associações de surdos o que, para a presente investigação, poderia configurar um viés.

Após esta fase de recolha e encerramento da plataforma, os resultados do inquérito sociodemográfico e da EDIS (apêndice VI) foram descritos e analisados, para que fosse possível cruzar as variáveis elaborando tabelas cruzadas, fundamentais para a discussão dos resultados. Conforme já referido ao longo deste estudo, nesta fase da análise houve também necessidade de modificar uma das variáveis obtidas com a EDIS (a variável “surdo”). Para a análise da fiabilidade da escala utilizada foi calculado o α de Cronbach. Também foram calculados o desvio padrão e a média em relação às respostas obtidas a quatro questões do questionário sociodemográfico.

Na análise estatística das tabelas cruzadas realizou-se o Teste do Qui-quadrado (ou o de Fisher, quando aplicável). Depois desta fase, procedeu-se à discussão dos resultados do questionário, da EDIS e das tabelas cruzadas.

Respondendo agora às duas questões de partida desta tese, a resposta a ambas é afirmativa pois de facto a LGP (no caso de Portugal) e as outras línguas gestuais foram o *trigger* cultural desta comunidade, permitindo-lhe a aquisição de uma identidade diferenciadora reconhecida socialmente (Pereira, 2011).

Em relação às questões complementares: “Qual é o entendimento que o indivíduo surdo faz da sua própria condição?”, “Pode a condição de indivíduo surdo ir além da questão sensorial (enquanto condição limitadora ou patológica à luz de uma abordagem com o enfoque na perspetiva biomédica) e passar a ser considerada também uma questão cultural?” e “É possível determinar qual a identidade surda predominante em Portugal?”, verifica-se que a condição assumida pelos surdos depende muito da sua identidade, das suas vivências e dos seus contactos sociais. Embora na amostra, pelos resultados obtidos com a associação de variáveis, não se possa associar em todas as situações a identidade surda com os fatores sociodemográficos, é inevitável abordar a comunidade surda (portuguesa) numa perspetiva que vá para além da questão sensorial reconhecendo-a como sendo constituída por indivíduos diferentes e como tal possuidores de traços distintivos (assim como a condição de ouvinte, a condição de surdo não implica que os indivíduos sejam iguais). A determinação da identidade surda predominante em Portugal é ainda um objetivo a atingir – atendendo aos diversos constrangimentos já referidos, não foi possível o alargamento da amostra de modo que essa determinação fosse possível. Ainda neste enquadramento seria importante saber quantas pessoas surdas existem em Portugal e esse é um dado inexistente em termos estatísticos (PORDATA & INE, 2021). Assim, outras das limitações sentidas no decurso desta tese foi a ausência de dados estatísticos relativos à população surda portuguesa, o que dificultou a análise comparativa.

Também a impossibilidade de tradução simultânea do inquérito foi outra dificuldade encontrada, pois a tradução teria sido importante para que os dados obtidos fossem mais claros – as formulações de algumas das questões colocadas podem levantar dúvidas quanto à clara compreensão de algumas delas e essa situação seria ultrapassada com a devida tradução. No entanto, por via da análise deste estudo e dos resultados obtidos, verifica-se que os indivíduos surdos se reconhecem como pessoas diferenciadas entre os seus pares, que reconhecem também a sua comunidade como produtora de uma cultura própria, sem esquecerem que o percurso reivindicativo da sua comunidade contribuiu também para esta identificação cultural.

No caso desta tese e se nos reportarmos apenas aos resultados obtidos nas tabelas cruzadas, verifica-se que na maior parte dos casos não existe associação entre a identidade surda e os aspetos sociodemográficos. As exceções desta situação são relativas à Orientação Surdo *versus* Local de Aprendizagem de LGP e Frequência de Convívio com Surdos, uma vez que se pode associar o tipo de identidade surda com estas duas categorias, atendendo aos valores de prova obtidos.

Assim, verifica-se que a escola é o local de aprendizagem de LGP com maior expressão surgindo como a opção mais indicada pela identidade SNA que é a identidade maioritária. A escola é também a opção preferencial da identidade Outros Surdos, mas não com uma diferença tão marcada face às restantes opções (“casa” e “outros”). O facto de a identidade SNA ser a predominante e ter, maioritariamente, progenitores ouvintes pode justificar a opção pela escola como local de aprendizagem da LGP em detrimento da residência / casa, pois neste caso a língua portuguesa (na sua versão oral) é a língua materna dos progenitores que muitas vezes não dominam a LGP – ao contrário dos pais surdos, os pais ouvintes vêm limitada a sua interação com os filhos surdos e para comunicarem com eles necessitam de aprender uma língua não materna (Sobral, 2001).

Em relação às características identitárias e à frequência de convívio com os pares, verifica-se que a identidade SNA convive diariamente com outros surdos, ao contrário da identidade Outros Surdos. Esta circunstância pode ser justificada pelo facto de a identidade SNA ter dificuldade em assumir a surdez e assim os indivíduos com esta orientação não se sentem confortáveis entre os ouvintes, optando pelo convívio mais frequente entre os pares, onde o processo comunicativo se encontra facilitado e onde não se sentem como diferentes.

No entanto, se os resultados da associação das variáveis, obtidos com esta amostra, forem analisados à luz da literatura existente, é possível retirar algumas conclusões. Verifica-se, por exemplo, que na amostra a maioria dos indivíduos frequenta ou frequentou o ensino pré-universitário e é sabido da dificuldade dos indivíduos surdos para acederem e darem continuidade aos estudos de nível superior (Silva. G & Lins. F, 2021). Também em relação à causa da surdez, verifica-se que em ambas as identidades

predominam as causas congénitas, o que é suportado também pelo intervalo dominante da idade da aquisição da perda auditiva (entre os zero e os sete anos) nas duas identidades.

Com o decorrer deste estudo confirmou-se que o tema desta tese e os demais assuntos relativos à comunidade surda portuguesa se encontram pouco explorados e, conseqüentemente, são ainda um tanto desconhecidos da investigação que se faz no país, conforme já foi também referido. Os constrangimentos sentidos na elaboração desta investigação são também oportunidades: é fundamental fazer a identificação desses mesmos constrangimentos e seguir com a devida exploração e investigação. Esta é, pois, uma linha de investigação que tem espaço para crescer e que pode contribuir para uma mudança de paradigma na abordagem dos assuntos ligados à diversidade e às minorias. A visão sociocultural da investigação, principalmente quando é efetuada em paralelo com uma visão mais tradicional, pode também levantar questões éticas, tanto em relação ao objeto de estudo, como em relação ao investigador, que têm de ser previstas e resolvidas.

Com a elaboração desta tese foi também possível perceber quais os principais desafios enfrentados pela comunidade surda:

- Comunicação e Acesso à Informação:

A falta de intérpretes de LGP em serviços essenciais, como a saúde, a educação e os serviços públicos, dificulta a comunicação eficaz e o acesso à informação e a comunicação, tendo sido este problema exacerbado pela pandemia Covid-19 e a utilização das máscaras de proteção.

- Educação:

A inclusão de estudantes surdos no sistema educativo enfrenta ainda barreiras significativas, como a falta de professores qualificados em LGP e a ausência de materiais didáticos adaptados, o que faz com que a maioria dos surdos portugueses sinta muitas dificuldades em prosseguir os seus estudos para o ensino superior devido à falta de apoio adequado e à barreira linguística.

- Emprego e Mercado de Trabalho:

Dentro da comunidade surda existem taxas elevadas de desemprego e subemprego, pois muitos surdos estão empregados em setores precários e têm poucas oportunidades de progressão na carreira, possivelmente pela falta de sensibilização e adaptação por parte dos empregadores que contribui para a exclusão dos surdos do mercado de trabalho.

- Reconhecimento e Valorização da LGP:

Embora em Portugal a LGP seja reconhecida oficialmente, ainda há resistência à sua aceitação e uso generalizado. Conforme referido, a falta de reconhecimento pleno da LGP pela comunidade ouvinte como primeira língua dos surdos limita o acesso à educação e à informação.

- Identidade e Inclusão Social:

A identidade surda é frequentemente vista apenas sob a perspetiva clínica, como uma deficiência, em vez de ser reconhecida como uma característica cultural e linguística, o que leva muitos surdos ao isolamento social e à exclusão.

- Acesso a Serviços de Saúde:

A comunicação com profissionais de saúde é um desafio significativo, muitas vezes resultando em diagnósticos e tratamentos inadequados. A falta de intérpretes de LGP nos serviços de saúde compromete a qualidade do atendimento e a segurança dos pacientes surdos.

- Tecnologia e Acessibilidade:

A tecnologia pode ser uma ferramenta muito interessante para a inclusão, mas ainda se verifica que não é acessível ou adaptada às necessidades dos surdos. A falta de legendas em tempo real e de interfaces acessíveis limita o acesso à informação e à comunicação digital.

- Preconceito e Discriminação:

A comunidade surda enfrenta preconceitos e estereótipos que dificultam a sua plena integração na sociedade. A discriminação desta comunidade ocorre, como se verificou, em várias áreas incluindo a educação, o emprego e o acesso aos serviços.

Todos estes desafios destacam a necessidade de implementação de políticas mais inclusivas, de sensibilização e de educação da comunidade ouvinte, através de medidas

que garantam a plena participação da comunidade surda em todas as dimensões da vida social, económica e cultural.

Em suma, esta investigação procurou estudar a comunidade surda portuguesa, tendo em conta o reconhecimento da LGP como “outra” língua portuguesa em 1997, que foi um marco decisivo na promoção dos direitos das pessoas surdas e na formação da sua identidade cultural, destacando-se a necessidade de também se reconhecer a diversidade e as especificidades da mesma. Apesar de algumas limitações e de se considerar que esse percurso está ainda incompleto, este trabalho fornece contributos valiosos sobre a comunidade surda portuguesa e demonstra a necessidade de se aprofundar a investigação na área, com vista a criar condições para uma participação política e social plena das pessoas surdas. Assim, esta investigação abre caminho para a sua própria continuidade, em condições diferentes, com acesso direto a uma amostra mais alargada e com a possibilidade de se realizarem entrevistas que devem ser acompanhadas por um tradutor e intérprete de LGP, sempre que necessário, no sentido de se melhorar a compreensão das questões colocadas e a precisão das respostas. É assim necessário continuar a investigar a comunidade surda portuguesa, com amostras mais amplas e diversificadas, para obter uma compreensão mais completa das identidades surdas e das suas características culturais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AD. (2011). *Conceito de cultura - O que é, Definição e Significado*.
<https://conceito.de/cultura>
- Almeida, G. (2015). *Memória surda: discurso e identidade*. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Almeida, W. G. (2015). *educacaodosSurdos_Ler agora*.
- Amaral, A. (2006). Perspectivas teóricas na aquisição da linguagem em crianças surdas. In E. Caminho (Ed.), *O Gesto e a Palavra I - Antologia de Textos sobre a surdez* (pp. 109–150).
- Anderson, M. L., Craig, K. S. W., & Ziedonis, D. M. (2017). Psychological Trauma: Theory, Research, Practice, and Policy. *American Psychological Association*, 1–29.
- Bairrão, J. (1998). Os Alunos com Necessidades Educativas Especiais. In *Subsídios para o Sistema de Educação*. Conselho Nacional de Educação.
- Bettencourt, M. F. da S. (2015). *A ordem de palavras na Língua Gestual Portuguesa: Breve estudo comparativo com o Português e outras línguas gestuais*. Universidade do Porto.
- Bigogno, P. G. (2010). *Cultura, comunidade e identidade surda: o que querem os surdos?* 1–18.
- Bowman-Smart, H., Gyngell, C., Morgan, A., & Savulescu, J. (2019). The moral case for sign language education. *Monash Bioethics Review*, 37(3–4), 94–110.
<https://doi.org/10.1007/s40592-019-00101-0>
- Brah, A. (1991). Difference, Diversity, Differentiation. *International Review of Sociology*, 2(2), 53–71. <https://doi.org/10.1080/03906701.1991.9971087>
- Bureau International d' Audiophonologie (BIAP). (1997). *International Bureau for Audiophonology BIAP Recommendation 02/1: Audiometric Classification of Hearing Impairments*.
- Carvalho, P., & Mineiro, A. (2020). Políticas Linguísticas na Educação de Surdos em Portugal. *Educação Unisinos*, 24(1). <https://doi.org/10.4013/edu.2020.241.25>
- Carvalho, P. V. (2019). *História da Educação de Surdos: O que dizem as fontes documentais por Paulo Vaz de Carvalho - porsinal, consegues ouvir o Mundo ? Por*

- Chua, H. (2019). Healthcare Access for the Deaf in Singapore: Overcoming Communication Barriers. In *Asian Bioethics Review* (Vol. 11, Issue 4, pp. 377–390). <https://doi.org/10.1007/s41649-019-00104-3>
- Claramunt, J. (2005). Anatomía y fisiología del oído. In Masson (Ed.), *Tratado de Audiología* (p. 1).
- Cochrane. (2017). *Como fazer uma Revisão Sistemática Cochrane | Cochrane Brasil*. <https://brazil.cochrane.org/como-fazer-uma-revisão-sistemática-cochrane>
- Coelho, O., & Cortes, S. (2013). Surdos isolados, línguas, cidadania, identidade e iliteracia. In Livpsic (Ed.), *Cartografias de surdez. Comunidades, línguas, práticas e pedagogias* (pp. 389–405).
- Cromack, E. M. P. da C. (2004). Identidade, cultura surda e produção de subjetividades e educação: atravessamentos e implicações sociais. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 24(4), 68–77. <https://doi.org/10.1590/s1414-98932004000400009>
- D. R. (1989). *Lei 9_1989_lei de bases de prevenção e rde reabilitação e integração de pessoas com deficiência.pdf* (pp. 1796–1799). Diário da República.
- Dizeu, L. C. T. de B., & Caporali, S. A. (2005). A língua de sinais constituindo o surdo como sujeito. *Educação & Sociedade*, 26(91), 583–597. <https://doi.org/10.1590/s0101-73302005000200014>
- Donato, H., & Donato, M. (2019). Etapas na Condução de uma Revisão Sistemática. *Revista Científica Da Ordem Dos Médicos*, 32(3), 227–235.
- D.R. (1990). Decreto-Lei 35/1990, de 25 de janeiro. In *Diário da República: Vol. 1.ª Série* (Issue 21, pp. 350–353). Diário da República.
- D.R. (1991). *Decreto-Lei n.º 319/91 de 23 de agosto* (pp. 4389–4393). Diário da República.
- D.R. (1997). Lei Constitucional nº 1/97, Assembleia da República, de 20 de setembro. In *Diário da República: Vol. I série* (Issue 218, pp. 5130–5196). Diário da República.
- D.R. (1998). *Despacho 7520/98b* (pp. 6065–6128). Diário da República.
- D.R. (2008). *Decreto-Lei n.º 03/2008: Vol. 1.ª Série* (pp. 154–164). Diário da República.
- D.R. (2018). Decreto-Lei n.º 54/2018. In *Diário da República, 1.ª série - N.º 129* (pp. 2918–2928). Diário da República.

- Estanqueiro, P. (2006). Língua Gestual Portuguesa - uma opção ou um direito? O meio menos restritivo na educação de Surdos. In Caminho (Ed.), *O Gesto e a Palavra I - Antologia de textos sobre a surdez*.
- Farias, B., & Cunhas, M. (2017). Satisfação da pessoa surda com a qualidade de assistência em saúde. *Millenium*, 2(4), 79–88.
- Felizes, R. (2013). Surdez, sujeição e isolamento linguístico. In Livpsic (Ed.), *Cartografias de surdez. Comunidades, línguas, práticas e pedagogias* (pp. 407–418).
- Fernandes, S. D. F., & Terceiro, F. M. L. (2019). Deafhood: um conceito em formação no campo dos Estudos Surdos no Brasil. *Revista Educação Especial*, 32, 86. <https://doi.org/10.5902/1984686x38455>
- Fischer, L. C., & McWhirter, J. J. (2001). The Deaf Identity Development Scale: A revision and validation. *Journal of Counseling Psychology*, 48(3), 355–358. <https://doi.org/10.1037/0022-0167.48.3.355>
- GAES. (2000). *Implante coclear* (Issue 1c).
- Galvão, T. F., & Pereira, M. G. (2014). Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 23(1), 183–184. <https://doi.org/10.5123/S1679-49742014000100018>
- Garrinhas, H. (2015). *Contributos para a validação da escala do desenvolvimento da identidade surda - estudos de tradução, adaptação e aplicação*. Universidade Autónoma de Lisboa.
- Gil-Loyzaga, P. (2005). Estructura Y función de la corteza auditiva. In Masson (Ed.), *Tratado de Audiología* (p. 23).
- Glickman, N. S. (1993). *Deaf identity development: Construction and validation of a theoretical model*.
- Gomes, F. I. A. (2018). *Perspetiva global da perda de audição*. Universidade de Lisboa.
- Goss, B. (2003). Hearing from the Deaf Culture. *Intercultural Communication Studies*, XII(2), 9–24.
- Hall, S. (2007). A identidade em questão. In DP&A editora (Ed.), *A identidade cultural da pós-modernidade* (10ª edição, pp. 58–78).
- Helmenstine, T. (2018). *Difference Between Independent and Dependent Variables*. <https://www.thoughtco.com/independent-and-dependent-variables-differences-606115>

- Hofer, T. (2017). Is Lhasa Tibetan Sign Language emerging, endangered, or both? *International Journal of the Sociology of Language*, 2017(245), 113–145. <https://doi.org/10.1515/ijsl-2017-0005>
- Hofer, T., & Sagli, G. (2017). ‘Civilising’ Deaf people in Tibet and Inner Mongolia: governing linguistic, ethnic and bodily difference in China. *Disability and Society*, 32(4), 443–466. <https://doi.org/10.1080/09687599.2017.1302319>
- Infopédia. (2021a). *identidade (psicologia)*. Porto Editora. [https://www.infopedia.pt/\\$identidade-\(psicologia\)](https://www.infopedia.pt/$identidade-(psicologia))
- Infopédia. (2021b). *Interculturalidade*. Porto Editora. [https://www.infopedia.pt/\\$interculturalidade](https://www.infopedia.pt/$interculturalidade)
- Infopédia. (2021c). *Língua Gestual Portuguesa - PSP* (p. 23). Porto Editora.
- Klein, M. (1998). Movimentos surdos e os discursos sobre surdez, educação e trabalho: a constituição do surdo trabalhador. *Cultura Sorda*, 16.
- Kung, M. S., Lozano, A., Covas, V. J., Rivera-González, L., Hernández-Blanco, Y. Y., Diaz-Algorri, Y., & Chinapen, S. (2021). Assessing Medical Students’ Knowledge of the Deaf Culture and Community in Puerto Rico: A Descriptive Study. *Journal of Medical Education and Curricular Development*, 8(Cdc), 238212052199232. <https://doi.org/10.1177/2382120521992326>
- Ladd, P. (2003). Understanding Deaf Culture. In *Multilingual Matters, Ida*. Multilingual Matters, Lda.
- Ladd, P. (2013). *Em busca da surdidade 1-colonização dos surdos (Surd’Unive)*. Europress, Indústria Gráfica.
- Leite, S. (2003). Estimativas provisórias de população residente por estado civil, sexo e idades, Portugal 2001-2003. *Revista de Estudos Demográficos*.
- Lévi-Strauss, C. (2003). *Raça e História* (Nova Vega, Ed.; 3ª Edição).
- Lopes, M. (2005). *A relação entre língua e cultura no ensino e aprendizagem de línguas adicionais*.
- Lopes, P. (2019). *Interdisciplinaridade e Audiologia*. ESS-IPP.
- Lopes, P. M. D. C. (2009). *O Processo de Reabilitação Auditiva no Idoso e o Princípio da Autonomia*.
- Majocha, M., Davenport, Z., Braun, D. C., & Gormally, C. (2018). “Everyone Was Nice...But I Was Still Left Out”: An Interview Study About Deaf Interns’ Research

- Experiences in STEM. *Journal of Microbiology & Biology Education*, 19(1).
<https://doi.org/10.1128/jmbe.v19i1.1381>
- Marôco, J. (2011). *Análise Estatística com o SPSS Statistics* (5ª edição). Report Number.
- Marques, R. (2020). *Surdez e Identidade Surda*.
- Martins, M. (2005). *Cultura Surda: Contributo para a sua compreensão Orientador: Docente Marta Morgado Pereira Pós-Graduação e Formação Especializada em Educação Especial, Educação de Crianças e Jovens Surdos. January 2005*.
- Middleton, A., Hewison, J., & Mueller, R. F. (1998). Attitudes of deaf adults toward genetic testing for hereditary deafness. *American Journal of Human Genetics*, 63(4), 1175–1180. <https://doi.org/10.1086/302060>
- Monteiro, L., & Trigueiros, N. (2018). Anatomofisiologia da Audição. In Círculo Médico (Ed.), *Audiologia, Som e Audiç das bases à clínica*.
- Neto, M. da C. S. (2010). *Qualidade de Vida das Famílias de Crianças com Surdez: Avaliação na perspectiva das Famílias*.
- Northern, J., & Downs, M. (2005). *Audição na Infância* (N. Guanabara, Ed.; 5ª).
- Oliveira, C., Machado, M., Zenha, R., Azevedo, L., Monteiro, L., & Bicho, A. (1997). Surdez Congénita ou Precocemente Adquirida: do rastreio ao seguimento, um retrato de Portugal. *Nature*, 388, 539–547. <https://doi.org/10.20344/amp.11880>
- ONU. (2017). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*.
- Page, M. J., Mckenzie, J. E., Bossuyt, P. M., Boutron, I., Hoffmann, T. C., Mulrow, C. D., Shamseer, L., Tetzlaff, J. M., Akl, E. A., Brennan, S. E., Chou, R., Glanville, J., Grimshaw, J. M., Hróbjartsson, A., Lalu, M. M., Li, T., Loder, E. W., Mayo-Wilson, E., Mcdonald, S., ... Moher, D. (2021). The PRISMA 2020 statement: An updated guideline for reporting systematic reviews. *PLoS Medicine*, 18(3), 1–9. <https://doi.org/10.1371/JOURNAL.PMED.1003583>
- Patino, C. M., & Ferreira, J. C. (2018). Inclusion and exclusion criteria in research studies: Definitions and why they matter. In *Jornal Brasileiro de Pneumologia* (Vol. 44, Issue 2, p. 84). Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia. <https://doi.org/10.1590/s1806-37562018000000088>
- Pereira, J. M. (2011). Cultura Surda – a bandeira de um povo dentro de outro. *Cadernos De Saúde*, 4, nº2, 65–70.
- Perlin, G. (2001). *Identidades Surdas*. 3–5.

- Perlin, G., & Strobel, K. (2006). Fundamentos da educação de surdos. In *Florianópolis: Universidade Federal de*
- Pestana, M. H., & Gageiro, J. N. (2008). *Análise de Dados para Ciências Sociais* (5ª edição). Edições Sílabo.
- Pocinho, M. (2012). *Metodologia de Investigação e Comunicação do Conhecimento Científico* (Lidel, Ed.).
- Ponte, J. P. (2006). Estudos de caso em educação matemática 1. *Bolema*, 105–132.
- PORDATA, & INE. (2021). *PORDATA - estatística*. <https://www.pordata.pt/Home>
- Portal Educação. (2020). *História da Educação de Surdos*. <https://siteantigo.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/educacao/historia-da-educacao-de-surdos/65157>
- Ramos, N. (2009). *Saúde , migração e direitos humanos*. 17(1), 1–11.
- Ribeiro, M. C. (2007). *Multiculturalismo nos Discursos da surdez*.
- Sá, N. L. de. (2006). Existe um Cultura Surda? In *Cultura, poder e educação de surdos* (Paulinas).
- Sanches, I. R., & Da Silva, P. B. (2019). The inclusion of deaf students in higher education in Brazil: The case of a Pedagogy course. *Revista Portuguesa de Educacao*, 32(1), 155–172. <https://doi.org/10.21814/rpe.14955>
- Santos, J. L. dos. (2009). O que é a cultura. In Brasiliense (Ed.), *O que é a cultura* (pp. 21–50).
- Santos, E. (2017). The Raven e o seu voo para a língua brasileira de sinais. *Cadernos de Tradução*, 37(2), 132. <https://doi.org/10.5007/2175-7968.2017v37n2p132>
- Santos, P., & Correia, I. (2015). *Um primeiro passo para a História da Língua Gestual Portuguesa : Perspetiva Diacrónica* (Vol. 19, Issue 2011).
- Serrão, D. (1998). A Comunicação Gestual e a Evolução do Homem. In R. Nunes (Ed.), *Controvérsias na Reabilitação da Crinaça Surda* (FMUP, UCP, pp. 13–23). Fundação Engenheiro António de Almeida.
- Silva, R. C. D. da, & Martins, S. E. S. de O. (2020). Surdez e alteridade: “o encontro entre o tilintar das vozes e o tremular das mãos.” *Pro-Posições*, 31, 1–23. <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2017-0167>
- Silva. G, & Lins. F. (2021). Acessibilidade Linguística de Surdos no Ensino Superior: Reflexões Sobre o Curso de Letras Libras/Língua Portuguesa da Universidade

- Federal do Rio Grande do Norte. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 27, 89–104.
- Sobral, F. M. P. A. D. C. (2001). *A Surdez: Estratégias de Intervenção Precoce*.
- Toma, A., Gladis, T., Taschetto, P., Klein, M., Lopes, M., Sá, N., Teske, O., & Zanetti, S. (2015). *A surdez - um olhar sobre as diferenças* (C. Skliar, Ed.; 8ª edição). Amazon.
- UNESCO. (2002). Declaração universal sobre a diversidade cultural. In *Unesco* (pp. 1–7). <https://doi.org/CLT.2002/WS/9>
- United Nations. (2010). *United Nations Convention on the Rights of Persons with Disabilities* (Issue April 2009, pp. 35–61). United Nations.
- Van Campenhout, L., Quivy, R., & Maquet, J. (2019). *Manual de Investigação em Ciências Sociais (4ª ed.)*. Lisboa: Gradiva. (Gradiva, Ed.).
- Wallis, J. M. (2020). Is it ever morally permissible to select for deafness in one's child? *Medicine, Health Care and Philosophy*, 23(1), 3–15. <https://doi.org/10.1007/s11019-019-09922-6>
- Weissmann, L. (2018). Multiculturalidade, transculturalidade, interculturalidade. *Construção Psicopedagógica*, 26(27), 21–36.
- Widex. (2007). *Sound & Hearing* (Widex, Ed.; 3ª).
- Witchs, P. H., & Lopes, M. C. (2018). *INTRODUÇÃO Este artigo parte de uma discussão desenvolvida por Lopes e Veiga-Neto (2006) sobre os marcadores culturais surdos — expressão utilizada pelos autores para referenciar elementos que unem e fortalecem os surdos como um grupo social com caracte. 34.* <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698184713>
- World Health Organization. (2018). Addressing The Rising Prevalence of Hearing Loss. In *World Health Organization: Geneva, Switzerland* (Issue February).
- World Health Organization. (2020). *Deafness and hearing loss*. <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/deafness-and-hearing-loss>
- Yin, R. K. (2015). *Estudo de Caso, Planejamento e Métodos* (Bookman, Ed.; 5ª Edição).

ANEXOS

Anexo I: DIDS (Neil Glickman, 1995)

Anexo II: EDIS (Helena Garrinhas, 2015)

Anexo III: Circular Normativa nº 1 de 31-03-2021 (ARS Norte)

Anexo IV: Questionário sociodemográfico e EDIS (Helena Garrinhas, 2015)

Anexo V: Variação da população portuguesa / anos (Pordata, 2021)

Anexo VI: Dados da população portuguesa (Pordata, 2021)

Anexo VII: Estado civil da população residente em Portugal (Pordata, 2022)

Anexo VIII: Grau de escolaridade da população portuguesa (Pordata, 2021)

Anexo I

Deaf Identity Development Scale – DIDS

Neil Glickman

(1995)

Deaf People's Different Views of Deafness

The purpose of these sentences is to find out about your feelings and thoughts about being deaf.

This research is in both English and ASL. You can read the English sentence and then respond or you can watch the ASL sentence and then respond. The English and the ASL mean the same.

Please do not write your name on these papers. Please answer honestly. There are no right or wrong answers. What is important is what you think and what you feel. Please try to respond to every sentence.

There are 60 sentences. On the videotape, there is a 7 second pause between sentences. Please try to answer quickly. Do not take more than a few seconds per sentence.

Your job is to circle how much you agree or disagree with each sentence. After each sentence, there are 5 choices:

- SA:** Strongly Agree
- A:** Agree
- DN:** Don't Know
- D:** Disagree
- SD:** Strongly Disagree

Please circle the response that best matches how you think and feel.

Example

Most deaf people are happy. **SA** **A** **DN** **D** **SD**

If you **strongly agree** with this sentence, circle **SA**.

If you **agree**, circle **A**.

If you are **don't know**, circle **DN**.

If you **disagree**, circle **D**.

If you **strongly disagree**, circle **SD**.

- | | | | | | |
|---|-----------|----------|-----------|----------|-----------|
| 1. I enjoy both deaf and hearing cultures. | SA | A | DN | D | SD |
| 2. I don't know how I feel about deaf people. | SA | A | DN | D | SD |
| 3. Deaf people should only use ASL. | SA | A | DN | D | SD |
| 4. Deafness is a terrible disability. | SA | A | DN | D | SD |
| 5. I support deaf culture without insulting hearing people. | SA | A | DN | D | SD |
| 6. Deaf people do not need hearing aids. | SA | A | DN | D | SD |
| 7. I feel sorry for deaf people who depend upon sign language. | SA | A | DN | D | SD |
| 8. It's hard for me to make friends. | SA | A | DN | D | SD |
| 9. American Sign Language and English are different languages of equal value. | SA | A | DN | D | SD |
| 10. There is no place for hearing people in the deaf world. | SA | A | DN | D | SD |
| 11. I call myself "deaf." | SA | A | DN | D | SD |

12.I don't like it when deaf people use sign language.	SA	A	DN	D	SD
13.I don't know whether to respect or resent deaf people.	SA	A	DN	D	SD
14.I want to help hearing people understand and respect deaf culture.	SA	A	DN	D	SD
15.I don't know whether to call myself "hearing-impaired" or "deaf."	SA	A	DN	D	SD
16.Only deaf people should teach deaf children.	SA	A	DN	D	SD
17.It is possible for a deaf person to prefer to speak while signing and still feel proud to be deaf.	SA	A	DN	D	SD
18.Deaf people should <u>not</u> marry other deaf people.	SA	A	DN	D	SD
19.Hearing people don't help deaf people.	SA	A	DN	D	SD
20.When I see deaf people use sign language, I walk away.	SA	A	DN	D	SD
21.I can change between ASL and Sign English.	SA	A	DN	D	SD
22.Neither deaf nor hearing people accept me.	SA	A	DN	D	SD
23.Deaf people are satisfied with what the deaf world has to offer.	SA	A	DN	D	SD
24.I am always alone.	SA	A	DN	D	SD
25.I don't understand why deaf people have their own culture.	SA	A	DN	D	SD
26.I have both deaf and hearing friends.	SA	A	DN	D	SD
27.Hearing people do not understand or support deaf ways.	SA	A	DN	D	SD
28.When I am with hearing people, I remember my pride as a deaf person.	SA	A	DN	D	SD
29.The focus of deaf education should be teaching deaf children to speak and lipread.	SA	A	DN	D	SD
30.I feel angry with hearing people.	SA	A	DN	D	SD
31.Deaf people don't need sign language interpreters.	SA	A	DN	D	SD
32.The best way to communicate is to speak and sign at the same time.	SA	A	DN	D	SD
33.In general, hearing people are more intelligent than deaf people.	SA	A	DN	D	SD
34.I am not skilled in both English and American Sign Language.	SA	A	DN	D	SD
35.It is possible for a deaf person_ to prefer signing more like English and still be proud to be deaf.	SA	A	DN	D	SD
36.I don't know whether to think of my deafness as something good or	SA	A	DN	D	SD

something bad.					
37.I feel comfortable with my child being either deaf or hearing.	SA	A	DN	D	SD
38.It is best for deaf people to communicate with speech and lipreading.	SA	A	DN	D	SD
39.Hearing people communicate better than deaf people.	SA	A	DN	D	SD
40.Teaching deaf children to speak is a waste of time.	SA	A	DN	D	SD
41.I don't know whether to respect or resent hearing people.	SA	A	DN	D	SD
42. only socialize with hearing people.	SA	A	DN	D	SD
43.It is wrong to speak while signing.	SA	A	DN	D	SD
44.I have thought a lot about what it means to be a proud, strong deaf person.	SA	A	DN	D	SD
45.Sometimes I enjoy other deaf people but sometimes they embarrass me.	SA	A	DN	D	SD
46.I would like to have an operation that would give me full hearing.	SA	A	DN	D	SD
47.Some hearing people genuinely support deaf culture and deaf ways.	SA	A	DN	D	SD
48.Hearing counselors, teachers, and doctors who specialize in treating deaf people can give me the best advice.	SA	A	DN	D	SD
49.I feel comfortable with both deaf and hearing people.	SA	A	DN	D	SD
50.Only deaf people should run deaf schools.	SA	A	DN	D	SD
51.I feel good about being deaf, but I involve myself with hearing people also.	SA	A	DN	D	SD
52.I can't trust hearing people.	SA	A	DN	D	SD
53.Sign language should be based upon English.	SA	A	DN	D	SD
54.I call myself "hearing-impaired."	SA	A	DN	D	SD
55.Learning to lipread is a waste of time.	SA	A	DN	D	SD
56.I am confused about communication.	SA	A	DN	D	SD
57.Deaf people should only socialize with other deaf people.	SA	A	DN	D	SD
58.I donot fit in with either hearing or deaf people.	SA	A	DN	D	SD
59.It is important to find a cure for deafness.	SA	A	DN	D	SD
60.My hearing friends will fight for deaf rights.	SA	A	DN	D	SD

Anexo II

Escala de Desenvolvimento da Identidade Surda - EDIS

Helena Garrinhas

(2015)

Tabela 10. *Composição da Versão Portuguesa da EDIS (40 itens)*

Item
1. Não sei como me sinto em relação a surdos
2. Os surdos só devem usar LGP
3. A surdez é uma deficiência terrível
4. Apoio a cultura surda sem insultar os ouvintes
5. Sinto pena dos surdos que dependem da língua gestual
6. Para mim é difícil fazer amigos
7. Não há lugar para ouvintes no mundo dos surdos
8. Eu refiro-me a mim mesmo como "surdo"
9. Eu não gosto quando os surdos usam a língua gestual
10. Não sei se devo respeitar ou ressentir-me com os surdos
11. Somente os surdos devem ensinar as crianças surdas
12. É possível um surdo preferir falar enquanto gestua e sentir-se orgulhoso por ser surdo
13. Os ouvintes não ajudam os surdos
14. Quando vejo surdos a usar língua gestual, afasto-me
15. Os surdos estão satisfeitos com o que o mundo dos surdos tem para oferecer
16. Estou sempre sozinho
17. Não percebo porque é que os surdos têm a sua própria cultura
18. A educação dos surdos deve focar-se em ensinar as crianças surdas a falar e a ler lábios
19. Eu sinto-me zangado com os ouvintes
20. A melhor maneira de comunicar é falar e gestuar ao mesmo tempo
21. Em geral os ouvintes são mais inteligentes que os surdos
22. Sinto-me bem com um filho surdo ou ouvinte
23. É melhor para os surdos comunicarem oralmente e com leitura labial
24. Os ouvintes comunicam melhor do que os surdos
25. Não sei se devo respeitar ou ressentir os ouvintes
26. Eu só socializo com ouvintes
27. Tenho pensado muito sobre o que significa ser um surdo forte e orgulhoso
28. Às vezes gosto de estar com outros surdos, mas outras vezes envergonham-me
29. Gostaria de fazer uma operação que me desse audição total
30. Alguns ouvintes apoiam verdadeiramente a cultura surda e os seus costumes
31. Psicólogos, professores, médicos ouvintes especialistas em tratar surdos podem dar-me os melhores conselhos
32. Eu sinto-me à vontade com surdos e com ouvintes
33. Apenas surdos deviam gerir escolas para surdos
34. Não consigo confiar nos ouvintes
35. A língua gestual deve ser baseada no Português
36. Eu chamo-me a mim próprio "deficiente auditivo"
37. Aprender a ler os lábios é uma perda de tempo
38. Estou confuso sobre a comunicação
39. Os surdos só devem socializar com outros surdos
40. Eu não me sinto integrado nem com os ouvintes nem com os surdos

A orientação com valor médio superior corresponderá à identidade surda predominante do indivíduo surdo. Os itens incluídos em cada orientação são apresentados na tabela 11.

Anexo III
Circular Normativa
(ARS Norte)



ARS NORTE

Administração Regional
de Saúde do Norte, I.P.

CIRCULAR NORMATIVA

N.º 1

DATA: 2021.03.31

ASSUNTO: Recusa de presença de intérpretes de Língua Gestual Portuguesa em atos/consultas médicas

No âmbito da Lei n.º46/2006, de 26 de agosto, que proíbe a discriminação em razão da deficiência e da existência de risco agravado de saúde, incluindo a discriminação, direta ou indireta, em razão da deficiência, sob todas as suas formas.

Nos termos do artigo 4.º do referido diploma, consideram-se práticas discriminatórias contra pessoas com deficiência as ações ou omissões, dolosas ou negligentes, que, em razão da deficiência, violem o princípio da igualdade entre outras, "A recusa ou o impedimento da utilização e divulgação da língua gestual".

A prática de qualquer acto discriminatório por pessoa singular constitui contraordenação punível com coima graduada entre 5 e 10 vezes o valor da retribuição mínima mensal garantida, sem prejuízo do disposto no n.º 5 e da eventual responsabilidade civil ou da aplicação de outra sanção que ao caso couber (art.º9.º).

A recusa ou impedimento da utilização e divulgação da língua gestual constitui uma prática discriminatória contra pessoas com deficiência, suscetível de configurar a prática de uma infração disciplinar e contraordenacional.

Nesta conformidade, recomendamos a observância dos normativos mencionados junto dos profissionais médicos, na admissão nas consultas de ambulatório e nas denominadas "consultas abertas" de intérpretes de língua gestual portuguesa, quando tiverem inscritos nos seus ficheiros utentes com deficiência de surdez.

Para tanto, deverão obrigatoriamente esses intérpretes fazer prova plena (mediante a apresentação da respetiva cédula profissional) dessa habilitação profissional.

Mais se acrescenta, que deverão os Conselhos de Administração e Diretores Executivos, assegurar a adequada divulgação da presente Circular, por todos os Serviços.

O Conselho Diretivo

DN: c=PT, title=Presidente do
Conselho Diretivo, ou=Conselho
Diretivo, o=Administração
Regional de Saúde do Norte,
cn=Carlos Nunes
Dados: 2021.04.08 19:01:30
+01'00'



Anexo IV

Questionário sociodemográfico e EDIS

(Helena Garrinhas, 2015)

Sou aluna do 2.º ano do Mestrado em Psicologia Especialização da Psicologia Clínica e do Aconselhamento, na Universidade Autónoma de Lisboa. Estou a realizar um estudo de tradução e adaptação da Escala de Desenvolvimento da Identidade Surda para as pessoas surdas, em Portugal. Gostaria de pedir a sua colaboração, uma vez que a sua participação é muito importante para este estudo. Para responder, tem um suporte auxiliar nos vídeos com LGP. É necessário responder a todas as questões segundo o que é mais adequado, no seu caso. As respostas dadas são totalmente confidenciais e anónimas e destinam-se exclusivamente à elaboração deste estudo.

Questionário Sociodemográfico

1. Idade: _____ anos
2. Sexo: Masculino
Feminino
3. Estado Civil: Solteiro(a)
União de Facto / Casado(a)
Divorciado(a) / Separado(a)
Viúvo(a)
4. Habilitação Literária: Nunca foi à escola
Sabe ler e escrever
4ª Classe (1º Ciclo do Ensino Básico)
6º Ano (2º Ciclo do Ensino Básico)
9º Ano (3º Ciclo do Ensino básico)
12º Ano (Ensino Secundário)
12º Ano (Curso Profissional)
Ensino Superior:
Licenciatura
Mestrado
Pós-Graduação
Doutoramento
5. Classificação dos graus de surdez: Surdez severa
Surdez profunda
6. Com que idade perdeu a _____ anos

- audição?**
- 7. Qual é a causa?** A sua surdez teve origem nos seus pais.
(Surdez hereditária)
- Fiquei surdo (a) antes de nascer, durante a gravidez.
(Surdez congénita)
- Fiquei surdo(a) devido a doença ou complicações durante o parto.
(Surdez adquirida)
- Não sei
- 8. Qual é a forma que utiliza MAIS para comunicar? (Comunicação opcional)** LGP
Leitura Labial
Escrita
Mais de que uma
Quais? _____
- 9. Os seus pais são:** Ouvintes
Os dois Surdos
Um deles é surdo
- 10. Tem mais algum membro da família que é surdo?** Avô/ Avó
Filho(a)
Irmão(a)
Tio(a)
Primo(a)
Sobrinho(a)
Cunhado(a)
Sogro(a)
Nora/Genro
Outro. Qual? _____
- Não
- 11. Com que idade aprendeu pela primeira vez a LGP?** _____ anos
- 12. Onde aprendeu pela primeira vez a LGP?** Em casa com Família
Na Escola de Surdos
Na Escola Integrada do Ensino Especial
Na Associação de Surdos
No convívio entre amigos surdos
- 13. Com que idade teve o primeiro contacto com pessoas surdas?** _____ anos
- 14. Frequentou uma escola** Não

de surdos? **Sim**

Numa turma só com colegas surdos

Numa turma integrada com
colegas surdos e ouvintes

Ambas

**15. Com que frequência
convive com surdos?**

Diariamente

Só aos fins de semanas

Poucas vezes

Raramente

**16. Onde costuma encontrar
outros surdos?**

Associação de Surdos

Escola

Eventos importantes

Desporto

Passeios

Centro do Dia

Outros locais

Quais? _____

Escala de Desenvolvimento da Identidade Surda (Glickman,1993)

Discordo Totalmente	Discordo	Não Sei	Concordo	Concordo Totalmente
1	2	3	4	5

Exemplo

A maioria dos surdos é feliz.

Se você concorda totalmente com esta frase assinale o **5**.

Se concorda, assinale o **4**.

Se você não sabe, assinale o **3**.

Se você discorda, assinale o **2**.

Se você discorda totalmente, assinale o **1**.

1. Eu gosto igualmente da cultura surda e da ouvinte.	1	2	3	4	5
2. Não sei como me sinto em relação a surdos.	1	2	3	4	5
3. Os surdos só devem usar LGP.	1	2	3	4	5
4. A surdez é uma deficiência terrível.	1	2	3	4	5
5. Apoio a cultura surda sem insultar os ouvintes.	1	2	3	4	5
6. Os surdos não precisam de aparelhos auditivos.	1	2	3	4	5
7. Sinto pena dos surdos que dependem da língua gestual.	1	2	3	4	5
8. Para mim é difícil fazer amigos.	1	2	3	4	5
9. A Língua Gestual Portuguesa e Português são línguas diferentes de valor igual.	1	2	3	4	5
10. Não há lugar para ouvintes no mundo dos surdos.	1	2	3	4	5
11. Eu refiro-me a mim mesmo como “surdo”.	1	2	3	4	5
12. Eu não gosto quando os surdos usam a língua gestual.	1	2	3	4	5
13. Não sei se eu devo respeitar ou ressentir-se com os surdos.	1	2	3	4	5
14. Eu quero ajudar os ouvintes a perceber e respeitar a cultura surda.	1	2	3	4	5
15. Eu não sei de devo referir-me a mim mesmo como “deficiente auditivo” ou “surdo”.	1	2	3	4	5
16. Somente os surdos devem ensinar as crianças surdas.	1	2	3	4	5
17. É possível um surdo preferir falar enquanto gestua e sentir-se orgulhoso por ser surdo.	1	2	3	4	5
18. Os surdos não devem casar com outros surdos.	1	2	3	4	5
19. Os ouvintes não ajudam os surdos.	1	2	3	4	5
20. Quando vejo surdos a usar língua gestual, afasto-me.	1	2	3	4	5
21. Eu consigo mudar da LGP para o Português Gestual e vice-versa.	1	2	3	4	5

22. Nem os surdos nem os ouvintes me aceitam.	1	2	3	4	5
23. Os surdos estão satisfeitos com o que o mundo dos surdos tem para oferecer.	1	2	3	4	5
24. Estou sempre sozinho.	1	2	3	4	5
25. Não percebo porque é que os surdos têm a sua própria cultura.	1	2	3	4	5
26. Eu tenho amigos surdos e amigos ouvintes.	1	2	3	4	5
27. Os ouvintes não percebem nem apoiam a maneira de ser dos surdos.	1	2	3	4	5
28. Quando estou com os ouvintes eu lembro-me do meu orgulho de ser um surdo.	1	2	3	4	5
29. A base da educação dos surdos deve focar-se em ensinar as crianças surdas a falar e a ler lábios.	1	2	3	4	5
30. Eu sinto-me zangado com os ouvintes.	1	2	3	4	5
31. Os surdos não precisam de intérpretes de língua gestual.	1	2	3	4	5
32. A melhor maneira de comunicar é falar e gestuar ao mesmo tempo.	1	2	3	4	5
33. Em geral, os ouvintes são mais inteligentes do que os surdos.	1	2	3	4	5
34. Não sou fluente nem no Português nem na LGP.	1	2	3	4	5
35. É possível que um surdo prefira gestuar mais pela ordem do Português e ainda assim ter orgulho em ser surdo.	1	2	3	4	5
36. Não sei se pense na minha surdez como uma coisa boa ou como uma coisa má.	1	2	3	4	5
37. Sinto-me bem com um filho surdo ou ouvinte.	1	2	3	4	5
38. É melhor para os surdos comunicarem oralmente e com leitura labial.	1	2	3	4	5
39. Os ouvintes comunicam melhor do que os surdos.	1	2	3	4	5
40. Ensinar crianças surdas a falar é uma perda de tempo.	1	2	3	4	5
41. Não sei se eu devo respeitar ou ressentir-se os ouvintes.	1	2	3	4	5

42. Eu só socializo com ouvintes.	1	2	3	4	5
43. É errado falar enquanto se gestua.	1	2	3	4	5
44. Tenho pensado muito sobre o que significa ser um surdo forte e orgulhoso.	1	2	3	4	5
45. Às vezes gosto de outros surdos mas outras vezes envergonham-me.	1	2	3	4	5
46. Gostaria de fazer uma operação que me desse audição total.	1	2	3	4	5
47. Alguns ouvintes apoiam verdadeiramente a cultura surda e os seus costumes.	1	2	3	4	5
48. Psicólogos, professores e médicos ouvintes especialistas em tratar Surdos podem dar-me os melhores conselhos.	1	2	3	4	5
49. Eu sinto-me à vontade com surdos e com os ouvintes.	1	2	3	4	5
50. Apenas surdos deviam gerir escolas para surdos.	1	2	3	4	5
51. Sinto-me bem em ser surdo, mas também me relaciono com ouvintes.	1	2	3	4	5
52. Não consigo de confiar nos ouvintes.	1	2	3	4	5
53. A língua gestual deve ser baseada no Português.	1	2	3	4	5
54. Eu chamo-me a mim próprio de “deficiente auditivo”.	1	2	3	4	5
55. Aprender a ler os lábios é uma perda de tempo.	1	2	3	4	5
56. Estou confuso sobre a comunicação.	1	2	3	4	5
57. Os surdos só devem socializar com outros surdos.	1	2	3	4	5

58. Eu não me sinto integrado nem com os ouvintes nem com os surdos.	1	2	3	4	5
59. É importante encontrar a cura para a surdez.	1	2	3	4	5
60. Os meus amigos ouvintes lutam pelos direitos dos surdos.	1	2	3	4	5

OBRIGADO PELA SUA PARTICIPAÇÃO

Anexo V

Varição da população portuguesa / anos

(Pordata, 2021)

Varição da população portuguesa / anos (Pordata, 2021)

População residente segundo os Censos: total e por grandes grupos etários

Quantos são os jovens, os idosos ou as pessoas em idade activa?

Indivíduo

Anos	Grandes grupos etários			
	Total	0-14	15-64	65 ou mais
1960	8.889.392	2.591.955	5.588.868	708.569
1970	8.611.125	2.451.850	5.326.515	832.760
1981	9.833.014	2.508.673	6.198.883	1.125.458
1991	9.867.147	1.972.403	6.552.000	1.342.744
2001	10.356.117	1.656.602	7.006.022	1.693.493
2011	± 10.562.178	± 1.572.329	± 6.979.785	± 2.010.064
2021	Pro 10.344.802	Pro 1.331.396	Pro 6.589.284	Pro 2.424.122

População residente segundo os Censos: total e por grandes grupos etários

Fontes de Dados: INE - X, XI, XII, XIII, XIV, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População

Fonte: PORDATA

Última actualização: 2022-09-26

Anexo VI

Dados da população portuguesa

(Pordata, 2021)

Dados da população portuguesa (Pordata, 2021)

PORDATA

FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

Anos	Sexo		
	Total	Masculino	Feminino
2004	10.483,9	5.050,5	5.433,3
2005	10.503,3	5.056,3	5.447,1
2006	10.522,3	5.061,6	5.460,7
2007	10.543,0	5.067,1	5.475,9
2008	10.558,2	5.068,0	5.490,2
2009	10.568,2	5.065,0	5.503,3
2010	10.573,1	5.058,6	5.514,5
2011	10.557,6	5.042,0	5.515,6
2012	10.514,8	5.013,1	5.501,8
2013	10.457,3	4.976,9	5.480,4
2014	10.401,1	4.940,8	5.460,2
2015	10.358,1	4.912,6	5.445,5
2016	10.325,5	4.892,0	5.433,5
2017	10.300,3	4.875,1	5.425,2
2018	10.283,8	4.860,0	5.423,8
2019	10.286,3	4.856,2	5.430,1
2020	10.297,1	4.859,4	5.437,7

Fontes/Entidades: INE, PORDATA
Última actualização: 2021-06-14
Última actualização: 2021-06-14

Anexo VII

Estado civil da população residente em Portugal

(Pordata, 2021)

Estado civil da população residente em Portugal (Pordata, 2022)

População residente segundo os Censos: total e por estado civil

Quantas são as pessoas solteiras, casadas, viúvas ou divorciadas?

Indivíduo

Anos	Estado civil				
	Total	Solteiros	Casados	Viúvos	Divorciados
1960	8.889.392	4.690.088	3.692.779	485.245	21.280
1970	8.611.120	4.218.645	3.889.925	486.320	16.230
1981	9.833.014	4.341.301	4.890.843	557.552	43.318
1991	9.867.147	x	4.937.011	x	x
2001	10.356.117	x	5.214.650	x	x
2011	± 10.562.178	± 4.272.977	± 4.924.870	± 770.664	± 593.667
2021	Pro 10.344.802	Pro 4.485.469	Pro 4.250.772	Pro 780.326	Pro 828.235

População residente segundo os Censos: total e por estado civil

Fontes de Dados: INE - X, XI, XII, XIII, XIV, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População

Fonte: PORDATA

Última actualização: 2022-09-26

Anexo VIII

Grau de escolaridade da população portuguesa

(Pordata, 2021)

Grau de escolaridade da população portuguesa (Pordata, 2021)

População residente com 15 e mais anos: total e por nível de escolaridade completo mais elevado

Quantas são as pessoas sem instrução ou com o ensino básico, secundário ou superior?

Indivíduo - Milhares

Anos	Nível de escolaridade						
	Total	Sem nível de escolaridade	Básico - 1º ciclo	Básico - 2º ciclo	Básico - 3º ciclo	Secundário e pós-secundário	Superior
1998	8.453,0	1.613,5	2.898,6	1.366,1	1.185,0	871,9	518,0
1999	8.520,6	1.621,7	2.854,0	1.394,4	1.196,5	912,5	541,6
2000	8.608,6	1.549,6	2.865,1	1.430,0	1.241,2	966,1	556,7
2001	8.687,4	1.511,6	2.864,3	1.424,9	1.285,0	1.013,2	588,4
2002	8.741,0	1.451,8	2.892,5	1.419,4	1.349,1	1.019,0	609,3
2003	8.779,6	1.387,6	2.829,5	1.408,5	1.365,3	1.081,5	707,3
2004	8.805,8	1.256,2	2.766,6	1.400,8	1.433,0	1.132,9	816,4
2005	8.828,0	1.202,7	2.742,4	1.386,7	1.473,3	1.188,6	834,2
2006	8.859,8	1.151,5	2.700,2	1.399,4	1.499,8	1.222,6	886,2
2007	8.893,0	1.115,7	2.678,2	1.433,1	1.532,9	1.222,4	910,8
2008	8.921,5	1.066,7	2.664,1	1.355,9	1.656,1	1.224,8	953,9
2009	8.941,2	986,6	2.635,3	1.297,4	1.732,4	1.295,6	994,0
2010	8.965,4	949,8	2.583,0	1.258,3	1.738,5	1.380,6	1.055,2
2011	8.970,5	981,3	2.332,5	1.153,7	1.841,8	1.475,1	1.186,1
2012	8.947,5	906,0	2.270,0	1.104,7	1.821,7	1.564,7	1.280,3
2013	8.911,9	843,7	2.191,5	1.059,2	1.830,8	1.650,5	1.336,2
2014	8.883,4	788,5	2.117,5	996,0	1.817,0	1.702,3	1.462,1
2015	8.866,2	738,9	2.080,2	963,8	1.800,5	1.763,6	1.519,2
2016	8.858,7	695,7	2.020,2	950,3	1.810,7	1.805,3	1.576,5
2017	8.853,2	646,7	1.988,7	944,9	1.805,2	1.865,6	1.604,2
2018	8.851,8	596,0	1.966,3	933,7	1.786,4	1.934,5	1.655,0
2019	8.863,6	559,8	1.904,3	882,3	1.770,7	2.011,7	1.734,8
2020	8.902,9	478,3	1.772,3	882,6	1.761,0	2.123,4	1.865,2

Fonte/Entidade: IIE, PORDATA
 Última actualização: 2021-02-12
 Última actualização: 2021-02-12

APÊNDICES

Apêndice I: Tabela sumária dos artigos incluídos na revisão sistemática da literatura

Apêndice II: Inquérito constituído pelo questionário sociodemográfico e pela EDIS em formato *Forms (Office 365)*

Apêndice III: Email com a autorização para a utilização da Escala de Desenvolvimento da Identidade Surda (EDIS)

Apêndice IV: Tabela sumária dos artigos incluídos na revisão sistemática da literatura

Apêndice V: SPSS (*database*)

Apêndice VI: Resultados do questionário sociodemográfico e da EDIS

Apêndice I

**Tabela sumária dos artigos incluídos na revisão sistemática da
literatura**

Autor Data	País	Idioma de publicação	Título	Amostra	Tipo de estudo/Métodos	Resultados	Conclusões
(Anderson et al, março-2017)	EUA	Inglês	“Deaf People’s help-seeking following trauma: experienciam...”	N= 16	Entrevista	Os participantes enfatizaram o desejo de trabalhar com um provedor que tenha conhecimento sobre cultura, história e experiência surdas e interagir com os funcionários que os atendem que possuam habilidades básicas de LG e treino em conscientização surda	O tratamento de trauma surdo deve incorporar o cuidado informado ao trauma, mas também considerar: comunicação direta, compreensão da história e experiência surda, práticas rigorosas para proteger a confidencialidade, visibilidade do provedor na comunidade e dependência de suporte por pares e modelos surdos nas intervenções.
(Hofer et al, abril-2017)	Inglaterra	Inglês	“Civilising” deaf people in Tibet and Inner Mongolia: governing...”	NA	Comparativo	Situação dos tibetanos surdos no Tibete e dos mongóis surdos no interior Mongólia - domínios sociopolíticos da linguagem, políticas de educação e deficiência	Na vida pública, no Tibete e na Mongólia Interior, o papel da LG da minoria local é muito limitada (Tibete) ou completamente ausente (Mongólia Interior). O direito à LG tibetana e mongólica não está garantido e são apenas

							utilizadas fora da esfera formal.
(Hofer, T., maio-2017)	Holanda	Inglês	“Is Lhasa Tibetan Sign Language emerging...”	NA	Antropológico/Descritivo	A TibSL parece estar entre "severamente" e "definitivamente" ameaçada.	A situação da TibSL está dentro das circunstâncias mais amplas das línguas minoritárias (gestuais) na China, da Língua chinesa de Sinais (CSL) e do movimento pós-2008 para promover e usar a linguagem tibetana pura
(Santos, E.C., agosto-2017)	Brasil	Português	“The raven e o seu voo para a LIBRAS”	Documental	Exploratória	Os surdos possuem a sua cultura, sem deixar de ter os traços culturais maioritários de seu país, porque estão em contato constante com os ouvintes e compartilham com seus pares um conjunto muito singular de entendimentos: dominam o Português como língua estrangeira, mas possuem a sua própria língua.	A LG desempenha um papel muito importante na comunidade surda e é o seu artefacto cultural mais significativo.
(Majocho et al, 2018)	EUA	Inglês	“Everyone was nice but I was still left out: an interview...”	5	Entrevista	Existe falta de conscientização sobre a cultura surda e a falta de acesso à comunicação	Quando os mentores estão cientes do que é ser surdo, da cultura e identidade surda, as experiências de

							mentoria são bem-sucedidas e a competência cultural impacta positivamente nos resultados dos alunos pertencentes a minorias. Os alunos surdos valorizam a comunicação com a LG e a consciência da cultura surda.
(Witchs et al, 2018)	Brasil	Português	“Forma de vida surda e seus marcadores culturais”	NA	Hermenêutica	A importância do marcador linguístico na constituição de uma cultura surda; os argumentos que sustentam tal noção podem ser fortalecidos na medida em que sejam evidenciados mais marcadores culturais atribuídos ao processo de subjetivação dos surdos	A surdez determina uma subjetividade marcada por ela mesma, enquanto condição primordial de distinção.
(Sanches et al, junho-2019)	Brasil	Português	“A inclusão de estudantes surdos no ES brasileiro: o caso de um...”	3	Entrevista	Verificou-se, através das percepções destes estudantes, que compreendem o paradigma da inclusão, conhecem os documentos orientadores, entendem e concordam com os	Estes estudantes gostam da perspectiva da inclusão, no que diz respeito a socializar com os ouvintes, e procuram contribuir para que essa socialização e a aprendizagem

	Inglaterra	Inglês	“Healthcare access for deaf in Singapore: overcoming...”	NA	Exploratório/ensaio	<p>princípios e as práticas que são propostas, mas levantam algumas questões e afirmam preferir as salas especiais para a aprendizagem. Os estudantes surdos participam das aulas, dos trabalhos de grupo, procuram estar junto ao intérprete, para melhor compreenderem, procuram a interação com professores e colegas ouvintes; porém, o desconhecimento da LG por parte dos ouvintes, é uma das maiores barreiras para a inclusão.</p>	<p>aconteçam, utilizando alternativas à LG para a comunicação. Constatam, porém, que é preciso um esforço coletivo, de surdos e ouvintes, para que o respeito pela diferença e pela identidade e cultura surda tenham maior expressão no contexto escolar.</p>
(Chua, H., dezembro-2019)	Inglaterra	Inglês	“Healthcare access for deaf in Singapore: overcoming...”	NA	Exploratório/ensaio	<p>Os maiores problemas encontrados foram: barreiras de comunicação: literacia em LG, poucos intérpretes e desconhecimento da cultura surda por parte dos profissionais de saúde.</p>	<p>Na área da saúde, os esforços para se comunicar efetivamente com os surdos são extensões naturais da beneficência médica. Para os surdos, superar as barreiras ao acesso à saúde não é apenas uma questão de tratamento, mas de igualdade: como pacientes informados, indivíduos</p>

							únicos e membros plenos da sociedade.
(Bowman-Smart et al, dezembro-2019)	EUA	Inglês	“The moral case for sign language education”	NA	Exploratório	Existem benefícios significativos a partir da aprendizagem da LG. A inclusão da LG na educação é uma questão de justiça; a normalização da educação e a utilização da LG beneficiaria particularmente grupos marginalizados, como aqueles que vivem com déficit de comunicação.	A integração das LG nos currículos permitiria o florescimento da cultura surda e resolveria as tensões que surgiram da promoção da educação oralista facilitada por tecnologias como implantes cocleares. Há razões importantes para prosseguir com as propostas políticas relativas à priorização da LG nos currículos escolares.
(Wallis, J.M., março-2020)	Holanda	Inglês	“Is it ever morally permissible select for deafness...”	NA	Exploratório	As evidências em Estudos Surdos e em Estudos de Deficiência possibilitam uma compreensão da surdez, da comunidade surda e das circunstâncias relevantes para as respetivas escolhas reprodutivas de algumas famílias surdas. A seleção para a surdez, sendo a surdez entendida como mera diferença e valorizada pela sua	Em determinadas circunstâncias pode ser moralmente permitido escolher a surdez no filho.

<p>Kung et al, Janeiro-2021</p>	<p>EUA</p>	<p>inglês</p>	<p>“Assessing medical students’ knowledge...”</p>	<p>158</p>	<p>Experimental / Descritivo</p>	<p>Há um aumento percentual do conhecimento das necessidades dos surdos à medida que o ano curricular em medicina aumenta. O problema mais frequentemente referido pelos entrevistados é a dificuldade que os pacientes surdos podem enfrentar quando hospitalizados (ex: uma emergência no hospital, como o alarme de incêndio)</p>	<p>A literatura relacionada com a cultura surda, particularmente em ambiente médico em Porto Rico, é limitada. Existe a necessidade de se continuar a investigar formas de melhorar a educação dos estudantes de medicina relativamente à cultura e comunidade surda.</p>
---------------------------------	------------	---------------	---	------------	--------------------------------------	--	---

Apêndice II

Inquérito

(Questionário socidemográfico+EDIS)

Questionário Sociodemográfico e EDIS - Escala de Desenvolvimento de Identidade Surda

Agradecemos a sua participação neste trabalho de investigação, relativo ao doutoramento em Relações Interculturais da Universidade Aberta. O tema da tese que inclui este questionário e a escala EDIS (Escala de Desenvolvimento de Identidade Surda) é: "Interculturalidade e Comunidade Surda: perspetivas política em torno de cultura e língua próprias".

Com este questionário sociodemográfico e com a EDIS pretende-se efetuar a recolha e o tratamento de opiniões, relativamente às características da identidade e da cultura da população surda portuguesa, bem como da população surda de outros países cuja língua oficial é a língua portuguesa.

A EDIS, foi adaptada em 2015 por Helena Garrinhas do original de Neil Glickman (1993). Não existem respostas certas ou erradas face às questões que são colocadas – todas as possibilidades são válidas.

O preenchimento do questionário e da escala é anónimo e confidencial. Se por qualquer motivo não quiser participar neste estudo, ou se decidir a qualquer momento que as suas respostas não deverão fazer parte desta investigação, pode retirar o seu consentimento para a participação em qualquer altura..

Para o preenchimento deste questionário e da EDIS é necessário que se enquadre nos seguintes critérios gerais:

- Idade igual ou superior a 18 anos;
- Ter surdez neurossensorial profunda ou severa há pelo menos 10 anos.

Agradecemos, desde já, a sua disponibilidade e colaboração.

Contacto da investigadora : Paula Lopes - 1601491@estudante.uab.pt

Questionário sociodemográfico

1. Nacionalidade *

- Nacionalidade portuguesa
- Nacionalidade cabo verdiana
- Nacionalidade moçambicana

2. Região / Concelho de residência *

3. Idade *

4. Sexo *

- Feminino
- Masculino

5. Estado Civil *

- Solteiro
- Casado / união de facto
- Divorciado / separado
- Viúvo

6. Habilitações literárias *

- Nunca foi à escola
- Saber ler e escrever
- 4º ano / 4ª classe (1º ciclo do ensino básico)
- 6º ano (2º ciclo do ensino básico)
- 9º ano (3º ciclo do ensino básico)
- 12º ano (ensino secundário)
- 12º ano (curso profissional)
- Licenciatura
- Mestrado
- Doutoramento

7. Grau de surdez *

- Surdez severa
- Surdez profunda

8. Com que idade perdeu audição *

9. Qual a causa da surdez? *

- Surdez hereditária (a origem é nos seus pais)
- Surdez congénita (ficou surdo durante a gravidez materna)
- Surdez adquirida (ficou surdo devido a complicações durante o parto, devido a doença ou a acidente)

10. Qual a forma de comunicação que mais utiliza? *

- Não sei
- LGP (língua gestual portuguesa)
- Leitura labial
- Escrita
- Várias

11. Os seus pais são: *

- Ouvintes
- Ambos surdos
- Um deles é surdo

12. Tem mais algum membro da família que seja surdo? *

- Avô ou avó
- Filho (a)
- Irmão / irmã
- Tio (a)
- Primo (a)
- Sobrinho (a)
- Cunhado (a)
- Sogro (a)
- Nora ou genro
- Outro

13. Com que idade aprendeu LGP? *

14. Onde aprendeu LGP? *

- Em casa
- Em escola para surdos
- Em escola integrada do ensino especial
- Na associação de surdos
- Com amigos surdos

15. Com que idade contactou com pessoas surdas pela primeira vez? *

16. Frequentou uma escola para surdos? *

- Não
- Sim, numa turma só com surdos
- Sim, numa turma com surdos e ouvintes
- Sim, em turmas só com surdos e em turmas com surdos e ouvintes

17. Com que frequência convive com surdos? *

- Todos os dias
- Aos fins de semana
- Poucas vezes
- Raramente / nunca

18. Em que local costuma encontrar outros surdos? *

- Escola
- Associação de surdos
- Eventos
- Desporto
- Passeios
- Centro de dia
- Outros locais

EDIS - Escala de Desenvolvimento de Identidade Surda (Glickman - 1993; Garrinhas - 2015)

Opções de resposta:

1 - Discordo totalmente; 2 - Discordo; 3 - Não sei; 4 - Concordo; 5 -
Concordo totalmente.

EXEMPLO:

A maioria dos surdos é feliz.

Se você concorda totalmente com esta frase assinale o 5.

Se concorda, assinale o 4.

Se você não sabe, assinale o 3.

Se você discorda, assinale o 2.

19. Eu gosto igualmente da cultura surda e da ouvinte. *

- 1 - Discordo totalmente
- 2 - Discordo
- 3 - Não sei
- 4 - Concordo
- 5 - Concordo totalmente

20. Não sei como me sinto em relação a surdos. *

- 1 - Discordo totalmente
- 2 - Discordo
- 3 - Não sei
- 4 - Concordo
- 5 - Concordo totalmente

21. Os surdos só devem usar LGP. *

- 1 - Discordo totalmente
- 2 - Discordo
- 3 - Não sei
- 4 - Concordo
- 5 - Concordo totalmente

22. A surdez é uma deficiência terrível. *

- 1 - Discordo totalmente
- 2 - Discordo
- 3 - Não sei
- 4 - Concordo
- 5 - Concordo totalmente

23. Apoio a cultura surda sem insultar os ouvintes. *

- 1 - Discordo totalmente
- 2 - Discordo
- 3 - Não sei
- 4 - Concordo
- 5 - Concordo totalmente

24. Os surdos não precisam de aparelhos auditivos. *

- 1 - Discordo totalmente
- 2 - Discordo
- 3 - Não sei
- 4 - Concordo
- 5 - Concordo totalmente

25. Sinto pena dos surdos que dependem da língua gestual. *

- 1 - Discordo totalmente
- 2 - Discordo
- 3 - Não sei
- 4 - Concordo
- 5 - Concordo totalmente

26. Para mim é difícil fazer amigos. *

- 1 - Discordo totalmente
- 2 - Discordo
- 3 - Não sei
- 4 - Concordo
- 5 - Concordo totalmente

27. A Língua Gestual Portuguesa e Português são línguas diferentes de valor igual. *

- 1 - Discordo totalmente
- 2 - Discordo
- 3 - Não sei
- 4 - Concordo
- 5 - Concordo totalmente

28. Não há lugar para ouvintes no mundo dos surdos. *

- 1 - Discordo totalmente
- 2 - Discordo
- 3 - Não sei
- 4 - Concordo
- 5 - Concordo totalmente

29. Eu refiro-me a mim mesmo como "surdo". *

- 1 - Discordo totalmente
- 2 - Discordo
- 3 - Não sei
- 4 - Concordo
- 5 - Concordo totalmente

30. Eu não gosto quando os surdos usam a língua gestual. *

- 1 - Discordo totalmente
- 2 - Discordo
- 3 - Não sei
- 4 - Concordo
- 5 - Concordo totalmente

31. Não sei se eu devo respeitar ou ressentir-se com os surdos. *

- 1 - Discordo totalmente
- 2 - Discordo
- 3 - Não sei
- 4 - Concordo
- 5 - Concordo totalmente

32. Eu quero ajudar os ouvintes a perceber e respeitar a cultura surda. *

- 1 - Discordo totalmente
- 2 - Discordo
- 3 - Não sei
- 4 - Concordo
- 5 - Concordo totalmente

33. Eu não sei de devo referir-me a mim mesmo como “deficiente auditivo” ou “surdo”. *

- 1 - Discordo totalmente
- 2 - Discordo
- 3 - Não sei
- 4 - Concordo
- 5 - Concordo totalmente

34. Somente os surdos devem ensinar as crianças surdas. *

- 1 - Discordo totalmente
- 2 - Discordo
- 3 - Não sei
- 4 - Concordo
- 5 - Concordo totalmente

35. É possível um surdo preferir falar enquanto gestua e sentir-se orgulhoso por ser surdo. *

- 1 - Discordo totalmente
- 2 - Discordo
- 3 - Não sei
- 4 - Concordo
- 5 - Concordo totalmente

36. Os surdos não devem casar com outros surdos. *

- 1 - Discordo totalmente
- 2 - Discordo
- 3 - Não sei
- 4 - Concordo
- 5 - Concordo totalmente

37. Os ouvintes não ajudam os surdos. *

- 1 - Discordo totalmente
- 2 - Discordo
- 3 - Não sei
- 4 - Concordo
- 5 - Concordo totalmente

38. Quando vejo surdos a usar língua gestual, afasto-me. *

- 1 - Discordo totalmente
- 2 - Discordo
- 3 - Não sei
- 4 - Concordo
- 5 - Concordo totalmente

39. Eu consigo mudar da LGP para o Português Gestual e vice-versa. *

- 1 - Discordo totalmente
- 2 - Discordo
- 3 - Não sei
- 4 - Concordo
- 5 - Concordo totalmente

40. Nem os surdos nem os ouvintes me aceitam. *

- 1 - Discordo totalmente
- 2 - Discordo
- 3 - Não sei
- 4 - Concordo
- 5 - Concordo totalmente

41. Os surdos estão satisfeitos com o que o mundo dos surdos tem para oferecer. *

- 1 - Discordo totalmente
- 2 - Discordo
- 3 - Não sei
- 4 - Concordo
- 5 - Concordo totalmente

42. Estou sempre sozinho. *

- 1 - Discordo totalmente
- 2 - Discordo
- 3 - Não sei
- 4 - Concordo
- 5 - Concordo totalmente

43. Não percebo porque é que os surdos têm a sua própria cultura. *

- 1 - Discordo totalmente
- 2 - Discordo
- 3 - Não sei
- 4 - Concordo
- 5 - Concordo totalmente

44. Eu tenho amigos surdos e amigos ouvintes. *

- 1 - Discordo totalmente
- 2 - Discordo
- 3 - Não sei
- 4 - Concordo
- 5 - Concordo totalmente

45. Os ouvintes não percebem nem apoiam a maneira de ser dos surdos.

*

- 1 - Discordo totalmente
- 2 - Discordo
- 3 - Não sei
- 4 - Concordo
- 5 - Concordo totalmente

46. Quando estou com os ouvintes eu lembro-me do meu orgulho de ser um surdo. *

- 1 - Discordo totalmente
- 2 - Discordo
- 3 - Não sei
- 4 - Concordo
- 5 - Concordo totalmente

47. A base da educação dos surdos deve focar-se em ensinar as crianças surdas a falar e a ler lábios. *

- 1 - Discordo totalmente
- 2 - Discordo
- 3 - Não sei
- 4 - Concordo
- 5 - Concordo totalmente

48. Eu sinto-me zangado com os ouvintes. *

- 1 - Discordo totalmente
- 2 - Discordo
- 3 - Não sei
- 4 - Concordo
- 5 - Concordo totalmente

49. Os surdos não precisam de intérpretes de língua gestual. *

- 1 - Discordo totalmente
- 2 - Discordo
- 3 - Não sei
- 4 - Concordo
- 5 - Concordo totalmente

50. A melhor maneira de comunicar é falar e gestuar ao mesmo tempo. *

- 1 - Discordo totalmente
- 2 - Discordo
- 3 - Não sei
- 4 - Concordo
- 5 - Concordo totalmente

51. Em geral, os ouvintes são mais inteligentes do que os surdos. *

- 1 - Discordo totalmente
- 2 - Discordo
- 3 - Não sei
- 4 - Concordo
- 5 - Concordo totalmente

52. Não sou fluente nem no Português nem na LGP. *

- 1 - Discordo totalmente
- 2 - Discordo
- 3 - Não sei
- 4 - Concordo
- 5 - Concordo totalmente

53. É possível que um surdo prefira gestuar mais pela ordem do Português e ainda assim ter orgulho em ser surdo. *

- 1 - Discordo totalmente
- 2 - Discordo
- 3 - Não sei
- 4 - Concordo
- 5 - Concordo totalmente

54. Não sei se pense na minha surdez como uma coisa boa ou como uma coisa má. *

- 1 - Discordo totalmente
- 2 - Discordo
- 3 - Não sei
- 4 - Concordo
- 5 - Concordo totalmente

55. Sinto-me bem com um filho surdo ou ouvinte. *

- 1 - Discordo totalmente
- 2 - Discordo
- 3 - Não sei
- 4 - Concordo
- 5 - Concordo totalmente

56. É melhor para os surdos comunicarem oralmente e com leitura labial. *

- 1 - Discordo totalmente
- 2 - Discordo
- 3 - Não sei
- 4 - Concordo
- 5 - Concordo totalmente

57. Os ouvintes comunicam melhor do que os surdos. *

- 1 - Discordo totalmente
- 2 - Discordo
- 3 - Não sei
- 4 - Concordo
- 5 - Concordo totalmente

58. Ensinar crianças surdas a falar é uma perda de tempo. *

- 1 - Discordo totalmente
- 2 - Discordo
- 3 - Não sei
- 4 - Concordo
- 5 - Concordo totalmente

59. Não sei se eu devo respeitar ou ressentir-se os ouvintes. *

- 1 - Discordo totalmente
- 2 - Discordo
- 3 - Não sei
- 4 - Concordo
- 5 - Concordo totalmente

60. Eu só socializo com ouvintes. *

- 1 - Discordo totalmente
- 2 - Discordo
- 3 - Não sei
- 4 - Concordo
- 5 - Concordo totalmente

61. É errado falar enquanto se gestua. *

- 1 - Discordo totalmente
- 2 - Discordo
- 3 - Não sei
- 4 - Concordo
- 5 - Concordo totalmente

62. Tenho pensado muito sobre o que significa ser um surdo forte e orgulhoso. *

- 1 - Discordo totalmente
- 2 - Discordo
- 3 - Não sei
- 4 - Concordo
- 5 - Concordo totalmente

63. Às vezes gosto de outros surdos mas outras vezes envergonham-me.

*

- 1 - Discordo totalmente
- 2 - Discordo
- 3 - Não sei
- 4 - Concordo
- 5 - Concordo totalmente

64. Gostaria de fazer uma operação que me desse audição total. *

- 1 - Discordo totalmente
- 2 - Discordo
- 3 - Não sei
- 4 - Concordo
- 5 - Concordo totalmente

65. Alguns ouvintes apoiam verdadeiramente a cultura surda e os seus costumes. *

- 1 - Discordo totalmente
- 2 - Discordo
- 3 - Não sei
- 4 - Concordo
- 5 - Concordo totalmente

66. Psicólogos, professores e médicos ouvintes especialistas em tratar Surdos podem dar-me os melhores conselhos. *

- 1 - Discordo totalmente
- 2 - Discordo
- 3 - Não sei
- 4 - Concordo
- 5 - Concordo totalmente

67. Eu sinto-me à vontade com surdos e com os ouvintes. *

- 1 - Discordo totalmente
- 2 - Discordo
- 3 - Não sei
- 4 - Concordo
- 5 - Concordo totalmente

68. Apenas surdos deviam gerir escolas para surdos. *

- 1 - Discordo totalmente
- 2 - Discordo
- 3 - Não sei
- 4 - Concordo
- 5 - Concordo totalmente

69. Sinto-me bem em ser surdo, mas também me relaciono com ouvintes.

*

- 1 - Discordo totalmente
- 2 - Discordo
- 3 - Não sei
- 4 - Concordo
- 5 - Concordo totalmente

70. Não consigo de confiar nos ouvintes. *

- 1 - Discordo totalmente
- 2 - Discordo
- 3 - Não sei
- 4 - Concordo
- 5 - Concordo totalmente

71. A língua gestual deve ser baseada no Português. *

- 1 - Discordo totalmente
- 2 - Discordo
- 3 - Não sei
- 4 - Concordo
- 5 - Concordo totalmente

72. Eu chamo-me a mim próprio de "deficiente auditivo". *

- 1 - Discordo totalmente
- 2 - Discordo
- 3 - Não sei
- 4 - Concordo
- 5 - Concordo totalmente

73. Aprender a ler os lábios é uma perda de tempo. *

- 1 - Discordo totalmente
- 2 - Discordo
- 3 - Não sei
- 4 - Concordo
- 5 - Concordo totalmente

74. Estou confuso sobre a comunicação. *

- 1 - Discordo totalmente
- 2 - Discordo
- 3 - Não sei
- 4 - Concordo
- 5 - Concordo totalmente

75. Os surdos só devem socializar com outros surdos. *

- 1 - Discordo totalmente
- 2 - Discordo
- 3 - Não sei
- 4 - Concordo
- 5 - Concordo totalmente

76. Eu não me sinto integrado nem com os ouvintes nem com os surdos.

*

- 1 - Discordo totalmente
- 2 - Discordo
- 3 - Não sei
- 4 - Concordo
- 5 - Concordo totalmente

77. É importante encontrar a cura para a surdez. *

- 1 - Discordo totalmente
- 2 - Discordo
- 3 - Não sei
- 4 - Concordo
- 5 - Concordo totalmente

78. Os meus amigos ouvintes lutam pelos direitos dos surdos. *

- 1 - Discordo totalmente
- 2 - Discordo
- 3 - Não sei
- 4 - Concordo
- 5 - Concordo totalmente

Este conteúdo não foi criado nem é aprovado pela Microsoft. Os dados que submeter serão enviados para o proprietário do formulário.

 Microsoft Forms

Apêndice III

**Email com a autorização para a utilização da Escala de
Desenvolvimento da Identidade Surda (EDIS)**

Re: Contacto para permissão utilização EDIS (versão portuguesa)

Helena Garrinhas <garrinhas.psicologa@gmail.com>

sáb, 05/12/2020 20:39

Para:

- Paula Maria Costa Lopes <paula.lopes@ess.ipp.pt>

Olá Dra. Paula Lopes,

Agradeço o seu contacto.

Relembro-me o pedido da aluna Rute Marques para aplicar a EDIS.

Antes mais, tal como informei à aluna, que pode utilizar a EDIS em formato de papel, infelizmente os vídeos não são permitidos para divulgar, foi consentido para aplicar na dissertação do mestrado.

Tem a minha autorização para a utilização da EDIS para o seu doutoramento.

Estou a dispor para qualquer dúvida relativamente à EDIS.

Com os meus melhores cumprimentos,
Helena Garrinhas

Apêndice IV

Correspondência entre a numeração das questões da EDIS

(Garrinhas, H.,2015)

e a numeração utilizada no presente trabalho

Correspondência entre a numeração das questões da EDIS (Garrinhas, H., 2015) e a numeração utilizada no presente trabalho

Nº questão EDIS (versão de Helena Garrinhas)	Nº de questão da EDIS, correspondente no inquérito utilizado constituído pelo questionário sociodemográfico e pela EDIS (<i>Forms (Office 365)</i>)
Questão 1	Questão 20
Questão 2	Questão 21
Questão 3	Questão 22
Questão 4	Questão 23
Questão 5	Questão 25
Questão 6	Questão 26
Questão 7	Questão 28
Questão 8	Questão 29
Questão 9	Questão 30
Questão 10	Questão 31
Questão 11	Questão 34
Questão 12	Questão 35
Questão 13	Questão 37
Questão 14	Questão 38
Questão 15	Questão 41
Questão 16	Questão 42
Questão 17	Questão 43
Questão 18	Questão 47
Questão 19	Questão 48
Questão 20	Questão 50
Questão 21	Questão 51
Questão 22	Questão 55
Questão 23	Questão 56
Questão 24	Questão 57

Questão 25	Questão 59
Questão 26	Questão 60
Questão 27	Questão 62
Questão 28	Questão 63
Questão 29	Questão 64
Questão 30	Questão 65
Questão 31	Questão 66
Questão 32	Questão 67
Questão 33	Questão 68
Questão 34	Questão 70
Questão 35	Questão 71
Questão 36	Questão 72
Questão 37	Questão 73
Questão 38	Questão 74
Questão 39	Questão 75
Questão 40	Questão 76

Conforme referido, atendendo a que o inquérito se divide em duas partes - e como nesta tese a EDIS se segue ao questionário sociodemográfico que termina na questão nº 18 - a pergunta que corresponde à primeira questão da EDIS é a número 20; uma vez que a questão anterior não foi selecionada pela autora da versão em português para a identificação das orientações surdas.

Apêndice V

Base de dados SPSS

Data View.sav

	Name	Type	Width	Decimals	Label	Values
1	Núm.Quest	Numeric	8	0	Número Quest...	None
2	Nacionalidade	Numeric	8	0	1. Nacionalidade	{1, portugue...
3	RegConcRes	Numeric	40	0	2. Região/Conc...	{1, Litoral_C...
4	Idade	Numeric	8	0	3. Idade (anos)	{99999, omi...
5	Sexo	Numeric	8	0	4. Sexo	{1, Feminino...
6	EstadoCivil	Numeric	8	0	5. Estado Civil	{1, Solteiro}...
7	HabilLiterarias	Numeric	8	0	6. Habilitações l...	{1, Nunca foi...
8	GrauSurdez	Numeric	8	0	7. Grau de surdez	{1, Surdez s...
9	IdadePerdAud	Numeric	8	0	8. Idade perda a...	{99999, omi...
10	CausaSurdez	Numeric	8	0	9. Causa da sur...	{1, Surdez h...
11	FormComunic	Numeric	8	0	10. Forma de c...	{1, Não sei}...
12	PaisOuvSurd	Numeric	8	0	11. Pais são ou...	{1, Ouvintes}...
13	MembFamS...	Numeric	8	0	12. Membro da ...	{1, Avô ou a...
14	IdadeAprLGP	Numeric	8	0	13. Idade apren...	{99999, omi...
15	LocalAprLGP	Numeric	8	0	14. Local apren...	{1, Em casa...
16	IdadeConttS...	Numeric	8	0	15. Idade contat...	{99999, omi...
17	FreqEscSur...	Numeric	8	0	16. Frequência ...	{1, Não}...
18	FreqConvVS...	Numeric	8	0	17. Frequência ...	{1, Todos os...
19	LocalEncon...	Numeric	8	0	18. Local de en...	{1, Escola}...
20	EDIS1	Numeric	8	0	19. Eu gosto = ...	{1, Discordo...
21	EDIS2	Numeric	8	0	20. Não sei co...	{1, Discordo...
22	EDIS3	Numeric	8	0	21. Os surdos s...	{1, Discordo...
23	EDIS4	Numeric	8	0	22. A surdez é ...	{1, Discordo...
24	EDIS5	Numeric	8	0	23. Apoio a cult...	{1, Discordo...
25	EDIS6	Numeric	8	0	24. Os surdos n...	{1, Discordo...
26	EDIS7	Numeric	8	0	25. Sinto pena ...	{1, Discordo...
27	EDIS8	Numeric	8	0	26. Para mim é ...	{1, Discordo...
28	EDIS9	Numeric	8	0	27. A Língua G...	{1, Discordo...
29	EDIS10	Numeric	8	0	28. Não há luga...	{1, Discordo...
30	EDIS11	Numeric	8	0	29. Eu refiro-me...	{1, Discordo...
31	EDIS12	Numeric	8	0	30. Eu não gost...	{1, Discordo...
32	EDIS13	Numeric	8	0	31. Não sei se ...	{1, Discordo...
33	EDIS14	Numeric	8	0	32. Eu quero aj...	{1, Discordo...
34	EDIS15	Numeric	8	0	33. Eu não sei ...	{1, Discordo...
35	EDIS16	Numeric	8	0	34. Somente os...	{1, Discordo...
36	EDIS17	Numeric	8	0	35. É possível u...	{1, Discordo...
37	EDIS18	Numeric	8	0	36. Os surdos n...	{1, Discordo...
38	EDIS19	Numeric	8	0	37. Os ouvintes...	{1, Discordo...
39	EDIS20	Numeric	8	0	38. Quando vejo...	{1, Discordo...

Data View.sav

	Missing	Columns	Align	Measure	Role
1	99999	8	Right	Scale	Input
2	99999	8	Right	Nominal	Input
3	None	26	Right	Nominal	Input
4	99999	8	Right	Scale	Input
5	99999	8	Right	Nominal	Input
6	99999	8	Right	Nominal	Input
7	99999	8	Right	Nominal	Input
8	99999	14	Right	Nominal	Input
9	99999	8	Right	Scale	Input
10	99999	8	Right	Nominal	Input
11	99999	8	Right	Nominal	Input
12	99999	8	Right	Nominal	Input
13	99999	8	Right	Nominal	Input
14	99999	8	Right	Scale	Input
15	99999	14	Right	Nominal	Input
16	99999	8	Right	Scale	Input
17	99999	46	Right	Nominal	Input
18	99999	8	Right	Nominal	Input
19	99999	8	Right	Nominal	Input
20	99999	8	Right	Ordinal	Input
21	99999	8	Right	Ordinal	Input
22	99999	8	Right	Ordinal	Input
23	99999	8	Right	Ordinal	Input
24	99999	8	Right	Ordinal	Input
25	99999	8	Right	Ordinal	Input
26	99999	8	Right	Ordinal	Input
27	99999	8	Right	Ordinal	Input
28	99999	8	Right	Ordinal	Input
29	99999	8	Right	Ordinal	Input
30	99999	8	Right	Ordinal	Input
31	99999	8	Right	Ordinal	Input
32	99999	8	Right	Ordinal	Input
33	99999	8	Right	Ordinal	Input
34	99999	8	Right	Ordinal	Input
35	99999	8	Right	Ordinal	Input
36	99999	8	Right	Ordinal	Input
37	99999	8	Right	Ordinal	Input
38	99999	8	Right	Ordinal	Input
39	99999	8	Right	Ordinal	Input

Data View.sav

	Name	Type	Width	Decimals	Label	Values
40	EDIS21	Numeric	8	0	39. Eu consigo ...	{1, Discordo...
41	EDIS22	Numeric	8	0	40. Nem os sur...	{1, Discordo...
42	EDIS23	Numeric	8	0	41. Os surdos e...	{1, Discordo...
43	EDIS24	Numeric	8	0	42. Estou semp...	{1, Discordo...
44	EDIS25	Numeric	8	0	43. Não perceb...	{1, Discordo...
45	EDIS26	Numeric	8	0	44. Eu tenho a...	{1, Discordo...
46	EDIS27	Numeric	8	0	45. Os ouvintes...	{1, Discordo...
47	EDIS28	Numeric	8	0	46. Quando est...	{1, Discordo...
48	EDIS29	Numeric	8	0	47. A base da e...	{1, Discordo...
49	EDIS30	Numeric	8	0	48. Eu sinto-me...	{1, Discordo...
50	EDIS31	Numeric	8	0	49. Os surdos n...	{1, Discordo...
51	EDIS32	Numeric	8	0	50. A melhor m...	{1, Discordo...
52	EDIS33	Numeric	8	0	51. Em geral, o...	{1, Discordo...
53	EDIS34	Numeric	8	0	52. Não sou flu...	{1, Discordo...
54	EDIS35	Numeric	8	0	53. É possível q...	{1, Discordo...
55	EDIS36	Numeric	8	0	54. Não sei se ...	{1, Discordo...
56	EDIS37	Numeric	8	0	55. Sinto-me be...	{1, Discordo...
57	EDIS38	Numeric	8	0	56. É melhor pa...	{1, Discordo...
58	EDIS39	Numeric	8	0	57. Os ouvintes...	{1, Discordo...
59	EDIS40	Numeric	8	0	58. Ensinar cria...	{1, Discordo...
60	EDIS41	Numeric	8	0	59. Não sei se ...	{1, Discordo...
61	EDIS42	Numeric	8	0	60. Eu só socia...	{1, Discordo...
62	EDIS43	Numeric	8	0	61. É errado fal...	{1, Discordo...
63	EDIS44	Numeric	8	0	62. Tenho pens...	{1, Discordo...
64	EDIS45	Numeric	8	0	63. Às vezes go...	{1, Discordo...
65	EDIS46	Numeric	8	0	64. Gostaria de ...	{1, Discordo...
66	EDIS47	Numeric	8	0	65. Alguns ouvi...	{1, Discordo...
67	EDIS48	Numeric	8	0	66. Psicólogos,...	{1, Discordo...
68	EDIS49	Numeric	8	0	67. Eu sinto-me...	{1, Discordo...
69	EDIS50	Numeric	8	0	68. Apenas sur...	{1, Discordo...
70	EDIS51	Numeric	8	0	69. Sinto-me be...	{1, Discordo...
71	EDIS52	Numeric	8	0	70. Não consig...	{1, Discordo...
72	EDIS53	Numeric	8	0	71. A língua ge...	{1, Discordo...
73	EDIS54	Numeric	8	0	72. Eu chamo-...	{1, Discordo...
74	EDIS55	Numeric	8	0	73. Aprender a l...	{1, Discordo...
75	EDIS56	Numeric	8	0	74. Estou confu...	{1, Discordo...
76	EDIS57	Numeric	8	0	75. Os surdos s...	{1, Discordo...
77	EDIS58	Numeric	8	0	76. Eu não me ...	{1, Discordo...
78	EDIS59	Numeric	8	0	77. É important...	{1, Discordo...

Data View.sav

	Missing	Columns	Align	Measure	Role
40	99999	8	Right	Ordinal	Input
41	99999	8	Right	Ordinal	Input
42	99999	8	Right	Ordinal	Input
43	99999	8	Right	Ordinal	Input
44	99999	8	Right	Ordinal	Input
45	99999	8	Right	Ordinal	Input
46	99999	8	Right	Ordinal	Input
47	99999	8	Right	Ordinal	Input
48	99999	8	Right	Ordinal	Input
49	99999	8	Right	Ordinal	Input
50	99999	8	Right	Ordinal	Input
51	99999	8	Right	Ordinal	Input
52	99999	8	Right	Ordinal	Input
53	99999	8	Right	Ordinal	Input
54	99999	8	Right	Ordinal	Input
55	99999	8	Right	Ordinal	Input
56	99999	8	Right	Ordinal	Input
57	99999	8	Right	Ordinal	Input
58	99999	8	Right	Ordinal	Input
59	99999	8	Right	Ordinal	Input
60	99999	8	Right	Ordinal	Input
61	99999	8	Right	Ordinal	Input
62	99999	8	Right	Ordinal	Input
63	99999	8	Right	Ordinal	Input
64	99999	8	Right	Ordinal	Input
65	99999	8	Right	Ordinal	Input
66	99999	8	Right	Ordinal	Input
67	99999	8	Right	Ordinal	Input
68	99999	8	Right	Ordinal	Input
69	99999	8	Right	Ordinal	Input
70	99999	8	Right	Ordinal	Input
71	99999	8	Right	Ordinal	Input
72	99999	8	Right	Ordinal	Input
73	99999	8	Right	Ordinal	Input
74	99999	8	Right	Ordinal	Input
75	99999	8	Right	Ordinal	Input
76	99999	8	Right	Ordinal	Input
77	99999	8	Right	Ordinal	Input
78	99999	8	Right	Ordinal	Input

Data View.sav

	Name	Type	Width	Decimals	Label	Values
79	EDIS60	Numeric	8	0	78. Os meus a...	{1, Discordo...
80	RECEDIS4	Numeric	8	0	REC EDIS 4	{1, Discordo...
81	RECEDIS5	Numeric	8	0	REC EDIS 5	{1, Discordo...
82	RECEDIS32	Numeric	8	0	REC EDIS 32	{1, Discordo...
83	RECEDIS18	Numeric	8	0	REC EDIS 18	{1, Discordo...
84	RECEDIS20	Numeric	8	0	REC EDIS 20	{1, Discordo...
85	RECEDIS22	Numeric	8	0	REC EDIS 22	{1, Discordo...
86	RECEDIS23	Numeric	8	0	REC EDIS 23	{1, Discordo...
87	recFormCom	Numeric	8	0	10. Forma de c...	{2, LGP}...
88	SSNA	Numeric	8	2	Score Surdo nã...	{99999,00, o...
89	SSA	Numeric	8	2	Score Surdo a...	{99999,00, o...
90	SSO	Numeric	8	2	Score Surdo or...	{99999,00, o...
91	SSICS	Numeric	8	2	Score Surdo im...	{99999,00, o...
92	OrientSurdo	Numeric	8	0	Orientação Surdo	{1, Surdo nã...
93	rsna	Numeric	8	2	Score Surdo nã...	None
94	rsa	Numeric	8	2	Score Surdo a...	None
95	rso	Numeric	8	2	Score Surdo or...	None
96	rsics	Numeric	8	2	Score Surdo im...	None
97	OrientSurdo...	Numeric	8	2		{1,00, Surdo...
98	EstadoCivil_...	Numeric	8	2		{1,00, Não vi...
99	PaisOuvSur...	Numeric	8	2		{1,00, Pais ...
100	Região_mod...	Numeric	8	2		{1,00, Litoral...
101	Idade_modifi...	Numeric	8	2		{1,00, 18-35}...
102	Hab_modific...	Numeric	8	2		{1,00, Ensin...
103	Idade_LGP_...	Numeric	8	2		{1,00, 0-7}...
104	FREQ_Esc_...	Numeric	8	2		{1,00, Não}...
105	Idade_perd_...	Numeric	8	2		{1,00, 0-7}...
106	reclocaprLgp	Numeric	8	2	rec local apred l...	{1,00, casa}...
107	reclidadeCon...	Numeric	8	2	Rec Id Contt Surd	{1,00, 0-7}...
108	recfreqconvvs	Numeric	8	2	recfreqcovvs	{1,00, todos ...
109	recLocEncS	Numeric	8	2	rec local Enc S	{1,00, Escol...
110	Reldade	Numeric	8	2	Reldade	{1,00, 18-39}...

Data View.sav

	Missing	Columns	Align	Measure	Role
79	99999	8	Right	Ordinal	Input
80	99999	10	Right	Nominal	Input
81	99999	10	Right	Nominal	Input
82	99999	11	Right	Nominal	Input
83	99999	11	Right	Nominal	Input
84	99999	11	Right	Nominal	Input
85	99999	11	Right	Nominal	Input
86	99999	11	Right	Nominal	Input
87	None	8	Right	Nominal	Input
88	99999,00	8	Right	Scale	Input
89	99999,00	8	Right	Scale	Input
90	99999,00	8	Right	Scale	Input
91	99999,00	8	Right	Scale	Input
92	99999	8	Right	Nominal	Input
93	None	10	Right	Scale	Input
94	None	10	Right	Scale	Input
95	None	10	Right	Scale	Input
96	None	10	Right	Scale	Input
97	None	24	Right	Nominal	Input
98	None	26	Right	Nominal	Input
99	None	24	Right	Nominal	Input
100	None	20	Right	Nominal	Input
101	None	18	Right	Ordinal	Input
102	None	16	Right	Ordinal	Input
103	None	22	Right	Nominal	Input
104	None	14	Right	Nominal	Input
105	None	16	Right	Nominal	Input
106	None	14	Right	Nominal	Input
107	None	17	Right	Nominal	Input
108	None	15	Right	Nominal	Input
109	None	12	Right	Nominal	Input
110	None	10	Right	Nominal	Input

Apêndice VI

Resultados do questionário sociodemográfico e da EDIS

Questionário Sociodemográfico e EDIS - Escala de Desenvolvimento de Identidade Surda

51

Respostas

17:33

Tempo médio de conclusão

Fechado

Estado

1. Nacionalidade (0 ponto)

● Nacionalidade portuguesa	46
● Nacionalidade cabo verdiana	5
● Nacionalidade moçambicana	0



2. Região / Concelho de residência (0 ponto)

51
Respostas

Respostas Mais Recentes

"Aveiro"

"Ovar"

"Praia"

5 inquiridos (10%) responderam **Praia** a esta pergunta.



3. Idade (0 ponto)

51
Respostas

Respostas Mais Recentes

"25"

"21"

"20"

4. Sexo (0 ponto)



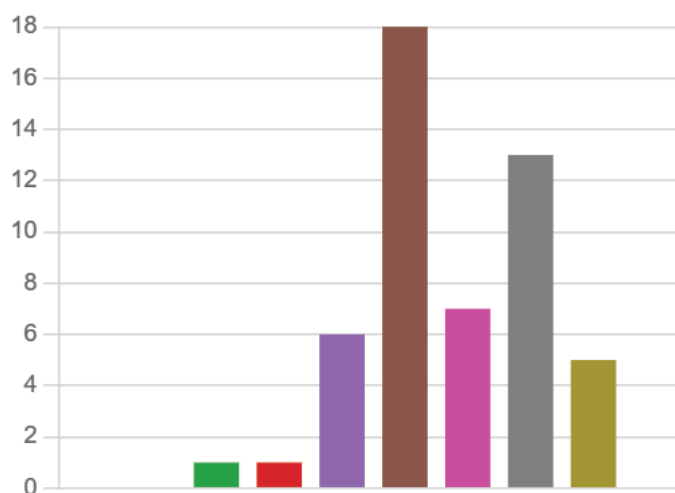
5. Estado Civil (0 ponto)

● Solteiro	34
● Casado / união de facto	15
● Divorciado / separado	2
● Viúvo	0



6. Habilitações literárias (0 ponto)

● Nunca foi à escola	0
● Saber ler e escrever	0
● 4º ano / 4ª classe (1º ciclo do en...	1
● 6º ano (2º ciclo do ensino básico)	1
● 9º ano (3º ciclo do ensino básico)	6
● 12º ano (ensino secundário)	18
● 12º ano (curso profissional)	7
● Licenciatura	13
● Mestrado	5
● Doutoramento	0



7. Grau de surdez (0 ponto)

● Surdez severa	14
● Surdez profunda	37



8. Com que idade perdeu audição (0 ponto)

51
Respostas

Respostas Mais Recentes

"3 anos"

"Nascença "

"2"

15 inquiridos (29%) responderam **Nascença** a esta pergunta.



9. Qual a causa da surdez? (0 ponto)

- Surdez hereditária (a origem é n... 11
- Surdez congénita (ficou surdo d... 21
- Surdez adquirida (ficou surdo d... 19






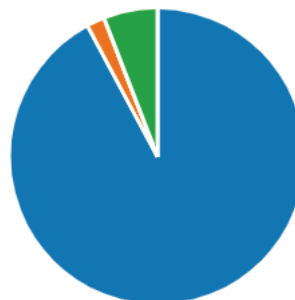
10. Qual a forma de comunicação que mais utiliza? (0 ponto)

- Não sei 0
- LGP (língua gestual portuguesa) 27
- Leitura labial 9
- Escrita 0
- Várias 15





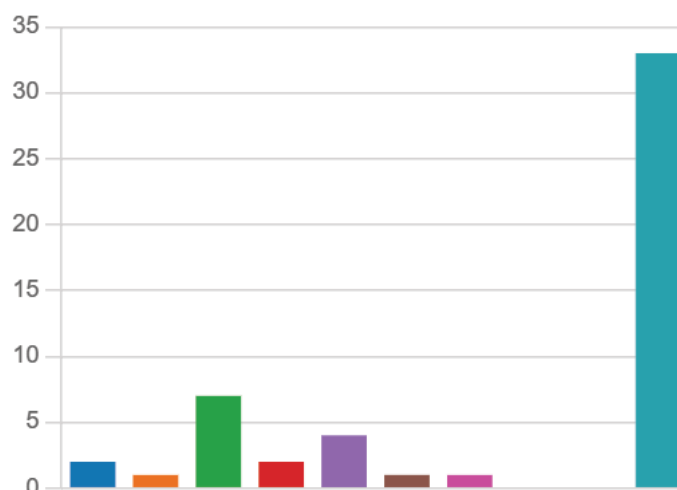
11. Os seus pais são: (0 ponto)

	Ouvintes	47
	Ambos surdos	1
	Um deles é surdo	3



12. Tem mais algum membro da família que seja surdo? (0 ponto)

	Avô ou avó	2
	Filho (a)	1
	Irmão / irmã	7
	Tio (a)	2
	Primo (a)	4
	Sobrinho (a)	1
	Cunhado (a)	1
	Sogra (a)	0
	Nora ou genro	0
	Outro	33



13. Com que idade aprendeu LGP? (0 ponto)

51
Respostas

Respostas Mais Recentes

"8/9 anos"

"3/4 anos"

"7"

4 inquiridos (8%) responderam **2 anos** a esta pergunta.

LGP

14 anos

escola

2 anos






24;8 anos

avo

9 anos

língua

14. Onde aprendeu LGP? (0 ponto)

	Em casa	2
	Em escola para surdos	23
	Em escola integrada do ensino ...	9
	Na associação de surdos	11
	Com amigos surdos	6



15. Com que idade contactou com pessoas surdas pela primeira vez? (0 ponto)

51
Respostas

Respostas Mais Recentes

"8/9 anos"

"4/5"

"7"

7 inquiridos (14%) responderam 8 a esta pergunta.

Escola prima
12 a
ling
conv
9 anos
Coimbra
8
associação
infância
surdos

16. Frequentou uma escola para surdos? (0 ponto)

- Não 7
- Sim, numa turma só com surdos 13
- Sim, numa turma com surdos e ... 12
- Sim, em turmas só com surdos ... 19



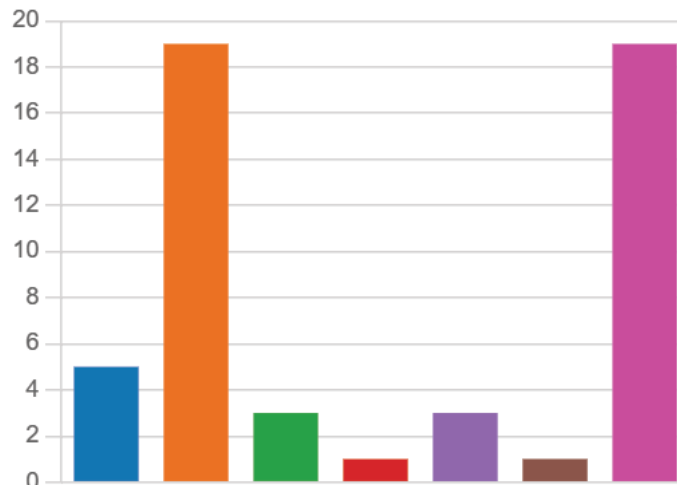
17. Com que frequência convive com surdos? (0 ponto)

- Todos os dias 16
- Aos fins de semana 12
- Poucas vezes 20
- Raramente / nunca 3



18. Em que local costuma encontrar outros surdos? (0 ponto)

● Escola	5
● Associação de surdos	19
● Eventos	3
● Desporto	1
● Passeios	3
● Centro de dia	1
● Outros locais	19



19. Eu gosto igualmente da cultura surda e da ouvinte. (0 ponto)

● 1 - Discordo totalmente	0
● 2 - Discordo	3
● 3 - Não sei	6
● 4 - Concordo	25
● 5 - Concordo totalmente	17



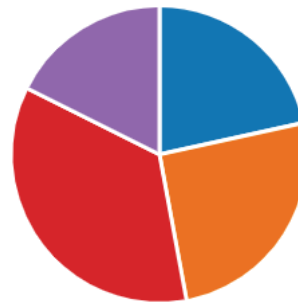
20. Não sei como me sinto em relação a surdos. (0 ponto)

● 1 - Discordo totalmente	10
● 2 - Discordo	10
● 3 - Não sei	19
● 4 - Concordo	10
● 5 - Concordo totalmente	2



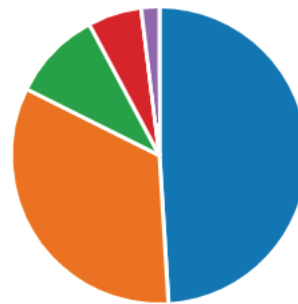
21. Os surdos só devem usar LGP. (0 ponto)

1 - Discordo totalmente	11
2 - Discordo	13
3 - Não sei	0
4 - Concordo	18
5 - Concordo totalmente	9



22. A surdez é uma deficiência terrível. (0 ponto)

1 - Discordo totalmente	25
2 - Discordo	17
3 - Não sei	5
4 - Concordo	3
5 - Concordo totalmente	1



23. Apoio a cultura surda sem insultar os ouvintes. (0 ponto)

1 - Discordo totalmente	5
2 - Discordo	6
3 - Não sei	15
4 - Concordo	15
5 - Concordo totalmente	10



24. Os surdos não precisam de aparelhos auditivos. (0 ponto)

1 - Discordo totalmente	8
2 - Discordo	11
3 - Não sei	21
4 - Concordo	8
5 - Concordo totalmente	3



25. Sinto pena dos surdos que dependem da língua gestual. (0 ponto)

1 - Discordo totalmente	19
2 - Discordo	13
3 - Não sei	9
4 - Concordo	9
5 - Concordo totalmente	1



26. Para mim é difícil fazer amigos. (0 ponto)

1 - Discordo totalmente	15
2 - Discordo	16
3 - Não sei	8
4 - Concordo	10
5 - Concordo totalmente	2



27. A Língua Gestual Portuguesa e Português são línguas diferentes de valor igual. (0 ponto)

1 - Discordo totalmente	2
2 - Discordo	7
3 - Não sei	9
4 - Concordo	19
5 - Concordo totalmente	14



28. Não há lugar para ouvintes no mundo dos surdos. (0 ponto)

1 - Discordo totalmente	15
2 - Discordo	10
3 - Não sei	18
4 - Concordo	7
5 - Concordo totalmente	1



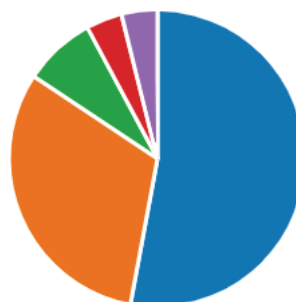
29. Eu refiro-me a mim mesmo como "surdo". (0 ponto)

1 - Discordo totalmente	1
2 - Discordo	5
3 - Não sei	9
4 - Concordo	16
5 - Concordo totalmente	20



30. Eu não gosto quando os surdos usam a língua gestual. (0 ponto)

1 - Discordo totalmente	27
2 - Discordo	16
3 - Não sei	4
4 - Concordo	2
5 - Concordo totalmente	2



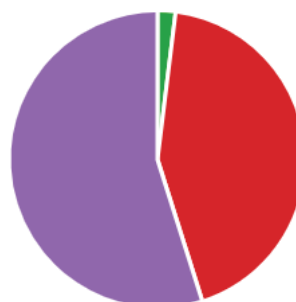
31. Não sei se eu devo respeitar ou ressentir-se com os surdos. (0 ponto)

1 - Discordo totalmente	13
2 - Discordo	10
3 - Não sei	12
4 - Concordo	11
5 - Concordo totalmente	5



32. Eu quero ajudar os ouvintes a perceber e respeitar a cultura surda. (0 ponto)

1 - Discordo totalmente	0
2 - Discordo	0
3 - Não sei	1
4 - Concordo	22
5 - Concordo totalmente	28



33. Eu não sei de devo referir-me a mim mesmo como "deficiente auditivo" ou "surdo". (0 ponto)

1 - Discordo totalmente	10
2 - Discordo	13
3 - Não sei	10
4 - Concordo	11
5 - Concordo totalmente	7



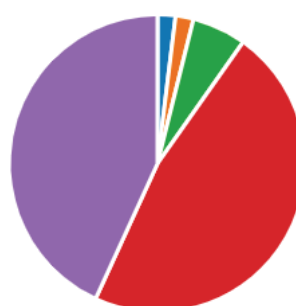
34. Somente os surdos devem ensinar as crianças surdas. (0 ponto)

1 - Discordo totalmente	4
2 - Discordo	0
3 - Não sei	4
4 - Concordo	22
5 - Concordo totalmente	21



35. É possível um surdo preferir falar enquanto gestua e sentir-se orgulhoso por ser surdo. (0 ponto)

1 - Discordo totalmente	1
2 - Discordo	1
3 - Não sei	3
4 - Concordo	24
5 - Concordo totalmente	22



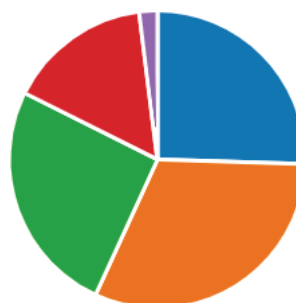
36. Os surdos não devem casar com outros surdos. (0 ponto)

1 - Discordo totalmente	29
2 - Discordo	9
3 - Não sei	8
4 - Concordo	3
5 - Concordo totalmente	2



37. Os ouvintes não ajudam os surdos. (0 ponto)

1 - Discordo totalmente	13
2 - Discordo	16
3 - Não sei	13
4 - Concordo	8
5 - Concordo totalmente	1



38. Quando vejo surdos a usar língua gestual, afasto-me. (0 ponto)

1 - Discordo totalmente	27
2 - Discordo	15
3 - Não sei	4
4 - Concordo	4
5 - Concordo totalmente	1



39. Eu consigo mudar da LGP para o Português Gestual e vice-versa. (0 ponto)

1 - Discordo totalmente	7
2 - Discordo	7
3 - Não sei	16
4 - Concordo	13
5 - Concordo totalmente	8



40. Nem os surdos nem os ouvintes me aceitam. (0 ponto)

1 - Discordo totalmente	18
2 - Discordo	13
3 - Não sei	14
4 - Concordo	5
5 - Concordo totalmente	1



41. Os surdos estão satisfeitos com o que o mundo dos surdos tem para oferecer.

(0 ponto)

1 - Discordo totalmente	5
2 - Discordo	6
3 - Não sei	21
4 - Concordo	16
5 - Concordo totalmente	3



42. Estou sempre sozinho. (0 ponto)

1 - Discordo totalmente	17
2 - Discordo	20
3 - Não sei	4
4 - Concordo	7
5 - Concordo totalmente	3



43. Não percebo porque é que os surdos têm a sua própria cultura. (0 ponto)

1 - Discordo totalmente	15
2 - Discordo	16
3 - Não sei	14
4 - Concordo	4
5 - Concordo totalmente	2



44. Eu tenho amigos surdos e amigos ouvintes. (0 ponto)

1 - Discordo totalmente	0
2 - Discordo	0
3 - Não sei	3
4 - Concordo	24
5 - Concordo totalmente	24



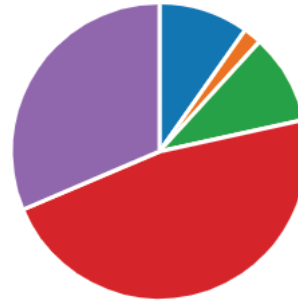
45. Os ouvintes não percebem nem apoiam a maneira de ser dos surdos. (0 ponto)

1 - Discordo totalmente	6
2 - Discordo	10
3 - Não sei	10
4 - Concordo	20
5 - Concordo totalmente	5



46. Quando estou com os ouvintes eu lembro-me do meu orgulho de ser um surdo. (0 ponto)

1 - Discordo totalmente	5
2 - Discordo	1
3 - Não sei	5
4 - Concordo	24
5 - Concordo totalmente	16



47. A base da educação dos surdos deve focar-se em ensinar as crianças surdas a falar e a ler lábios. (0 ponto)

1 - Discordo totalmente	8
2 - Discordo	12
3 - Não sei	8
4 - Concordo	14
5 - Concordo totalmente	9



48. Eu sinto-me zangado com os ouvintes. (0 ponto)

1 - Discordo totalmente	14
2 - Discordo	16
3 - Não sei	7
4 - Concordo	12
5 - Concordo totalmente	2



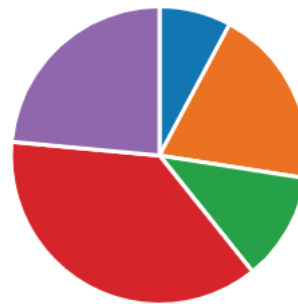
49. Os surdos não precisam de intérpretes de língua gestual. (0 ponto)

1 - Discordo totalmente	21
2 - Discordo	19
3 - Não sei	2
4 - Concordo	6
5 - Concordo totalmente	3



50. A melhor maneira de comunicar é falar e gestuar ao mesmo tempo. (0 ponto)

1 - Discordo totalmente	4
2 - Discordo	10
3 - Não sei	6
4 - Concordo	19
5 - Concordo totalmente	12



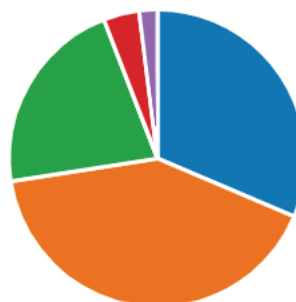
51. Em geral, os ouvintes são mais inteligentes do que os surdos. (0 ponto)

1 - Discordo totalmente	23
2 - Discordo	13
3 - Não sei	8
4 - Concordo	4
5 - Concordo totalmente	3



52. Não sou fluente nem no Português nem na LGP. (0 ponto)

1 - Discordo totalmente	16
2 - Discordo	21
3 - Não sei	11
4 - Concordo	2
5 - Concordo totalmente	1



53. É possível que um surdo prefira gestuar mais pela ordem do Português e ainda assim ter orgulho em ser surdo.

(0 ponto)

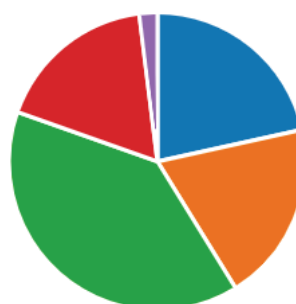
1 - Discordo totalmente	3
2 - Discordo	5
3 - Não sei	13
4 - Concordo	23
5 - Concordo totalmente	7



54. Não sei se pense na minha surdez como uma coisa boa ou como uma coisa má.

(0 ponto)

1 - Discordo totalmente	11
2 - Discordo	10
3 - Não sei	20
4 - Concordo	9
5 - Concordo totalmente	1



55. Sinto-me bem com um filho surdo ou ouvinte. (0 ponto)

1 - Discordo totalmente	1
2 - Discordo	0
3 - Não sei	8
4 - Concordo	19
5 - Concordo totalmente	23



56. É melhor para os surdos comunicarem oralmente e com leitura labial. (0 ponto)

1 - Discordo totalmente	8
2 - Discordo	11
3 - Não sei	10
4 - Concordo	13
5 - Concordo totalmente	9



57. Os ouvintes comunicam melhor do que os surdos. (0 ponto)

1 - Discordo totalmente	12
2 - Discordo	19
3 - Não sei	6
4 - Concordo	11
5 - Concordo totalmente	3



58. Ensinar crianças surdas a falar é uma perda de tempo. (0 ponto)

● 1 - Discordo totalmente	14
● 2 - Discordo	14
● 3 - Não sei	12
● 4 - Concordo	8
● 5 - Concordo totalmente	3



59. Não sei se eu devo respeitar ou ressentir-se os ouvintes. (0 ponto)

● 1 - Discordo totalmente	11
● 2 - Discordo	10
● 3 - Não sei	15
● 4 - Concordo	11
● 5 - Concordo totalmente	4



60. Eu só socializo com ouvintes. (0 ponto)

● 1 - Discordo totalmente	12
● 2 - Discordo	16
● 3 - Não sei	11
● 4 - Concordo	8
● 5 - Concordo totalmente	4



61. É errado falar enquanto se gestua. (0 ponto)

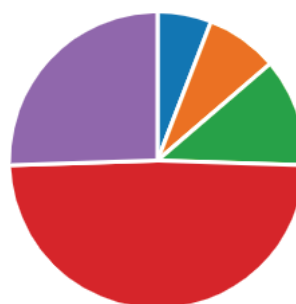
1 - Discordo totalmente	12
2 - Discordo	22
3 - Não sei	11
4 - Concordo	3
5 - Concordo totalmente	3



62. Tenho pensado muito sobre o que significa ser um surdo forte e orgulhoso.

(0 ponto)

1 - Discordo totalmente	3
2 - Discordo	4
3 - Não sei	6
4 - Concordo	25
5 - Concordo totalmente	13



63. Às vezes gosto de outros surdos mas outras vezes envergonham-me. (0 ponto)

1 - Discordo totalmente	11
2 - Discordo	12
3 - Não sei	10
4 - Concordo	14
5 - Concordo totalmente	4



64. Gostaria de fazer uma operação que me desse audição total. (0 ponto)

1 - Discordo totalmente	19
2 - Discordo	9
3 - Não sei	15
4 - Concordo	4
5 - Concordo totalmente	4



65. Alguns ouvintes apoiam verdadeiramente a cultura surda e os seus costumes.

(0 ponto)

1 - Discordo totalmente	2
2 - Discordo	4
3 - Não sei	11
4 - Concordo	25
5 - Concordo totalmente	9



66. Psicólogos, professores e médicos ouvintes especialistas em tratar Surdos podem dar-me os melhores conselhos.

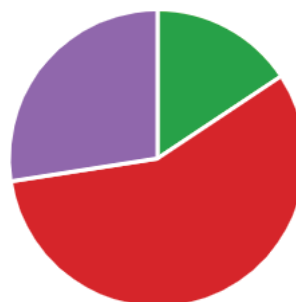
(0 ponto)

1 - Discordo totalmente	1
2 - Discordo	14
3 - Não sei	11
4 - Concordo	18
5 - Concordo totalmente	7



67. Eu sinto-me à vontade com surdos e com os ouvintes. (0 ponto)

1 - Discordo totalmente	0
2 - Discordo	0
3 - Não sei	8
4 - Concordo	29
5 - Concordo totalmente	14



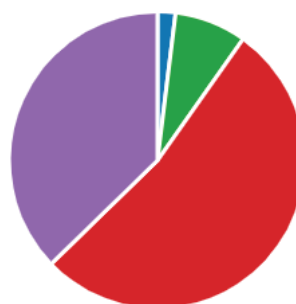
68. Apenas surdos deviam gerir escolas para surdos. (0 ponto)

1 - Discordo totalmente	7
2 - Discordo	10
3 - Não sei	12
4 - Concordo	17
5 - Concordo totalmente	5



69. Sinto-me bem em ser surdo, mas também me relaciono com ouvintes. (0 ponto)

1 - Discordo totalmente	1
2 - Discordo	0
3 - Não sei	4
4 - Concordo	27
5 - Concordo totalmente	19



70. Não consigo de confiar nos ouvintes. (0 ponto)

1 - Discordo totalmente	9
2 - Discordo	18
3 - Não sei	14
4 - Concordo	8
5 - Concordo totalmente	2



71. A língua gestual deve ser baseada no Português. (0 ponto)

1 - Discordo totalmente	6
2 - Discordo	8
3 - Não sei	11
4 - Concordo	17
5 - Concordo totalmente	9



72. Eu chamo-me a mim próprio de "deficiente auditivo". (0 ponto)

1 - Discordo totalmente	12
2 - Discordo	12
3 - Não sei	9
4 - Concordo	9
5 - Concordo totalmente	9



73. Aprender a ler os lábios é uma perda de tempo. (0 ponto)

1 - Discordo totalmente	17
2 - Discordo	16
3 - Não sei	4
4 - Concordo	13
5 - Concordo totalmente	1



74. Estou confuso sobre a comunicação. (0 ponto)

1 - Discordo totalmente	11
2 - Discordo	15
3 - Não sei	11
4 - Concordo	13
5 - Concordo totalmente	1



75. Os surdos só devem socializar com outros surdos. (0 ponto)

1 - Discordo totalmente	15
2 - Discordo	15
3 - Não sei	7
4 - Concordo	10
5 - Concordo totalmente	4



76. Eu não me sinto integrado nem com os ouvintes nem com os surdos. (0 ponto)

1 - Discordo totalmente	19
2 - Discordo	16
3 - Não sei	11
4 - Concordo	4
5 - Concordo totalmente	1



77. É importante encontrar a cura para a surdez. (0 ponto)

1 - Discordo totalmente	12
2 - Discordo	6
3 - Não sei	18
4 - Concordo	8
5 - Concordo totalmente	7



78. Os meus amigos ouvintes lutam pelos direitos dos surdos. (0 ponto)

1 - Discordo totalmente	2
2 - Discordo	7
3 - Não sei	14
4 - Concordo	22
5 - Concordo totalmente	6

